



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA
SOCIAL

LARISSA PEREIRA DO NASCIMENTO

POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI: CONTRARREFORMA E DESMONTE DO
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS CONQUISTADOS

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

LARISSA PEREIRA DO NASCIMENTO

POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI: CONTRARREFORMA E DESMONTE DO
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS CONQUISTADOS.

Monografia apresentado à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Miracema do Tocantins para
obtenção do título de Especialista, sob
orientação da professora Doutora Maria
Helena Cariaga.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- N244p Nascimento, Larissa Pereira do.
Políticas Sociais no Século XXI: Contrarreforma e Desmonte do Sistema de Garantia de Direitos Conquistados. / Larissa Pereira do Nascimento. – Miracema, TO, 2019.
122 f.
- Monografia de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2019.
Orientador: Maria Helena Cariaga
1. Introdução. 2. Modo de produção capitalista e suas crises cíclicas. 3. Panorama da precarização das relações trabalhistas no século XXI: Informatização e flexibilização. 4. A contrarreforma e o desmonte do sistema de garantia de direitos conquistados. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LARISSA PEREIRA DO NASCIMENTO

POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI: CONTRARREFORMA E DESMONTE DO
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS CONQUISTADOS.

Monografia apresentado à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Miracema do Tocantins,
Curso de Serviço Social foi avaliado para
obtenção do título de Especialista e aprovada
em sua forma final pelo Orientador e pela
Banca Examinadora.

Data da Aprovação: 18/04/2019

Banca examinadora:



Prof.(a) Dr.(a) Maria Helena Cariaga Orientadora, UFT



Prof.(a) Dr.(a) Vanda Micheli Burginski Examinadora, UFT



Prof.(a) Msc.(a) Raí Vieira Soares Examinador, UFT

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Luisa Pereira do Nascimento a quem carinhosamente chamo de LU, agradecer imensamente por esta nova etapa em minha vida uma pós-graduação, pelo apoio e incentivo de sempre. E por me ajudar a me acalmar sempre nos momentos de angústias e desespero, diante de ter passado em concurso e a demora em ser chamada que perdurou por quase três anos, eu desempregada sem trabalhar, mas você e meus irmãos e padrasto me incentivaram a estudar a fazer a pós e me apoiaram financeiramente. Só tenho agradecer por está base familiar maravilhosa que tenho. Nesse ano de 2019 mais uma vitória, iniciada em 2014 com aprovação no concurso foi vencida, fui chamada para fazer o curso de formação do mesmo e aprovada também, e logo passamos por novas apreensões a tão sonhada posse, e isso se concretizou no mês de Maio com a posse e a entrada em exercício no dia 21/03/19, mais um sonho se tornando realidade que era ser concursada ainda mais diante desse cenário político, econômico e social no Brasil e no Estado do Tocantins tão complicado, de depender de políticos até para conseguir um emprego, se você é parente ou conhecido logo está empregado, mas se não o percalço é desafiador. Agarrei o meu sonho e estudei e passei e hoje estou no desafio do exercício profissional como Assistente Social. Um sonho que se tornou realidade.

AGRADECIMENTOS

A prof. Dr. Maria Helena Cariaga pela orientação, incentivo e compreensão sempre, pois parei as orientações para fazer um curso de formação do concurso que passei, depois dei uma pausa novamente para fazer exames admissionais, mas deu tudo Certo, fico grata pela presteza de sempre. E como a monografia já estava bem adiantada, estes obstáculos vieram para somar ainda mais. E como o próprio Marx enfatiza que o mundo, as relações interpessoais são dinâmicas e estão em constantes movimentos, a nossa vida pessoal não difere desta realidade não é algo parado e estático está em progressivo movimento e dialética. Só gratidão à professora Maria Helena pelas orientações, me acompanhando desde a graduação.

Aos dois examinadores Vanda Micheli Burginski e Raí Vieira Soares que aceitaram fazer parte da banca, meus sinceros agradecimentos em poderem contribuir e debater, somando e agregando valores para com esta monografia, e com a dura realidade também desafiadora que estamos vivenciando na contemporaneidade.

A professora Micheli que foi minha professora na graduação, e agora professora na pós-graduação. E também examinadora da banca, fiquei muito feliz com o paper intitulado Panorama das Políticas Sociais no século XXI: Contrarreforma e desmonte do sistema de garantia de direitos conquistados que fiz na disciplina da pós Política Social II. E o qual se usou quase todo para construir um capítulo para esta monografia. No paper obteve-se a nota máxima, assim ficando lisonjeada com o amadurecimento teórico entre os trabalhos da graduação, e a percepção para os da pós-graduação. E até mesmo com a monografia atual.

Ao Diretor da Unidade onde trabalho pela minha liberação para defesa da monografia da Pós-graduação fica meu agradecimento pelo entendimento, e por proporcionar a capacitação dos funcionários, de fundamental importância e que só vem a somar com a instituição.

“O maior e Único problema no Brasil são as suas elites: apátridas, parasitárias, vivem de vender o patrimônio nacional e manter o povo escravizado, ignorante, feito gado”. (Darcy Ribeiro, 1988).

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo compreender os retrocessos na conjuntura da crise econômica, social e política instaurada no Brasil, ressaltando a ampla investida contra os direitos dos trabalhadores e o avanço voraz da privatização da coisa pública. Bem como, o uso do fundo público para financiar grandes empresas. Aponta os desafios e implicações postas ao serviço social e a importância do Projeto Ético-Político comprometido com os interesses da classe trabalhadora e com outra forma de sociabilidade menos desigual. Em seguida apresenta uma análise sobre o rebatimento da crise estrutural do capital e de que modo à mesma afeta as condições de vida e de trabalho dos sujeitos no Brasil por meio de trabalhos degradantes, aviltantes, com uma exploração exacerbada. A monografia busca refletir também a regressão que vem se instaurando sobre as políticas sociais no Brasil no século XXI, por meio de políticas focalizadas, seletivas e excludentes que fogem da lógica de uma política pública universal, e evidencia uma contrarreforma e desmonte dos direitos já conquistados. O propósito com este trabalho foi fomentar a necessidade dos assistentes sociais e da classe trabalhadora continuarem unindo forças e resistindo a estes retrocessos, firmando-se na luta pelos direitos já conquistados e por uma sociedade mais justa e comprometida com os cidadãos. O estudo foi permeado pela pesquisa bibliográfica, a qual consiste em uma abordagem teórica acerca de autores que abordam a temática, fomentado a discussão nos diversos espaços de debate do serviço social, contribuindo para produção do conhecimento a respeito do assunto.

Palavras-chave: Contrarreforma, Precarização, Política Social, Crise, Flexibilização.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to understand the setbacks in the economic, social and political crisis in Brazil, highlighting the widespread attack on workers' rights and the voracious advance of the privatization of public affairs. As well as, the use of the public fund to finance large companies. It points out the challenges and implications placed on social service and the importance of the Ethical-Political Project committed to the interests of the working class and to another form of less unequal sociability. It then presents an analysis of the recession of the structural crisis of capital and how it affects the conditions of life and work of the subjects in Brazil through degrading, degrading works, with an exacerbated exploitation. The monograph also seeks to reflect the regression that has been established on social policies in Brazil in the twenty-first century, through targeted, selective and excluding policies that escape the logic of a universal public policy, and evidence a counter-reform and dismantlement of rights already achieved. The purpose of this work was to foster the need for social workers and the working class to continue joining forces and resisting these setbacks, building on the struggle for rights already won and for a more just and committed society. The study was permeated by bibliographical research, which consists of a theoretical approach about authors that approach the theme, fomented the discussion in the various spaces of social service debate, contributing to the production of knowledge about the subject.

Key words: Counter-reform, Precariousness, Social Policy, Crisis, Flexibilization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS CRISES CÍCLICAS	15
2.1 Modo de produção capitalista: contextualização.....	15
2.2 Análise de conjuntura da crise econômica, social e política instaurada no Brasil	29
3 PANORAMA DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO SÉCULO XXI: INFORMATIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	45
4 A CONTRARREFORMA E O DESMONTE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS CONQUISTADOS	79
4.1 Os desafios e implicações do serviço social em tempos de crise econômica, social e política	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a vigência do modo de produção capitalista, traz um contexto muito grande de desigualdade social, de desemprego, de pessoas esquecidas à margem da sociedade. Com políticas públicas aquém daquelas previstas constitucionalmente, pessoas que sofrem com doenças graves nos hospitais públicos, que faltam medicação, insumos básicos, aparelhos.

A educação não difere desta realidade, escolas sucateadas, professores sem salários justos, sem incentivo ao aprimoramento (pós-graduação, mestrado, doutorado). O investimento nessa política pública é escasso. Fenômeno que deveria ser oposto, pois para um professor hoje competir com tantas informações tecnológicas é difícil, a escola também deveria buscar formas de motivar os alunos, de prender eles no universo escolar com recursos tecnológicos dentro de cada sala de aula, com refrigeração porque temos estados como o Tocantins que chegam a fazer quarenta graus.

Outro embate nessa sociedade contemporânea que se vivencia é o ataque à previdência social de forma descarada. Com incentivo da grande mídia que tenta difundir aos trabalhadores que essa reforma é boa para a população. É revoltante saber que o governo vem gastando valores exorbitantes com as mídias brasileiras somente para difundir seus ideais. A reforma proposta na previdência pelos governantes se refere a cortar gastos, as pessoas trabalhem mais e contribuam por mais tempo.

Mas essa reforma na realidade vem a favorecer o mercado, aos grandes bancos que vão lucrar com previdências privadas complementares. Behring ao estudar esse tema situa-se que a mesma é uma contrarreforma, pois abala muito o sistema protetivo da população. Essa contrarreforma vem sendo pensada desde o projeto neoliberal vigente no país na década 1990. Destacado por “reforma” no sistema protetivo, cortes na previdência social, nos fundos de aposentadoria e pensões, nos programas assistenciais e de saúde.

Então não é algo concebido no século XXI, é algo que tenta se materializar a qualquer custo há várias décadas, é notório que alguma vantagem o mercado e os setores econômicos terão com essa “reforma”. De acordo com Evilásio Salvador (2008) “a seguridade social emerge como um dos principais setores candidatos à privatização, graças a sua enorme capacidade de produzir acumulação de capital na área financeira e na ampliação do mercado de capitais, sobretudo de seguros privados”. (p.16).

É repugnante saber que pessoas que foram eleitas para defender interesses da população trabalham e atuam de maneira diversa daquilo que é o seu papel fundante. Ao

contrário muitos trabalham e legislam a favor do mercado, de grandes empresários enquanto a população sofre na pele essa dura realidade brasileira. Enquanto a luta para se ter uma conquista histórica que é a previdência social prevista na Constituição Federal tem uma duração efêmera, a desconstrução de direitos caminha a passos largos no Brasil.

Como os gestores são capazes de causar tamanhos retrocessos e regressões para população indo a contramão daquilo que se presa por uma sociedade mais justa, mais igualitária, com direitos básicos garantidos para a sociedade. Parcelas importantes da seguridade social que são fontes de arrecadação de receitas que deveriam ser usadas nas políticas sociais são retidas pelo orçamento fiscal e utilizadas para pagar parcelas da dívida pública, enquanto a população trabalha em regime de quase escravidão e são as que mais pagam impostos no Brasil.

É muita discrepância e atropelos na sociedade contemporânea, é o não se importar com a má qualidade de vida de muitos sujeitos que se submetem a trabalhos insalubres, perigosos, intermitentes, desgastantes, em nome de uma flexibilização da legislação trabalhista que ferrou com a vida de muitos trabalhadores e consagrou aos empresários em obter mais lucro e mais-valia com a jornada de trabalho extenuante.

O Brasil vive um momento de efervescência política, onde “ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação” (RENATO RUSSO). Repudia-se essa contrarreforma e ataque aos direitos políticos, sociais e econômicos instaurado contra a classe trabalhadora em detrimento do capital, onde a classe trabalhadora é a mais castigada diante da socialização dos gastos através do pagamento das dívidas do governo com dinheiro do fundo público.

Diante desse quadro a monografia tem como objetivo compreender os retrocessos na conjuntura da crise econômica, social e política instaurada no Brasil e os desafios e implicações postos ao serviço social. Visto o agravamento da cultura política do momento que não opera rupturas com o projeto neoliberal, ao contrário vem se intensificando essa ofensiva.

No que tange a precarização do trabalho, a desregulamentação da legislação protetora, muitos trabalhadores ficaram a mercê do modo de produção capitalista e dos grandes empresários que sugam ao máximo a força dos trabalhadores expondo-os a jornadas de trabalhos aviltantes e degradantes, bem como o ritmo de produção se intensificou com a chegada da informatização e da flexibilização no trabalho. Pessoas sendo tratadas como máquinas, esquecendo o convívio social, e olhar para aquele trabalhador como um sujeito que tem suas necessidades e subjetividades. Assim nesta pesquisa bibliográfica busca-se alcançar

ao máximo o objetivo de propiciar uma análise sobre o rebatimento da crise estrutural do capital e de que modo à mesma afeta as condições de vida e de trabalho dos sujeitos no Brasil.

A presente monografia busca refletir também a regressão que vem se instaurando sobre as políticas sociais no Brasil por meio de política focalizadas, seletivas e excludentes que fogem da lógica de uma política pública universal. São desafios e implicações que recaem sobre o serviço social e aos seus usuários. Assim estabelecendo esta interface da contrarreforma e da perda de direitos já conquistados. Somos chamados a defender os direitos sociais legitimados constitucionalmente.

Nessa direção, a classe trabalhadora, movimentos sociais e sindicais, a população em geral tem que unir forças e sobressair à condição de opressão que estão sujeitos. A conjuntura que se tem é de efervescência política, onde “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (PAULO FREIRE). Assim, a revolução só é possível por meio da união das massas oprimidas, Karl Marx e Friedrich Engels em o Manifesto Comunista já dizia trabalhadores do mundo uni-vos!

Os trabalhadores são os maiores detentores de poder em suas mãos, falta união, pertencimento e se reconhecerem como trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salários para subsidiar suas necessidades básicas enquanto seres sociais. É necessário romper as barreiras e ditames da hegemonia dominante do capitalismo monopolista, e vislumbrar que quanto maior a capacidade de organização, resistência, confrontação e indignação da classe trabalhadora, mais embate contra a precarização, os luxos e altos salários da alta cúpula no poder, bem como o sucateamento das políticas sociais que a população é a mais castigada e sofrida vão cessar-se da realidade.

Então os sujeitos, principalmente no Brasil tem que parar de apoiar tudo àquilo que a grande mídia e os empresários pregam, pois a realidade da classe trabalhadora como se cita ao decorrer desta monografia é bem diferente dá desta minoria privilegiada. Aqui nos baseamos em autores marxistas e que tem o compromisso em desvendar a opressão e exploração da ordem burguesa que se apropria do trabalho excedente que é produzido pelo trabalhador para ampliar e reforçar com mecanismos intrínsecos o seu lucro e mais-valia objeto de interesse dos capitalistas.

O pressuposto e compromisso desta pesquisa bibliográfica é com a classe trabalhadora, com uma reflexão crítica de tudo que está se vivenciando na realidade contemporânea, de um processo autoritário que está recaindo sobre o modo de governar, indo a contramão do real significado democrático (elencado no paragrafo único do artigo 1º da

Constituição, que ressalta: “todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”).

O que perdura é um avanço do conservadorismo, do autoritarismo, da criminalização dos movimentos sociais, um bárbaro processo de destruição dos direitos que foram conquistados por meio de muitas lutas. Querem derruir ainda mais as políticas sociais estatais, transferindo as responsabilidades para os sujeitos e suas famílias eximindo o Estado das suas obrigações.

É avassalador essa crise estrutural do capital que se aviltou para romantizar as contrarreformas que o governo vem realizando no Brasil e quer acabar de vez com a população. Pois, esse modelo de previdência que o presidente luta para aprovar, é modelo copiado do Chile e que não deu certo lá, então qual a lógica de trazer algo falível e fadado ao fracasso para o Brasil. Os idosos no Chile cometem altos índices de suicídios diante dessa incompetente previdência que não assegura uma qualidade de vida para esses idosos, e que não querem estar dependendo de suas famílias, de filhos.

Ao longo da monografia destacam-se como o suicídio é um mal contemporâneo, as pessoas ceifam suas vidas para acabar com sofrimentos, ou pressões na sociedade e seu modo desgastante de vida sobrecarregado, o tempo é um grande rival dos sujeitos na atualidade, às pessoas estão sempre correndo e sem tempo para nada. Nem mesmo para simples prazeres da vida, para o convívio social estão sempre atarefados e um grande consumidor deste tempo é o trabalho.

As condições/precarização destes trabalhos dizem muito sobre a insatisfação dos trabalhadores diante desta rotina diária, no decorrer da pesquisa evidenciam-se vários casos de suicídios muitas vezes por abuso de poder, por colocar o trabalho na frente do lado humano dos sujeitos, o assédio, a humilhação são fatores que contribuem para que os sujeitos percam a vontade de viver.

O novo proletariado de serviços vive descrente quanto ao futuro, assim como sendo autor da própria luta diária no trabalho encontra-se descontente no presente. O traço de pessimismo em não ver as coisas melhorarem, não ver mudanças, mas ao contrário um acirramento da exploração deixa muitos jovens sem perspectivas como o exemplo de uma jovem que acompanhou a dor e sofrimento do pai numa rotina de trabalho em uma mina e atualmente ela se recorda de suas lutas que não vê no seu presente. Mas, também sofre com a instabilidade no emprego, por não ter socialização com os demais colegas de trabalho ela é trabalhadora no serviço de limpeza, um trabalho individualizado e dessociabilizado. (ANTUNES, 2018).

No tempo livre as pessoas se dedicam ao labor em casa, a cuidar da casa de filhos algo que destrinchamos também no decorrer desta pesquisa, principalmente um serviço que recai sobre o universo feminino. Assim a jovem proletária acima citada não vislumbra uma possibilidade de construir uma prole, pois sua insegurança no emprego não incentiva a vida reprodutiva. (ANTUNES, 2018). As relações no mundo contemporâneo estão bem nesse cenário aqui descrito as pessoas querem ter menos filhos, estudarem mais, buscam outras formas de satisfação, de estabilidade nos empregos.

As temáticas ora esmiuçadas, são de grande relevância para compreender este cenário posto na atualidade, estimulando a produção do conhecimento, e reforçando a importância da mobilização e união da classe trabalhadora, movimentos sociais, sociedade civil, força capaz de romper as barreiras e ditames do capital. Permanecendo-se firme, frente aos desmontes que as Políticas Públicas vêm sofrendo na contemporaneidade e de criminalização dos movimentos.

O percurso metodológico desenvolvido neste estudo foi à pesquisa bibliográfica, que permitiu o acesso a materiais já elaborados por outros autores como livros, artigos científicos, sites. E consiste no pesquisador conhecer o objeto de estudo através de registros já materializados. Conseqüentemente, a pesquisa bibliográfica nos remete a possibilidade de nos debruçarmos sobre o tema escolhido, o qual é de suma importância este levantamento de materiais para a concretude do objetivo e pela temática a ser investigada. (GIL, 2002).

Os capítulos que se apresenta ao leitor tem a pertinência em discutir todo esse cenário político, econômico, social que recai sobre os sujeitos, a natureza e dimensão da crise estrutural do capital e as contrarreformas, assim também como as fortes e eminentes implicações sobre as políticas sociais e as vidas dos seres sociais.

Esta monografia além da introdução e considerações finais divide-se em três capítulos: O primeiro capítulo traz uma contextualização do modo de produção capitalista para situar ao leitor como se dá apropriação da mais-valia do lucro que sustenta o capitalismo, bem como no subitem deste primeiro capítulo aborda-se uma análise de conjuntura da crise econômica, social e política instaurada no Brasil. O segundo capítulo descreve o panorama da precarização das relações trabalhistas no século XXI, uma era de informatização e flexibilização nas relações de trabalho que aviltam ainda mais a exploração do trabalhador. O terceiro capítulo é dedicado a refletir a contrarreforma e desmonte de direitos já conquistados, o capítulo tem um subitem que permite identificar os desafios e implicações postos ao serviço social em tempos de crise econômica, social e política.

CAPÍTULO I

2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS CRISES CÍCLICAS

2.1 Modo de produção capitalista: contextualização

O modo de produção capitalista é hoje dominante em escala mundial, “desde sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX, ele experimentou uma complexa evolução e se, durante cerca de setenta anos, no decurso do século XX, teve a ocorrência de experiências socialista¹”, (BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 95). Atualmente a predominância é a hegemonia do modo de produção capitalista que não confronta nenhum desafio externo à sua própria dinâmica, tanto impera na economia de sociedades mais desenvolvidas (centrais) como vigora também na economia de sociedades menos desenvolvidas (periféricas). (BRAZ; PAULO NETTO, 2009).

Em outros termos, “na entrada do século XXI, o modo de produção capitalista é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário”. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 95).

O capitalismo e sua forma de ser histórica sob domínio do capital, apresenta o seu objetivo maior que é o lucro, a valorização e a mais-valia. O ponto de partida é o dinheiro e o de chegada é mais dinheiro, esse é o sentido específico da ação do capitalista, conforme destaca Braz e Paulo Netto (2009, p. 95):

Eis como, de forma esquemática, se passam as coisas: o capitalista, dispendo de uma soma de dinheiro (**D**), compra mercadorias (**M**) – Máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho – e, fazendo atuar, com a ajuda das máquinas e dos instrumentos, a força de trabalho sobre as matérias no processo de produção (**P**), obtém mercadorias (**M'**) que vende por uma soma de dinheiro superior á que investiu (**D'**). É para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o **lucro**, que o capitalista se movimenta: o lucro constitui seu objetivo, a motivação e a razão de ser do seu protagonismo social. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 95).

Conforme o exposto acima, essa é a necessidade das classes dominantes e ela é imposta a todos, principalmente ao capitalista e isto não quer dizer que na busca incessante pelo lucro o capitalista seja um sujeito social egoísta, ambicioso, mau, voraz etc. Não está relacionado às pessoas dos sujeitos sociais em si, mas trata-se, no campo das atividades e relações econômicas, da função social que tais sujeitos desempenham. (BRAZ; PAULO

¹ Segundo (BRAZ; PAULO NETTO, 2009) restando delas apenas uns poucos e problemáticos remanescentes (cuba, China, Vietnã e Coréia do Norte).

NETTO, 2009). “Para não nos alongarmos: capitalistas e empresas capitalistas só existem, e só podem existir, se tiverem no lucro a sua razão de ser; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados”. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p.97).

Isto significa que, o modelo de produção capitalista que temos gestado para a produção da vida material propicia indiscutivelmente a competitividade, os seres sociais devem estar em concorrência e aptos para assegurar a atividade concreta que permite através do trabalho a extração da mais-valia, entendida a partir do processo:

Por exemplo: contratado o trabalhador por um salário diário de, digamos R\$ 30,00 (expressão do valor real da mercadoria forças de trabalho nas circunstâncias determinadas do contrato), a jornada estipulada pelo capitalista só terá sentido para ele se, ao cabo dessa jornada, o trabalhador produzir um valor superior (excedente) ao equivalente àqueles R\$30,00; com efeito, o capitalista jamais contrataria um proletário para lhe restituir somente o valor expresso no salário: seria o mesmo que trocar seis por meia dúzia; assim, na jornada, contém-se um tempo suplementar de trabalho, no qual o proletário produz um valor que excede o equivalente àqueles R\$30,00. *É desse valor excedente (que designa como **mais-valia**) que o capitalista se apropria.* (grifos do autor: BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 101).

Sumariamente, a sociedade capitalista nos impõe a busca incessante para subsidiar as nossas necessidades reais ou empíricas. Desse ponto de vista, a centralidade do modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho, assim a busca para satisfazer essas necessidades faz com que o trabalhador venda sua força de trabalho e é justamente aí que se encontra o segredo do modo de produção capitalista: **“o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro”**. (grifos do autor: BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 100).

É neste ponto de vista, que a sociedade capitalista atua suprimindo a liberdade do indivíduo e aprofunda o terreno da necessidade. A liberdade é o uso do tempo para além da necessidade, quando as necessidades fundamentais estão supridas. As pessoas na sociedade contemporânea não tem tempo livre para criação, cultura, arte, dos afetos. Na sociedade capitalista o tempo é devorado para a maioria dos seres sociais. O dever de garantir sua subsistência é uma necessidade primária, quer seja através de um emprego, ou da venda de sua força de trabalho sob quaisquer condições. (FONTES, 2017). “O tempo deixa de ser o compasso da vida para tornar-se a medida social da produção do valor (“tempo é dinheiro”); quanto mais tempo e mais trabalhadores disponíveis, maior a possibilidade da extração de valor e, por conseguinte, de valorização do valor”. (FONTES, 2017, p. 410).

A vida vai se tornando banalizada, importando somente o tempo da venda da força de trabalho, ainda agravado pela rapina dos direitos (como saúde, educação, previdência social, assistência social) entre outros. Assegurar a própria sobrevivência ou de seus dependentes lhe exige vender sua força de trabalho a cada dia mais com (maiores e intensas jornadas de trabalho) e por mais tempo (sem aposentadorias), é o que estamos vivenciando atualmente as pessoas trabalharam exaustivamente por um período maior com idade já avançada, mas sem saber se terão condições de chegar à aposentadoria, ou a desfrutá-la. (FONTES, 2017).

Que Liberdade? O tempo livre é cada vez mais apropriado pelos capitalistas, é o da reposição da capacidade de produção, a cada dia mais estreito e encolhido para grande maioria da população. O tempo sem a venda da força de trabalho não é livre: muitas pessoas que não conseguem vender sua capacidade criativa sequer conseguem suprir suas necessidades básicas e estão dependendo financeiramente de alguém e ao mesmo tempo sofrendo, se sentido inútil ao mercado, ou por depender da família. Marx chama esses sobrantes que não estão inseridos no mercado de trabalho de Exército Industrial de Reserva.² (FONTES, 2017).

A produção incessante das mercadorias como forma de obter lucros e mais valor, não corresponde à produção da satisfação, sendo os valores de uso realmente necessários. Assim, os capitalistas produzem mais do que o necessário para a sociedade na busca incessante pelo lucro, e o proletário mal tem condição de usufruir dos produtos para satisfazer suas necessidades essenciais. Muitas produções realizadas nessa sociedade são itens que estão muito além do poder aquisitivo de compra dos trabalhadores, mesmo aos que empregam a força de trabalho neste produto e conseqüentemente o burguês se apropriará através do lucro e da mais-valia.

O grande questionamento que se faz no momento presente é a real essencialidade do consumo exagerado que paira sobre a nossa sociedade. O mercado sempre está lançando novos produtos um atrás do outro e as pessoas vão se envolvendo no jogo capitalista na busca de satisfação e do prazer do consumo (carros modelo do ano, Iphone sempre lançamentos, roupas de marcas, eletrodomésticos) etc. Hoje o que está importando mais é a sociedade do ter, do ego e fetiche do consumo exacerbado, banalizando o humano e as relações sociais vigentes na sociedade.

Para Iamamoto apud Finelli, contextualizam a real órbita da sociedade capitalista, isto é:

² Exército industrial de reserva. É um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalista.

[...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadoria, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por ser tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo. (IAMAMOTO apud, 2008, p.52 FINELLI).

É neste contexto, que “as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes)”. (IAMAMOTO, 2008 p. 50 apud FINELLI). Faz-se menção que toda a sociedade é lugar de reprodução social e todo o espaço ocupado pelo capital seja a vida, o trabalho, a família, a cidade, a cultura etc. É um espaço de poder e de disputa de valor, essa sociedade de produção incessante não está preocupada com as desigualdades sociais ou com o acirramento destas sobre as vidas dos sujeitos.

Cabe situar, que a configuração do sistema capitalista que se designa como contemporânea inicia-se nos anos setenta do século XX, e continua a ter no seio da sua dinâmica o protagonismo dos monopólios. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009). O modo de produção capitalista ao longo dos anos teve profundas modificações desveladas por Marx em *O Capital*, assim nós debruçaremos sobre o estágio atual, o capitalismo monopolista “que se recoloca em um patamar mais alto, um sistema contraditório que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”. (PAULO NETTO, 2006, p.19).

A passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista acirrou ainda mais as contradições a níveis econômicos, sociais, histórico-políticos, alterando significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa. “O que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalista através do controle dos mercados*”. (grifos do autor: PAULO NETTO, 2006, p.20). O resultado da expansão capitalista traz a organização na qual o sistema bancário e creditício tem um papel econômico-financeiro primordial, trata-se da concentração da propriedade do capital - poder e dinheiro e ampliando ainda mais extração de mais-valia.

Do ponto de vista do que estamos tratando, Netto destaca que para preservar o domínio dos monopólios através das taxas de lucros, os trustes³ comportam níveis e formas diferentes que vão desde:

³ Dicionário Aurélio de Português Coligação econômica ou financeira que controla um conjunto de empresas, visando à monopolização de certas mercadorias.

“Acordos de cavalheiros” á fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste. Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que deve ser sumariado: a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; C) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (Mandel, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo). (PAULO NETTO, 2006, p.21).

É neste contexto, caracterizado acima de monopólio que a sociedade brasileira vivencia atualmente por meio de jogo de forças e auto-organização de empresários, ou indivíduos que exercem o controle e domínio sobre mercadorias ou a oferta de um produto aumentando exageradamente o seu preço, e não permitindo que outros empresários desrespeitem a regra imposta. A título de exemplo, podemos citar o que ocorreu no estado do Tocantins na capital Palmas: o monopólio que existe sobre os postos de combustíveis em forma de cartel causou a morte de um empresário Wenceslau Leobas que tinha o intuito de abrir um posto de combustível na capital para vender o produto mais barato como já realizava em uma cidade vizinha a capital Porto Nacional e fora do cartel que ocorre no Estado. (G1 TOCANTINS, 2018).

Entretanto, o que ele conseguiu foi à fúria de outro empresário e também dono de posto e atual presidente do sindicato dos revendedores de combustível Eduardo Augusto Rodrigues Pereira conhecido como Duda. Wenceslau Leobas não aceitou participar do cartel e teve sua morte encomendada, ele sofreu uma tentativa de homicídio na porta de sua residência quando saía para trabalhar. Ele passou 17 dias internado, mas não resistiu aos ferimentos, dois suspeitos foram presos e o mandante Duda corre com um processo separadamente. (G1 TOCANTINS, 2018).

As implicações dessas práticas corriqueiras que acontecem nos países capitalistas incidem diretamente sobre a população que termina pagando preços abusivos, e sem nenhuma competitividade do mercado. Pode-se perceber segundo Netto que “As organizações monopolistas não promovem a evicção da anarquia da produção que é congenial ao ordenamento capitalista; a “livre concorrência” é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolizados”. (2006, p.23). Gerando um lucro exacerbante para o detentor dos meios de produção.

Cabe destacar, outra forma de monopólio também institucionalizado em nosso país que é o monopólio estatal, que predomina o controle do Estado sobre uma parte ou setor econômico. Nesta direção, o Estado age no intuito proteger os interesses capitalistas e econômicos. Conseqüentemente pode-se perceber este monopólio estatal presente na sociedade através das privatizações em grandes e importantes setores como (educação, saúde, a previdência, a Petrobrás que querem privatizar, o uso do fundo público para socorrer instituições privadas como bancos, para pagar a dívida pública, isenções e incentivos fiscais para o mercado financeiro também à custa do dinheiro público).

Para tanto, nesse jogo de forças e de interesses o “capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados”. (PAULO NETTO, 2006, p.24). O Estado que é o gerenciador da sociedade que recolhe os impostos e o quais deveriam voltar em forma de serviços para a população termina sendo omissor e árbitro dentro dessas relações sociais. Assim, o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico do Estado, fica nítido como podemos nos ater:

Até então, o Estado, na certa caracterização marxiana o representante do capitalista coletivo, atuava como o cioso guardião das condições externas da produção capitalista. Ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas – donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as funções *econômicas*. (grifos do autor: PAULO NETTO, 2006, p.24-25).

Conforme destacado acima, na forma de gerir do Estado o mesmo intervém corriqueiramente nas instâncias econômicas e políticas, é o que está se perpassando na realidade atual com o intuito de gestão da máquina pública o Estado coaduna com enxugamento de ministérios, com privatizações, com perdão de impostos de grandes empresas, com a redução de orçamentos para áreas fundamentais a saúde e educação estão com orçamentos reduzidos para o ano de 2019. Os cortes nos programas sociais e orçamento da seguridade social já é uma realidade tudo em prol da “economia”.

Infelizmente a necessidade de intervenção do Estado decorre primariamente em assegurar seus objetivos econômicos, não se importando em passar por cima das necessidades essenciais para a população, pois a realidade que vivenciamos é com uma saúde e educação

sucateada, agora imaginemos uma realidade com orçamentos reduzidos, quando a necessidade seria de maiores investimentos nessas áreas. O quanto passam por cima dos povos em busca de superlucros dos monopólios e para tanto com o poder político e econômico centrado em suas mãos o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (PAULO NETTO, 2006).

Essa é, pois, a sociedade capitalista que aflora as suas funções econômicas diretas a um larguíssimo patamar segundo Paulo Netto:

Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. (Idem, 2006, p. 25).

No Brasil nos dias atuais, pode-se perceber bem está lógica mercadológica instaurada sob a égide do capitalismo monopolista de socorrer empresas falidas como Netto afirma na citação acima. Isto ocorre diante do fracasso dos mercados, e em busca da socialização das despesas diante das perdas, entra em cena a cultura política presente na sociedade capitalista, o projeto neoliberal que se intensificou ainda mais através de privatizações, terceirização dos serviços, transferência das suas responsabilidades ao terceiro setor que envolve organizações sociais.

Consoante ao exposto, o Estado e seu papel regulador termina legitimando ainda mais sua capacidade política em intermediar interesses, em aumentar sua governança financeiramente e administrativamente, implementando decisões políticas através do ajuste fiscal. O cenário atual nos demonstra bem esta realidade que vai se intensificar ainda mais no ano de 2019 como já elencado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro. (CASTILHO et al, 2017).

Os investimentos públicos feitos nessas empresas estatais e totalmente transferidos ao setor privado pela sólida entrega aos monopólios de complexos construídos com dinheiro do fundo público faz com que fique claro que o “Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais”. (PAULO NETTO, 2006, p. 26).

Segundo Paulo Netto, o Estado age para preservar os interesses e o controle da burguesia, como se pode analisar abaixo:

Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham crescente autonomia em relação às instancias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (Idem, 2006, p.26).

Então, em tais condições o próprio aparelho estatal é financiado, vendem as empresas a preços irrisórios, e o dinheiro público já investido é como se fosse jogado fora, em prol da reprodução ampliada do capital e mercado gerador de lucros. Fazem acordos por metade do preço, muito abaixo do valor real de venda destas empresas, e as quais terão um faturamento anual que supriria todo capital investido. Esta é a logica de quem compra estas empresas saem ganhando duplamente. A divisão da sociedade em classes segrega o Estado, e o capitalismo não é exceção, sendo assim precisamos compreendê-lo:

O processo é mais abrangente e preciso: quer pelas contradições de fundo intermonopolistas e entre os monopólios e o conjunto da sociedade, o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e em projetos do monopólio. (Idem, p.27).

É neste âmbito, justamente que cabe refletir a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista, para exercer o seu papel de “comitê executivo” da burguesia, uma conotação tão forte, mas não somente na fala e sim na realidade, no alargamento de sua base de sustentação e legitimação sócio-político. (Idem, 2006). Na atualidade, a citação acima descreve bem o que vem perpassando na sociedade, o jogo de forças e alianças de bases para legitimar o capital, as grandes empresas, o mercado como um todo. Não se importando com a população, os trabalhadores e suas necessidades.

Brincam com os direitos e garantias cívicas e sociais dos trabalhadores, assegurando um consenso que prevalece como verdade absoluta como é o caso da reforma da previdência. Mas, na verdade é uma forma de apropriação indébita e manutenção da hegemonia dominante do capitalismo monopolista. Como afirma Netto, o Estado usa a política de previdência e segurança para “controle” dos moldes dos mercados. É o que vai acontecer no ano 2019 como já propagado pela gestão eleita, um conluio que saíra muito caro para classe trabalhadora que trabalhará ainda mais para financiar a valorização do capital, e a

usurpação do dinheiro público para outros fins sem uma mínima fiscalização e controle social como é o caso da previdência.

Retiram os recursos desta política para outros propósitos, aquém da finalidade, demonstrando assim, algumas medidas de reorganização do capital financeiro e sua hegemonia, “impondo à classe trabalhadora um cenário de extrema degradação humana, precarização e barbárie social, na medida em que restringe a competência do Estado em implementar políticas sociais que venham garantir a reprodução social da classe trabalhadora” (CASTILHO et al, 2017, p. 458).

A definição que melhor permite uma apreensão dinâmica do Estado capitalista talvez seja a formulada por Poulantzas (1981, p. 162), a partir das reflexões gramscianas: o Estado é a condensação material de relações de força entre classes e suas frações. É sempre espaço de dominação e de luta de classes, cujos enfrentamentos geram movimentos internos ao Estado, eventuais conquistas ou derrotas pelas classes trabalhadoras ou subalternas. (FONTES, 2017, p. 418).

O modo de produção capitalista é tensionado pela correlação de forças entre as classes sociais. Como o Estado se gesta das desigualdades no terreno da produção da vida, e das classes sociais, que ele próprio tem o dever de reproduzir e assegurar para que haja prevalência e continuidade do sistema. Acaba infringindo pela desigualdade real, ou seja, as demandas das classes subalternas, permeável a fases obscuras que não garantem um sistema de proteção sólido, pelo contrario vêm se configurando com matizes que vão de um limite ao outro do Welfare State⁴ ao fascismo⁵. (Idem, 2017; Paulo Netto, 2006).

Iamamoto citando Ianni revela bem o terreno do modo de produção capitalista e a sua subserviência aos países subdesenvolvidos, como se pode perceber:

Para Ianni (2004b), nesse palco da história do século XXI, o novo ciclo de expansão do capitalismo transnacional redesenha o mapa do mundo. Ele desafia a compreensão da chamada “sociedade global”: uma sociedade na qual se subordinam as sociedades nacionais em seus segmentos locais e arranjos regionais, com suas potencialidades e negatividades, considerando seus dinamismos e contradições. Nela se confrontam o neoliberalismo, o nazifascismo e o neo-socialismo. Nesse novo estágio do desenvolvimento do capital redefinem-se as soberanias nacionais, com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais – o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, a

⁴ Prometia aos trabalhadores a “sociedade afluyente” – ademais da proteção social assegurada pelo Welfare State, apontava-se para a possibilidade de um consumo de massa, cujo símbolo maior era o automóvel; nesses modelos, a orientação macroeconômica de matriz Keynesiana conjugada à organização da produção taylorista-fordista alcançou o seu apogeu: durante os “anos dourados”, o capitalismo monopolista vinculou o grande dinamismo econômico, com a garantia de expressivos direitos sociais (ainda que somente para os trabalhadores de alguns países imperialistas). (BRAZ; NETTO, 2009, p.206).

⁵ Segundo dicionário: Movimento ou regime político e filosófico que, semelhante ao imposto por Benito Mussolini, na Itália em 1922, baseia-se no despotismo, na violência, na censura para suprimir a oposição, caracterizado por um governo antidemocrático ou ditatorial. Tendência para formas autoritárias ou ditatoriais.

“santíssima trindade do capital geral” – principais porta-vozes das classes dominantes em escala mundial. O autor levanta a polêmica hipótese que está em curso um novo ciclo da revolução burguesa em escala mundial, por dentro da qual aí se fermentam, simultaneamente, novas condições para uma globalização desde abaixo, para um novo ciclo da revolução socialista, vistas como revolução mundial. (IAMAMOTO APUD IANNI, 2008, p, 110-111).

Tudo está interligado para homogeneização do capital, a disseminação da sua ideologia e dos objetos de consumo – por meio da tecnologia e da multimídia. “homogeneização esta apoiada na mais completa heterogeneidade e desigualdade social das economias nacionais”. (IAMAMOTO, 2009, p. 111). Assim, intensifica-se o desenvolvimento desigual, incentiva-se a competitividade, a transferência de riquezas entre classes e categorias sociais e entre países, ficando em foco o desemprego crônico, e desmonte dos sistemas de proteção. (IAMAMOTO, 2009).

Como assinalado sobre o papel do Estado dentro do capitalismo, verifica-se também a captura do Estado pela burguesia monopolista como processo de democratização da vida sócio-política. Assim, equivalem dizer que o Estado tanto age a favor da disseminação do capitalismo e dos rendimentos dos seus lucros, como deve apaziguar as relações sociais entre as duas classes dentro do sistema vigente proletário e burguesia. Frente a isso, o sistema do capital equivale dizer que um é componente amplo de legitimação de direitos e suportáveis dentro deste sistema, bem como necessário, pois só assim mediando os conflitos existentes entre as duas classes o capitalismo vai se firmando e legitimando, continuando a desempenhar a sua funcionalidade econômica. (PAULO NETTO, 2006).

Por outro lado, e nunca em último lugar, esta indicação desobstrui a via para a compreensão do rebatimento, no sistema estatal, das efetivas contradições que desenvolvem na ordem social: a partir do momento em que procura legitimar-se mediante os instrumentos da democracia política, uma dinâmica contraditória emerge no interior do sistema estatal. A lógica dominante do monopólio não exclui o tensionamento e a colisão nas instituições a seu serviço, exceto quando o grau de esgarçamento deles derivado põe em risco a sua reprodução. Igualmente, apontar que demandas econômico-sociais e políticas imediatas de largas categorias de trabalhadores e da população podem ser contempladas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista não significa que esta seja a sua inclinação “natural”, nem que ocorra “normalmente” – o objetivo dos superlucros é pedra-de-toque dos monopólios e do sistema de poder político de que eles se valem; entretanto, respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ ou indireto da maximização dos lucros. (PAULO NETTO, 2006, p. 2).

Destaca-se que mesmo o capital em um jogo democrático, buscando assegurar os direitos dos trabalhadores permeáveis às classes subalternas. O mesmo pode incidir os seus interesses e suas reivindicações imediatas. Todavia, este processo é todo tencionado por

exigências da ordem monopólica e pelos conflitos imanentes de toda uma classe societária (Idem, 2006). A sociedade do século XXI vivencia bem este contexto ao tempo que os direitos conquistados diante da lógica capitalista estão sofrendo vários ataques, um retrocesso, então podemos nos ater que aquele mesmo Estado que estende a mão para legitimar direitos, pode surrupiar com a outra mão para retirá-los, usurpando-os e disseminando falácias em prol do favorecimento do capital.

Como observa Burginski (2018) apud Wood (2014, p. 29), “as potências capitalistas descobriram que o Estado-nação é o mais confiável fiador das condições necessárias para a acumulação, e o único meio pelo qual o capital pode se expandir livremente para além das fronteiras da dominação política direta”. Desse modo, o Estado é um simples regulador e facilitador das demandas do mercado como Netto já explicitou. Com todas as transformações societárias acontecendo na atualidade, na busca desenfreada pela ampliação do capital, precisam-se estar atentas as evidências de que o Estado é acionado diretamente para realizar as mudanças em curso no país em prol das requisições do capital.

Marx descreve tão bem a realidade atual, a apropriação do dinheiro público a favor da acumulação do capital, não se preocupando com a proteção social das classes sociais. Sendo que os investimentos em sua grande maioria são arrecadados da classe trabalhadora e menos favorecida, enquanto os empresários pagam cada vez menos impostos no Brasil, cheios de isenções fiscais.

A década de 1990 para o Brasil foi marcante, o mesmo vivenciou uma ofensiva neoliberal na qual se veicula a desconstrução dos serviços públicos e a desqualificação de seus funcionários. Tais prerrogativas são incentivadas pelos organismos internacionais e multilaterais e as quais pertencem às bases do capital – imperialismo, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). (VALLE; LEITE, 2018). Isto significa dizer que há um domínio do capital internacional e especulativo sobre países menos desenvolvidos e ditam as regras do mercado para os demais. Para entendermos este contexto acima partimos da premissa que:

Há setenta anos, a 22 de julho de 1944, terminava a conferência de Bretton Woods, da qual resulta a criação do Banco Mundial e o FMI. Para evitar a repetição de crises do tipo da de 1929, mas também para assegurar a sua liderança no mundo, após a Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados- Unidos dedica-se desde cedo à criação de instituições financeiras internacionais. (TOUSSAINT, 2014, p.1).

Então, segundo Pereira (2010) as sucursais de Wall Street ⁶ (BM e FMI) são instituições voltadas à gestão dos mercados internacionais dominado pelos Estados Unidos, “veiculam métodos pretensamente científicos e universais voltados a tratar todo e qualquer fenômeno social sob uma ótica administrativa”. (VALLE; LEITE, 2018, p. 112). O que importa para estas instituições é o domínio do mercado e sua auto regulação em meio a apaziguar as crises estruturais favorecendo o modo de produção capitalista. “Assim, a partir de 1979 foram anunciados empréstimos de ajuste estrutural voltados para a redefinição de políticas de Estado”. (VALLE; LEITE, 2018, p. 112).

Diante do exposto, nos remete pensarmos que está lógica ainda recai na contemporaneidade, pois como foram elucidadas acima estas instituições foram criadas para ditar normas e regras para a economia financeira do mundo aonde temos a prevalência do modo de produção capitalista, assim segundo as autoras Valle e Leite:

O BM assume o papel de liderança política e intelectual do capitalismo globalizado, orquestrando a materialização do ajustamento estrutural no topo da agenda política internacional e no universo financeiro/econômico. A hegemonia da cartilha do BM desenvolve-se em parceria com a de seu irmão gêmeo, também filho de Bretton Woods — o FMI —, que aplicava a mesma programática monetária, demarcando a tênue linha divisória existente entre essas duas organizações na referida década. (VALLE; LEITE, 2018, p.112).

Frente às estas instituições BM e FMI, faz se menção a uma política de ajustamento que trazia e ainda traz condicionantes reguladores pra várias áreas e instituições públicas, nos mais diversos níveis e setores de governo. Direcionando o comportamento e atitudes destas empresas submetidas aos pressupostos dos ajustes macropolítico. (VALLE; LEITE, 2018).

Contudo, experiências mostraram que as - políticas alinhadas ao Consenso de Washington⁷, nos anos de 1980- 1990 tiveram um pequeno crescimento econômico e grande alta nos índices de desempregos e desigualdade social e pobreza. Em meio a este crescente movimento de desenvolvimento do modo de produção dos países capitalistas, os movimentos sociais no final dos anos 90 se posicionaram contrários, mas mesmo assim as ideias políticas

⁶ Wall Street, além de ser o nome da Rua em Manhattan, Nova York, onde ficam a Bolsa de Valores e os escritórios dos maiores bancos e instituições financeiras, é também o termo usado para simbolizar o mundo financeiro em geral dos Estados Unidos.

⁷ Segundo Pena O **Consenso de Washington** foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos.

em relação ao neoliberalismo se firmaram como sendo essenciais e fundamentais a qualquer perspectiva que aparecesse como válvula de escape. (BURGINSK, 2018).

Para tanto, os mecanismos internacionais continuam a investir em técnicas mercantis, as quais predominam a hegemonia dominante internacional: A oposição política à agenda neoliberal requisitou a realização de deslocamentos ideológicos realizados no interior do Banco Mundial para ampliar a adesão de um conjunto amplo da população, com o objetivo de fazer com que aquela agenda fosse assumida como “expressão da própria vontade nacional”. (BURGINSK apud PEREIRA, 2009, p. 271).

Os Estados Unidos e Reino Unido que já tinham esse modelo neoliberalista desde as décadas de 70 a 80 estavam disseminando por meio de suas duas instituições BM e FMI, uma cartilha neoliberal a ser seguida como um receituário. E diante dessa situação estes dois blocos dominantes colocaram como pré-requisito necessário para concessão de novos empréstimos e cooperação econômica a aceitação do ideário neoliberal ou ao contrário sentiriam os entraves da mão reguladora dos mercados, governo e Estados. (PENA, 2018).

Todavia essas recomendações impostas pelos organismos internacionais, como se pode perceber trazem consigo particularidades da contemporaneidade que está prevalecendo como “a transferência de recursos públicos ao capital rentista sob o discurso de impedir o colapso e preservar os empregos expôs a fragilidade das teorias neoclássicas que acionavam o Estado mínimo, o que exigiu novas formulações sobre o Estado e amplas projeções dessas entre os Estados-nação”. (BURGINSK, 2018, p. 407).

Assim, o caráter alienado do capital traz o intercâmbio da lógica predominante do Estado em regulamentar as relações no sentido de favorecer os mercados, entrando em uma relação conflituosa de base de sustentação da hegemonia dominante de um Estado forte e que amplie os seus interesses através de uma intervenção eficiente, a qual se apresenta como alternativa ao neoliberalismo. Entretanto, tais orientações trazem consigo princípios da macroeconomia neoliberal, ou seja, liberação comercial, privatização e desregulamentação do trabalho, de legislações, acordos nacionais e internacionais. (Idem, 2018).

Práticas que fortalecem o Estado, e o modelo econômico implantado neoliberal, coadunam com o pensamento da sociedade burguesa monopólica e são corriqueiras e de grande importância, reconhecendo o papel dos mercados e dos governos em encontrar um meio termo para as transformações em curso como forma de regulamentar as suas decisões através do Estado. (Idem, 2018). E tudo isto envolve um desmerecimento da coisa pública e um enaltecimento do âmbito privado em vários setores.

Observa-se, segundo Burginsk (2018) que o neoliberalismo prevaleceu mesmo em governos de esquerda, se intensificando ainda mais:

Essas análises estão presente na estratégia da centro-esquerda latino-americana e possuem ressonância em grande parte de movimentos de esquerda. Segundo Katz (2008), no início do século XXI, o cenário parecia abrir-se para possibilidades de ascensão de movimentos políticos e ideológicos contrários ao neoliberalismo. Porém, os governos de centro-esquerda eleitos, por exemplo, no Chile, Brasil e Uruguai passaram a adotar a agenda neodesenvolvimentista que foi apresentada como uma espécie de *transgressão ao neoliberalismo*. Mas, ao contrário do que se anunciou, as medidas foram a continuidade de políticas contracíclicas de livre comércio e privatizações, que são “mais dependentes dos ingressos fiscais que as ideologias governamentais”. (Idem, 2018, p. 410 apud KATZ, 2012, p. 712).

Todavia, o que percebemos é que o Estado é peça chave mais do que nunca e de fundamental relevância na reprodução social burguesa, participando através do fundo público, diretamente no socorro do modo de produção preeminente e na tentativa de superar as crises e reaver as taxas de lucro. (Idem, 2018). Como observa Burginsk (2018) apud Wood (2014, p. 29), “as potências capitalistas descobriram que o Estado-nação é o mais confiável fiador das condições necessárias para a acumulação, e o único meio pelo qual o capital pode se expandir livremente para além das fronteiras da dominação política direta”.

O contexto apresentado, na cena política na atualidade nos demonstra bem o como o Estado é requisitado para auxiliar na regulamentação econômica. Como tem enrijecido a máquina pública, o orçamento público, os duros aumentos de impostos, e quem sofrem mais com isso é a população, o índice de desemprego com esses enxugamentos aumentará ainda mais, pois estão diminuindo ministérios e fechando alguns, e no Brasil e no Estado do Tocantins um dos maiores empregadores é o Estado.

Somam-se a essa dura realidade de ajuste fiscal, a crise financeira e é por meio da qual o governo vem perpetuando suas medidas de controle do mercado e favorecimento do capital.

Uma última faceta das crises merece menção. É o uso da crise como *chantagem política*. Ela unifica grandes proprietários, partidos políticos pró-capital, entidades sem fins lucrativos sustentadas por corporações, grandes burocracias como os Bancos Centrais, e setores ligados às entidades econômicas internacionais, como Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial. Ameaçando com as crises que elas próprias promovem, burguesias altamente concentradoras de riquezas vêm extorquindo direitos, expropriando novas parcelas da vida humana e social, impondo a própria crise “como modo de governo” (grifos do autor: FONTES, 2017, p. 414 apud DARDOT E LAVAL, 2016, p. 310).

Historicamente, é intrínseco ao modo de produção capitalista as suas crises cíclicas que provocam novos conflitos e tensões inerentes a sua natureza antagônica, e a reprodução de novos consensos para prevalência da sua hegemonia:

A estruturação da economia capitalista mundial, após a Guerra Fria e no alvorecer do século XXI, sob a hegemonia do império norte-americano, sofre profundas mudanças na sua conformação. A efetiva mundialização da “sociedade global” é acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. Este tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas. Esse processo impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e consumo de todos os países; e, simultaneamente, radicaliza o desenvolvimento desigual e combinado que estrutura as relações de dependência entre nações no cenário internacional. (IAMAMOTO, 2008, p. 106-107).

Diante deste contexto histórico citado acima, somos chamados a termos reflexões sobre a complexa e multifacetada crise do capital instaurada no Brasil. Sendo assim, pode-se perceber conforme a citação acima o que está acontecendo na realidade brasileira, em que o Estado é chamado a investir dinheiro público para defender os grandes bancos, empresas privadas dentre outros. Segundo Salvador “A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos”. (2010, p. 666).

2.2 Análise de conjuntura da crise econômica, social e política instaurada no Brasil

No atual momento histórico na realidade brasileira, de tempos difíceis e “temerários” como afirma o CFESS, somos chamados a analisar a conjuntura da crise econômica, social e política instaurada no país, que traz grandes desafios ao Serviço Social, à ampla investida contra os direitos dos trabalhadores, a privatização da coisa pública, e as distintas formas de resistência e organizações da classe trabalhadora e movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2017).

Destarte, no contexto da crise do capital temos a tendência de mercantilização da vida social, pelo acirramento das contrarreformas impostas pelo mercado e pelo Estado. Sendo alvo prioritário, a intervenção Estatal macroscópica em função dos monopólios, e nesse terreno estratégico se fundem os interesses e atribuições diretas e indiretas do Estado em direcionar o desenvolvimento por meio de planos e projetos tanto de médio a longo prazo,

sinalizando para investimentos e objetivos em prol da supremacia dos interesses públicos. (PAULO NETTO, 2006).

Tal fato, demonstra a necessidade de uma intervenção nas relações sociais objetivando viabilizar e defender os direitos da classe trabalhadora. Diante da crise econômica, social e política na cena contemporânea, onde o mais penalizado é o trabalhador. “Repudiamos o golpe contra a democracia desfechado pelas elites econômico-políticas no controle dos poderes do Estado, com o apoio da grande mídia, não é de hoje que nós, trabalhadores e trabalhadoras, pagamos a conta pela crise”. (IAMAMOTO, 2017, p. 2).

A alusão a esta problemática, é evidente quando Netto (2006, p. 26) destaca que o “Estado atua como instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise”. Sendo assim, a ampliação do capital é o seu interesse primário, trazendo à tona a natureza parasitária da burguesia, ou seja, alavancando tão somente a conservação e legitimação do próprio monopólio.

Cabe frisar, que a cultura política presente na sociedade capitalista, não operou rupturas com o projeto neoliberal, ao contrário se intensificou mais ainda como se pode notar:

O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas – que cria riquezas para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão, sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

Estamos vivenciando uma realidade de tempos difíceis, especialmente para a classe trabalhadora, “Isto é, apesar da gravidade da crise política, presenciamos uma situação na qual o Estado burguês parece dispor de todos os mecanismos necessários de garantia da ordem capitalista”. (IASI, 2016, p.75). Ou seja, o que se presenciou foram manobras aliadas à extrema direita e realizadas no âmbito dos poderes judiciário, executivo e legislativo, para o fortalecimento do capital e da classe burguesa dominante, conseqüentemente “as classes dominantes lograram reassumir o comando do Estado com custos políticos relativamente baixos”. (IASI, 2016, p.75).

Cabe salientar, que estes custos comparativamente baixos segundo Iasi (2016), se materializam por meio de recursos do fundo público como foi exposto em parágrafos anteriores, e poderiam estar sendo investidos em outros setores como assistência social,

trabalho, saúde, educação, direitos de cidadania, cultura, habitação saneamento, gestão ambiental, agrária, desporto e lazer. E infelizmente terminam fazendo parte de uma massa de manobra para fortalecer o acúmulo do capital.

Ricardo Antunes situa o quão agravante é esta crise estrutural do capital e faz menção a crise econômica mundial de 1929-1933 que se parece com “uma festa no salão de chá do vigário” em comparação com a crise na qual estamos realmente entrando. (2009, p. 17). O século XXI é uma alusão nítida desse fenômeno vislumbrado pelo autor e ficará marcado na memória de muitos estudiosos, de trabalhadores, e movimentos sociais e sindicais.

Floresce uma fenomenologia da crise voltada para o domínio e expansão da supremacia dos interesses capitalistas, um ato que se resume na vontade determinada para expansão dos seus ideais, através de uma legítima segurança e ousadia brotam inúmeros acordos, pactos, e desmontes; ajustes, privatizações, tantos retrocessos que são executados sem nenhum debate, ou inserção da classe trabalhadora, vem sendo legitimados por imposição e arrogância de presunçosos governantes que não escondem compactuarem com os interesses e ditames do mercado. (Idem, 2009).

Conforme já sinalizado, Ricardo Antunes traz grande contribuição para compreendermos a contrarreforma que vem sendo instituída na contemporaneidade:

Os governos dos países em crise, nos Estados Unidos, na Europa e em tantas outras partes do mundo, parecem redescobrir o *estatismo todo privatizado* como receituário para eliminar a crise da “desconfiança”. O remédio neokeynesiano, sepultado nas últimas quatro décadas, considerando um dos principais males das crises anteriores do capitalismo, ressurgiu como salvação para o *verdadeiro caminho da servidão*, ou seja, a sujeição da humanidade aos desígnios da lógica destrutiva do capitalismo e, em particular, de seu pólo hegemônico financeiro. (Idem, 2009, p. 9).

O modelo neokeynesiano que o autor menciona que se manifesta como medidas anticrise nos países capitalistas, leva em consideração o objetivo maior de regulação do capitalismo, por meio da constituição de políticas econômicas e sociais garantidoras do consumo e asseguradoras das taxas de lucro. Comumente designado de “sistema de proteção social” uma via de mão dupla instituída por meio de uma política de “estado social”.⁸ (BOSCHETTI, 2016).

Os neokeynesianos apoiam uma economia de mercado regida com a mínima intervenção do Estado a fim de corrigir as falhas inerentes ao sistema capitalista, como se

⁸ Desde final dos anos 1990, Boschetti (2016) faz menção que passa a utilizar o termo “Estado Social” para se referir à regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo, que tem nas políticas sociais uma determinação central.

fosse uma mão invisível que representasse o interesse coletivo, contudo o que temos diante destas lacunas deste sistema são controvérsias, ou seja, a intervenção do Estado se faz presente e ativa assim surgindo o neokeynesianismo. (Idem, 2016).

Mészáros indicava que o “sistema do capital (e em particular, o capitalismo), adentraria em uma fase inédita, de crise estrutural, marcada por um continuum depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história”. (2009, p. 10). Embora a crise pudesse mostrar o seu lado nefasta longa e duradoura, sistêmica e estrutural como o que vem acontecendo na realidade atual revelando bem a tônica capitalista de dissolução e arrocho do sistema de proteção social. (ANTUNES, 2009).

Assim Mészáros ressalta uma crítica devastadora às engrenagens do sistema do capital:

Sua aguda investigação debruçando-se ao longo de todo o século XXI, o leva a constatar que o sistema do capital, por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva. Conformados pelo que se denomina, na linhagem de Marx, como mediações de segunda ordem – quando tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humanos-sociais vitais -, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua conseqüente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente. (Idem, 2009, p. 11).

Uma análise, dessas relações de dominação e de gritantes retrocessos materializados na contemporaneidade, foi reforçada pelo próprio governo em um pacote de regressão conforme o CFESS ““presente grego” para a parte da população brasileira que só tem sua força de trabalho para sobreviver”(2017, p.2). E que foi objetivado por meio de acordos, alianças partidárias, reuniões na calada da noite, doação de áreas preservadas. Neste sentido, podemos citar o avanço acelerado da privatização da coisa pública e retrocessos que vem se deparando a classe trabalhadora no país. Sem a pretensão de esgotar todos estes na presente análise:

- Uma das medidas nefastas voltadas ao retrocesso como assinalada pelo CFESS (2017), é a redução de ministérios preferivelmente os de caráter social. Elucidam-se significativos exemplos como a extinção das Secretarias dos direitos humanos, das mulheres e da igualdade racial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e também do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (MP nº. 720 de 12/5/2016). E não termina por aí a diminuição de secretárias, cita-se ainda a transformação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MP nº 726). (CFESS 2017; IAMAMOTO 2017).

- Outras transformações ocorridas foi a MP nº 727/2016, agora convertida em Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016. Que Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e da outras providências. Está lei em vigor tem uma direção de desestatização; com Programas de Parceria de Investimentos (PPI), que prevê a parceria entre Estado e Iniciativa privada. (CFESS, 2016).

Na verdade, cria-se uma forma de o Estado não se responsabilizar totalmente pelos interesses da sociedade, é uma desestatização no sentido de transferir sua responsabilidade a terceiros, isto é, a terceirização dos serviços bastante comum na forma de gestão do Estado.

- A proposta de Emenda Constitucional nº 31 de 2016, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desobrigação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Prorrogada até 2023 a permissão para que a união utilize livremente parte de sua arrecadação. E ainda ampliou o percentual que era de 20% para 30%, a ser arrecadadas sobre todos os impostos e contribuições sociais federais. E equipararam-se também a esta sugestão os Estados, Distrito Federal e Municípios. Enquanto isto não se aplica os orçamentos necessários à assistência social, saúde e educação. (CFESS 2016; IAMAMOTO, 2017).

- Convertida a Medida Provisória 767 em Lei 13.457, a reforma da previdência anunciada como sendo a única saída para que o Sistema previdenciário não viesse a falir, foi um baque para toda a classe trabalhadora, presidida pela “penalização dos trabalhadores com o aumento do valor de suas contribuições, a desindexação dos valores dos benefícios do salário mínimo, contribuição direta dos trabalhadores rurais, a unificação do regime da Previdência com o regime jurídico único, mudanças nas regras de aposentadoria”⁹. (IAMAMOTO, 2017, p. 17).

- Proposta de Emenda a Constituição – PEC 55/2016 limita os gastos públicos por vinte anos, podendo ser revista somente a partir do décimo ano de vigência. O que acarreta consequências irreversíveis na efetivação de direitos constitucionais. (IAMAMAOTO, 2017).

- O Sistema Único de Saúde é um dos maiores serviços públicos de saúde do mundo. Sendo base de referência para outros países. Criado em 1988 pela Constituição Cidadã, e garantindo o acesso universal e igualitário para toda a população do país. (PORTAL DA SAÚDE, p.1). Há muito tempo vem sofrendo graves ameaças de privatização.

⁹ Planalto - altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

- A Medida Provisória 759/2016, caracteriza as relações sociais no campo tensionado pela liberação de venda de terras aos estrangeiros. Os indígenas também estão assustados, pois esta medida pode influenciar nas demarcações de suas terras e das populações remanescentes como quilombola, dentre outros. Os recursos naturais estão sob ameaça por meio da expropriação, como por exemplo, a água, o ar, a privatização do pré-sal na exploração petrolífera, minerais, florestas, e tudo isto é possível por meio da regularização e licenciamento para exploração econômica por parte do Estado. (IAMAMOTO, 2017).
- O governo de Michel Temer se prepara para enfrentar uma forte resistência caso queira levar adiante o “plano de liberar uma área de 47 mil quilômetros quadrados em plena floresta amazônica, entre o Pará e o Amapá, para extração de ouro e outros minerais nobres”. (Borges, 2017, p.1). Esta área é conhecida como Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca), e onde o Ministério de Minas e Energia tinha dado o primeiro passo para abrir a iniciativa privada o acesso a esta área. Entretanto uma grande visibilidade a este assunto se deu a uma reportagem no Fantástico e que provocou alvoroço com um movimento em redes sociais contrários a legalização da exploração por mineradoras na Amazônia, e que fez pelo menos por enquanto o presidente recuar em sua decisão. (BORGES, 2017).
- A Política de Educação não difere das demais, ameaçada pela lógica privatista do Plano Nacional de Educação – PNE. “O horizonte demarca posicionamento político contrário à privatização e mercantilização das creches à pós-graduação, à precarização das atividades de trabalhadores da educação e à avaliação meritocrática da educação” (CFESS, 2014, p.2). É ressaltando ainda a importância de uma Educação Pública, laica e de qualidade.
- A Proposta de Emenda a Constituição – PEC 287/2016 Altera os artigos. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelecem regras de transição e dá outras providências. O CFESS 2017 destaca que o conteúdo desta PEC é uma expropriação dos direitos da classe trabalhadora para favorecer o capital financeiro, pois explana uma série de consequências para a classe trabalhadora¹⁰.

É visível a especulação financeira sobre o Estado de dar apoio ao capital para privatização da proteção previdenciária, por meio da Ascensão de planos privados. Questionando-se o belo discurso do rombo na previdência que poderá entrar em colapso por não ter como se sustentar. Ou seja, cria-se um déficit não existente, “Pois não existe um orçamento da previdência. E o orçamento da seguridade social, apesar das renúncias tributárias, dos desvios de recursos para outros fins, tem sido superavitário”. (CFESS, 2017,

¹⁰ O CFESS Manifesta Edição Especial: não a contrarreforma da previdência traz bem detalhada as consequências acarretadas por esta reforma na vida dos trabalhadores.

p.4). Querem minimizar a previdência pública, trazendo a ascensão de que as aposentadorias e pensões devem ser geridas pelas instituições financeiras. (CFESS, 2017).

- Outro grande retrocesso ao trabalhador foi à contrarreforma trabalhista¹¹, aprovada pelo senado, somado a já aprovada lei das terceirizações (13.429/17), coloca em foco a precarização das condições de trabalho, precarização das formas de contratação. “A contrarreforma trabalhista altera esse princípio, quando permite a predominância do Negociado sobre o Legislado em relação a vários direitos do trabalho já estabelecidos (jornada de trabalho, salário, contrato de trabalho, dispensa e descanso, etc.)”. (CFESS, 2017, p.2).

Intensificam com a contrarreforma a ilusão do governo de que o trabalhador poderá negociar com o empregador sua jornada de trabalho que foi ampliada para o limite de 44 horas semanais, e para livre negociação de banco de horas, bem como para a redução do tempo de descanso, podendo incidir em acordos que podem recair na redução do salário do trabalhador. Onde só ampliam a lucratividade dos empregadores, e favorecem a lógica burguesa na busca do acúmulo do capital tanto nacional como internacional. (CFESS, 2017).

- O Serviço Social no INSS encontra-se ameaçado e o conjunto CFESS-CRESS, trava lutas e debates em prol de uma previdência social pública, e universal. “A previdência vem sofrendo vários ataques ao longo do ano, e o mais recente foram à portaria encaminhada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que propõe novo Regimento Interno para Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)”. (CFESS Nota em Defesa do INSS, 2017, p.1). O documento contém entre as alterações e mudanças, uma nova estrutura para o INSS, e também a exclusão do Serviço Social, e abre espaço para atuação de “agentes externos” na prestação dos serviços previdenciários. (CFESS Nota em Defesa do INSS, 2017).

A ameaça ao INSS e a profissão de serviço social, está também interligada a contrarreformas deste governo, pois uma profissão que busca legitimar e garantir o direito de acesso de seus usuários a previdência. Terminam por sofrer represálias, e perseguição no âmbito institucional. (CFESS Nota em Defesa do INSS, 2017).

- O serviço social se faz presente na previdência social no decorrer de 73 anos, com o objetivo de “esclarecer, junto aos beneficiários, seus direitos sociais e os meios de exercê-lo, e estabelecer, conjuntamente com eles, o processo de solução dos problemas que emergirem de sua relação com a previdência social, tanto no âmbito da instituição, como na dinâmica da sociedade” (CFESS Nota em Defesa do INSS, 2017, p?).

¹¹ Para aprofundar a temática tem-se o CFESS Manifesta Edição Especial: A contrarreforma trabalhista.

Entretanto este documento no qual querem denominar a atuação profissional como “agentes externos” seria algo parecido como o que ocorre no judiciário, o profissional passaria por uma seleção sem vínculo empregatício, e seria convocado para fazer um estudo socioeconômico, um relatório e parecer social ao INSS. Um contrato de trabalho precário e sem as mínimas condições ao trabalhador.

O que se percebe nestas reformas implantadas no Brasil, é uma conjuntura de grandes retrocessos, principalmente diante da historicidade de grandes lutas travadas pela classe trabalhadora pela legitimação de vários direitos conquistados constitucionalmente. E que vem sendo usurpados em prol da face nefasta da burguesia e do grande capital.

Ricardo Antunes destaca a importante contribuição de Mészáros para compreendermos a atual crise:

Sua análise já antecipava que, no interior dos países capitalistas centrais, os mecanismos de “administração das crises” seriam cada vez mais recorrentes – e também cada vez mais insuficientes -, uma vez que a disjunção radical entre produção para as necessidades sociais e auto-reprodução do capital se tornava a tônica do capitalismo contemporâneo gerando consequências devastadoras para a humanidade. (ANTUNES, 2009, p. 12).

O que significa, que “dada à nova forma de ser da crise, caracterizada por uma nova fase sem intervalos cíclicos entre expansão e recessão” (Idem, 2009, p. 12). Presencia-se um favorecimento e precipitação, cada vez mais frequente dos governantes de não dar a devida atenção a uma totalidade. Tratando-se apenas, partes fragmentadas que coadunam para favorecer o mercado como se pode ver na atual conjuntura de ajustes apenas para os trabalhadores, não ultrapassando os intocáveis do auto escalão da sociedade capitalista os detentores dos meios de produção e da base eminente (da cúpula do governo).

A palavra chave do momento é confiança para os governantes, mesmo em meio a tantas injustiças sociais, econômicas, de desregulamentação dos direitos, essa é uma palavra mágica diante das crises. Uma apologia ao sistema prevalece de fortalecimento, de disseminar seus ideais; tudo isto equivale dizer de uma revisão acrítica e defesa incontestável da operação que o sistema metabólico hoje dominante resgata como operação econômica ilimitada. (MÉSZÁROS, 2009).

Simultaneamente, pensar neste jogo político no qual disseminam que a efetivação das reformas é essencial diante da “crise”, não passa de ilusão a serviço dos “recursos dos mercados”, ou seja, uma forma corriqueira que sempre resgatam fazendo com que a população compre a ideia disseminada, apelando até para uma glorificação dogmática em favor do perturbado sistema capitalista. (MÉSZÁROS, 2009).

A configuração política hoje existente no Brasil reafirma bem o que Mézaros nos apontou acima, um forte dogma religioso e que se apresenta como governantes que podem salvar o mundo, a miséria que paira sobre a sociedade. “Assim, até mesmo os mais queridos e bem testados dogmas da propaganda (de um inexistente livre-mercado, já que nunca existiu na realidade) podem agora ser descartados pela nobre causa de “salvar o sistema””. (MÉSZÁROS, 2009, p. 20).

Entretanto, literalmente este livre mercado inexistente como suposta solução as crises financeiras, escondem o sacrifício e necessária submissão das grandes massas de trabalhadores e esforços fiscais crescentes em prol de um pragmático acordo dos deuses para a configuração geopolítica hoje predominante. (Idem, 2009).

No cenário trágico da história, nos remete e “ensina uma lição importante: que as grandes crises bancárias são essencialmente resolvidas pela injeção de grandes somas de dinheiro público”. (Idem, 2009, p.20-21). Tanto Mézaros, como outro grande autor e estudioso do orçamento público Evilasio Salvador tem a sublime contundência em evidenciar que milhões e milhões de dinheiro público são injetados em nome da economia e do sistema para salvaguarda-los. Todavia nem pense um reles “vendedor ambulante de sorvete poderia alguma vez sonhar com tal colherada tamanho Tsunami”. (Idem, 2009, p.21).

Como exemplo singular do referido processo, Iasi traz significativa contribuição:

A dramaticidade desta configuração só pode ser compreendida se considerarmos que o capital que toma conta do mundo, diferente do mito ideológico liberal, é um capital monopolizado, isto é, altamente concentrado e centralizado, colocando a população mundial a serviço de um pequeno grupo de proprietários dos meios de produção monopólicos, assim como seus aliados imediatos que cumprem diferentes papéis a serviço da valorização (comerciais, financeiros, serviços etc.) como, também, na garantia das condições de reprodução. (IASI, 2018, p.17).

A política oficial apresentada não rompe com sua excepcional voracidade, nas sabias palavras de Iasi (2018), ao contrário agudiza-se ainda mais a organização hoje existente no mundo de grandes potências capitalistas, e em meio a isto tem um importante fator, a formação de uma organização sociopolítica privilegiada como é o caso dos operários que se localizam nos grandes centros, ao tempo que a exploração em suas condições mais férreas se transfere para as periferias numa nítida e pertinente divisão da mesma classe proletária colocando uma contra a outra.

Esta dualidade não é uma dicotomia, mas uma unidade articulada de formas aparentemente opostas: democracia, no centro, e ditadura, na periferia. Ora, o capitalismo atual não apenas aplainou as diferenças planetárias, subordinando tudo ao processo de valorização, mas ao proceder desta forma sincronizou, cada vez mais,

os ciclos da crise que é constitutiva deste modo de produção. O quadro atual parece demonstrar que o fim do equilíbrio temporário na luta de classes, em grande medida tornado possível pelo equilíbrio militar presente na chamada “guerra fria”, abre caminho para certa homogeneização das formas políticas, de maneira que o centro é obrigado a assumir formas cada vez mais repressivas e antidemocráticas. (IASI, 2018, p. 19).

Naturalmente, a situação acima elencada favorece as medidas que o governo adota ou pretende adotar, uma base social que busca amenizar a resistência dos trabalhadores, alavancando ainda mais uma organização sociopolítica baseada em privilégios em torno de uma classe social, que é composta por pessoas nobres que monopolizam o poder e a concentração da riqueza.

O cenário presente no Brasil no decorrer dos últimos anos não é dos melhores perpassa por um relacionamento simbiótico entre práticas corriqueiras do dia a dia, tornando-se banalizadas. Estamos a ressaltar o ciclo da “CORRUPÇÃO” palavra que está no centro das atenções, pois vem se tornando uma realidade absolutamente personificada e privilegiada do capital, dos negócios e da política. (grifos nosso, MÉSZÁROS, 2009).

Mas não importa quão corruptas possam ser tais práticas, elas estão plenamente em sintonia com os contravalores institucionalizados da ordem estabelecida. E – dentro da estrutura da simbiose prevalecente entre o campo econômico e as práticas políticas dominantes – são legalmente bastante permissíveis, graças ao mais dúbio e, muitas vezes mesmo evidente, antidemocrático papel facilitador da selva legislativa impenetrável proporcionada pelo Estado também no domínio financeiro. (MÉSZÁROS, 2009, p. 25).

Esta realidade não é uma dicotomia, temos tempos difíceis e que predominam a barbárie, “a fraudulência numa grande variedade de formas é uma normalidade para o capital”. (MÉSZÁROS, 2009, p.26). As manifestações extremamente destrutivas podem ser vislumbradas por mais um rombo nas contas públicas, mas quando o interesse é de grandes empresários e ruralistas as finanças parecem não importar. O presidente eleito Jair Bolsonaro quer perdoar dívidas de ruralistas que somam um rombo de 17 bilhões. E também já sinalizou que apoia a aprovação do projeto de lei (9.252/2017) no congresso que concede perdão total das dívidas acumuladas por produtores rurais e agroindustriais. (ZAIA, 2018).

O fato embaraçoso em se compreender é que para as políticas públicas não temos recursos, tem-se que fazer cortes, mas para isenções fiscais desta proporção sobra dinheiro. É uma forma corrupta de se legislar abastecida generosamente com verbas públicas, uma Selva legislativa do Estado segundo palavras de Mézáros (2009). “Na verdade, a cada vez mais densa selva legislativa do Estado capitalista passa a ser o legitimador “democrático” da

fraudulência institucionalizada nas nossas sociedades”. (grifos do autor, MÉSZÁROS, 2009, p.26).

Parte-se da premissa, que se espera pela frente pelo então presidente eleito no ano de 2019 é um acirramento ainda maior aos ditames e apetite voraz dos Estados Unidos agravando a realidade hoje já existente, um “buraco negro” segundo Mészáros (2009). O financiamento de uma dívida pública que parece não ter mais fim é o real problema:

Há uma enorme discussão a respeito do grave, e hoje obviamente inadmissível, endividamento dos países latino-americanos bem como em relação às perigosas implicações de tal dívida para o sistema financeiro mundial como um todo. Embora não se possa negar a importância desse tema, deve-se enfatizar que é bastante surpreendente a pouca atenção dada à necessidade de pô-lo em perspectiva. Com efeito, o conjunto da dívida latino-americana, que monta a menos de US\$ 350 bilhões (acumulados coletivamente pelos países em questão, através de um período de várias décadas), declina em total insignificância se confrontado com o endividamento dos Estados Unidos – tanto interno quanto externo –, que deve ser contado em trilhões de dólares; isto é, em magnitudes que simplesmente desafiam a imaginação. (MÉSZÁROS, 2009, p.36-37).

Mészáros (2009) ressalta que os Estados Unidos, entretanto tem deixado de pagar dívidas a outros países. Firmando-se uma conspiração e lei do silêncio entre as partes interessadas, com medo de retaliações. “como se essas dívidas astronômicas pudessem ser “anotadas no interior da lareira” (referindo-se a pequenas dívidas, contraídas entre amigos íntimos que podem aguentar facilmente tais “calotes”)”. (Idem, 2009, p. 37).

Sublime menção se faz aos cortes de gastos públicos aqui já enfatizados, mas que carece o retorno para destacar uma proposta vista com maus olhos – a de que as forças armadas brasileiras não terão um teto, ou seja, cortes financeiros segundo Jair Bolsonaro. Assim também, como a defesa de aumento de salários para os militares, e investimentos em infraestrutura nessa área. É nítido que todas as áreas no Brasil estão merecendo atenção não só a segurança pública, educação e saúde são áreas essenciais e que estão perpassando por um sucateamento, e ainda incide sobre as mesmas o limite orçamentário.

Entretanto, relatórios recentes de acordo com Mészáros confirmam que esta prática elencada acima de uma bonança comercial gerada pela via tecnológica, tende a ser uma significativa e excessiva distorção da competitividade no que tange os gastos militares a exemplo da Europa e dos Estados Unidos. Pois “à medida que a tecnologia militar torna-se mais e mais complexa, dispendiosa, ágil e misteriosa, ela se afasta cada vez mais de possíveis aplicações civis”. (Idem, 2009, p. 33).

Em outros termos, o autor quer ressaltar a dificuldade de um controle social por parte da sociedade civil nos reais investimentos nessa área, favorecendo apenas a reprodução

capitalista por meio da intervenção estatal fator também já discutido em parágrafos anteriores. Mascarando práticas políticas/administrativas secretas em prol de potencialidades realmente necessárias e não em beneficiar propósitos militares completamente esbanjadores. (Idem, 2009).

Segundo Iasi expondo sobre o tema evidencia bem a atual conjuntura:

Esta destrutividade se expressa no máximo desenvolvimento da forma monopólica e sua conversão em imperialismo, numa forma estatal político-militar a serviço da constante exportação de capitais e sua consequente partilha e repartilha das áreas de influência, assumindo novas configurações além do Estado nação, sem, contudo, poder superar a forma nação como condição de organizar e manter as condições de exploração da força de trabalho; (IASI, 2018, p.14).

Iasi salienta que “É de se esperar que estes tempos se fizesse acompanhar de uma forma própria de consciência social”. (2018, p.12). É o que vem perdurando na sociedade atual haja vista ser prenha de crenças religiosas, de um pensamento conservador que quer retroceder em tantos avanços que já tivemos como o caso da mulher se envolver no mercado de trabalho e garantir sua autonomia financeira¹². De fundamentalismos religiosos e opiniões catastróficas ou vista como salvadoras que lançam mão de preceitos irracionais, fascistas e de preconceitos cegos como afirma Iasi (2018).

Em meio às circunstâncias descritas, o que se espera é avançar, é ter uma visão aberta necessariamente ao futuro e a novas possibilidades que venham para somar, pois os “Direitos se esvanecem como pó atingido por súbita rajada de vento. Trevas e pesadas nuvens se acumulam no horizonte”. (Idem, 2018, p. 12).

Ele continua, socializando alguns dados e a seguinte reflexão:

No processo tradicional de guerra e conquista, uma potência invade outra nação e a ocupa militarmente, colocando sua população a seu serviço, saqueia suas riquezas, impõe formas de governo sob seu controle, impõe sua cultura. Hoje, presenciamos uma situação inusitada. Nossos países estão ocupados, nossas populações escravizadas pelo amo do capital, nossos governos são ficções que servil e docilmente se curvam às demandas dos organismos econômicos mundiais e seus planos de “austeridade”, enquanto a riqueza produzida sangra para o centro do sistema, deixando atrás de si um rastro de destruição e miséria. (Idem, 2018, p. 19).

Assim, o capital mundial assume um caráter eminentemente destrutivo (IASI, 2018 apud MÉSZÁROS, 2002). É a realidade que estamos nos deparando atualmente, não apenas pela evidente necessidade de encurtar o tempo entre a produção e o consumo, mas

¹² Estudos recentes mostram que uma das causas das mulheres se manterem em relacionamentos abusivos é a dependência financeira. Então muito ainda tem que ser avançado em relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho e não retroceder.

pelo esgotamento de recursos naturais do planeta, pela voracidade de exploração predatória da força de trabalho, pela intensificação da exploração, a subordinação da ciência e da tecnologia ao princípio da obsolescência programada, e particularmente pela natureza predatória da crise do capital e suas consequências infundáveis que vão deixar marcas em muitas pessoas, e na sociedade em geral. (IASI, 2018).

“Em poucas palavras, o capital é uma força, nas condições contemporâneas, que só pode garantir sua existência, destruindo em larga escala as forças produtivas materiais”. (IASI, 2018, p. 18).

Infelizmente na contemporaneidade está-se diante desta constatação, a ruína de muitos direitos e os ataques continuam de forma visível como é o caso neste ano de 2019 com a atual eleição, a demarcação de terras indígenas e quilombolas e áreas florestais também que ficaram a cargo da pasta de agricultura sob-responsabilidade da ministra da agricultura Tereza Cristina (DEM-MS), que foi presidente da bancada ruralista no Congresso.

Pode-se ver a incoerência em relação a estas demarcações, como uma pessoa que foi da bancada ruralista tem domínio e tato para responder por tais questões. Até então, a atribuição sobre as terras indígenas ficava a cargo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vinculada ao Ministério da Justiça, a qual está sendo derruída e acabando com sua função prevista constitucionalmente. São 305 povos indígenas de culturas diferentes, de modo de vida em contato com a natureza, com crença espiritual muito forte, então respeitar essa diversidade cultural é importante.

Essa contradição absurda que idealiza que uma ministra ligada aos interesses dos ruralistas vai ter uma atuação pautada na isonomia, é no mínimo uma piada de mau gosto. Pois fica evidente, que os interesses ruralistas serão colocados à frente ou lado a lado, o serviço florestal brasileiro antes ligado ao meio ambiente também ficou a cargo desta ministra da agricultura, o mesmo tem função sobre o cadastro ambiental rural, a recuperação da vegetação nativa florestal, a proposição de planos de produção sustentável e o apoio aos processos de concessão florestal.

Então, pensando em um país tão rico em riquezas naturais como o Brasil e se não tiver uma fiscalização dura, um controle e preservação, está-se fadado ao fracasso e desastres ambientais como em casos de enchentes, de calor excessivo, de explorações por mineradoras como em Mariana – MG. O presidente eleito não tem a mínima preocupação também com o aquecimento global, presencia-se uma ganância econômica implacável, uma rentabilidade sem se ater que os recursos naturais se não preservados são findáveis.

O Brasil é o país que mais tem povos indígenas isolados no mundo, e apresenta o maior índice de preservação das florestas, rios, animais, em áreas indígenas o governo precisa olhar isso com bons olhos e respeitar estes povos e apreender com os mesmos. A FUNAI é responsável por proteger, fiscalizar e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

A contradição que paira sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas forças produtivas e as relações sociais hoje existentes cabem ser refletidas:

Nenhum modo de produção, antes do capitalismo, reuniu as condições para que esta contradição ameaçasse a continuidade da espécie, mas o capitalismo o fez. Sua dimensão mundial, o grau de subordinação de todas as esferas da vida ao fulcro de sua necessidade vital de valorização, o fundamento tecnocientífico de sua forma de produção, o papel da guerra em seu sócio metabolismo, o credenciam a este papel pouco louvável. (IASI, 2018, p. 18).

É notória essa organização na sociedade capitalista atual, pode-se perceber considerando os genocídios e massacres dos povos indígenas, como o que vem acontecendo por meio de violência no campo a qual o conflito por terras entre ruralistas e lideranças indígenas sendo que ao menos 24 assassinatos já ocorreram dos mesmos. E vai se intensificar ainda mais, pois ruralistas, mineradoras se sentiram legitimados em avançar e adentrar em áreas indígenas para explorá-las. (G1, 2019).

“A medida contém **conflito de interesses**, porque coloca os direitos das minorias (indígenas e quilombolas) subordinados ao agronegócio, *informou em nota o Instituto Socioambiental*”. (grifos do autor. G1, 2019, p.1).

Essa particularidade presente se agrava ao notar-se que a luta da classe trabalhadora em geral está sendo segregada e pulverizada “cria uma situação na qual a realidade imediata da exploração, as formas de resistência e as lutas dos oprimidos, ficam física e politicamente muito distantes do pequeno grupo de poder que se beneficia da ordem capitalista”. (IASI, 2018, p. 23). É o que vem acontecendo com os casos citados acima dos indígenas, quilombolas, com casos dos ambientalistas e ativistas que lutam contra a devastação do meio ambiente.

Vive-se uma crise ideológica, nos termos em que Marx e Engels (2007, p. 283) definiram como uma época de “hipocrisia proposital”, uma realidade marcada por conflitos de interesses, enquanto os trabalhadores lutam por um mínimo possível de condições de subsistência e acesso a políticas públicas. A burguesia traz a tona ideias que correspondem a interesses particulares de sua classe apresentados como universais e excessivamente importantes e inevitáveis, mas esses valores apresentados nesse contexto se tornam inautênticos. Entretanto, a população deve se atentar e voltar o olhar para consciência de

classe como alertam os autores, pois quanto, mas a classe dominante é desmentida pela vivência histórica, mas o seu poder de organização e legitimação é potencializada de forma hipócrita, moralista e sagrada. (IASI, 2018).

Não obstante, pode-se verificar está contradição na hegemonia dominante burguesa nos problemas que não param de crescer na gestão do atual presidente, ataques ao IBAMA e ao meio ambiente como já assinalado, o fim da corrupção, mas perpassando e mascarando outro viés o do favorecimento como no caso do filho do vice-presidente da república que trabalhava há 18 anos no Banco do Brasil e agora foi nomeado como assessor especial da presidência do mesmo banco, o pai afirmou que seu filho tem “mérito” e sofreu injustiças na agencia por ser seu filho. Outra nomeação foi para a Agência de Promoção de Exportação do Brasil (Apex), Letícia Catelani será diretora executiva, ela foi cabo eleitoral e ativista do presidente, e terá um salário superior a 30.000 mil reais. (LINDNER; BRONZATI. NEVES, 2019).

Essa conjunção de fatores, retrógrados faz-se refletir o quanto a atual gestão está em ponto cômodo, pois a classe proletária encontra-se dividida em muitos que apoiam toda esta contrarreforma que vem acontecendo no Brasil. Principalmente pessoas ligadas a igrejas evangélicas, militares, e outras que compraram algumas ideias defendidas pelo então presidente como o fim da corrupção, a perseguição ao PT e a programas sociais, e outros movimentos.

Na prática isso traduz numa realidade favorável ao avanço das medidas ultraconservadoras do presidente e sua cúpula, como se presencia nessa pequena política instaurada no Brasil:

Vivemos em uma época de contrarrevolução. Este não é um fato novo. Marx já descrevia a época da revolução proletária como um longo processo de lutas nas quais os trabalhadores “parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado” (IASI, 2018, p. 22 apud MARX [1851/52], s/d, p. 206).

Tal fato relata bem o contexto histórico contemporâneo uma força da burguesia que surgiu para aniquilar todos os direitos que levaram anos para serem construídos e tudo esta sendo legitimado por meio do processo de sufrágio. Tantos pontos de regressão enfatizados ao decorrer deste trabalho referem-se bem ao atual cenário e a manipulação da política partidária de direita que leva em consideração a ignorância e ideias baseadas no senso comum da população.

É nesse colapso que a ideologia burguesa vai se disseminando, enquanto os trabalhadores não se reconhecem como proletários e não tem uma consciência de classe. É nessa inércia que as poucas conquistas esvanecem como pó em “meros jogos de palavras dando lugar ao elogio da fragmentariedade, do acaso, do descontínuo. A razão se converte em “desrazão”, em irracionalismo; a modernidade, em pós-modernidade”. (IASI, 2018, p. 24).

É importante frisar que a partir do momento que as pessoas perdem a sensibilidade e a preocupação com o seu próximo e a forma como vivem como no caso da classe trabalhadora, deixando a intencionalidade de uma classe particular sobressair, só pode almejar uma universalidade abstrata, ou seja, longe de se ter uma justiça social, direitos iguais, acesso ao conjunto de políticas públicas, se tem uma expressão particular de uma universalidade substantiva que vêm caminhando a largos passos para uma catástrofe monumental disfarçada de humanidade. (IASI, 2018).

Marx (1983) tem sido enfático na sua tese ao descobrir a exploração constante do capital, exploração do homem pelo homem, e assim tem sido constantemente atacado. Ora, é nesse ponto que a burguesia ressurge para disseminar seus ideais, sua hegemonia, aprofundando os mecanismos de alienação da classe proletária. O capital e o reformismo que vem se alastrando no Brasil com linha férrea no trabalhador tem sido mais importante para disseminação deste modo de produção e seus interesses, do que o próprio homem e sua existência, a sua sobrevivência dentro da sociedade.

CAPÍTULO II

3 PANORAMA DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO SÉCULO XXI: INFORMATIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

A axiologia a se desenvolver no presente estudo pretende propiciar uma análise sobre o rebatimento da crise estrutural do capital e de que modo à mesma afeta as condições de vida e de trabalho dos sujeitos no Brasil. Seja por meio da erosão do trabalho contratado e regulamentado, ou pelo advento da intensa e aviltante exploração do trabalho e também pela crescente ampliação do desemprego estrutural. Além de fazer menção ao desmonte da legislação trabalhista já explanada no capítulo 1.

Os pontos referidos condizem que a crise estrutural do capital vem atingindo “o coração do sistema capitalista, ou seja, o conjunto dos países centrais no Norte do mundo, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, herdeiro das eras Taylorista e fordistas, que foi dominante no século XX”. (ANTUNES, 2010, p. 633). Todavia, o cenário posto na atualidade converge para o afloramento de retrocessos substituindo os mesmos por diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que mascaram frequentemente a autoexploração do trabalho. (ANTUNES, 2010, p. 633).

Outra problemática que tem se presenciado também é a explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge uma gama de trabalhadores na sua totalidade, “sejam homens, mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, sendo que estes últimos são os primeiros a ser penalizados”. (ANTUNES, 2010, p. 633).

Além de toda essa precarização no mundo trabalho, aumenta intensamente o desemprego em escala mundial. Cabe destacar essa problemática no Brasil em dados que segundo a Organização Internacional do Trabalho estima-se um quantitativo de 5, 5% de desempregados no Brasil em 2018. O que representa aproximadamente que 193, 6 milhões de pessoas estão em busca de um emprego no mundo. São dados alarmantes e traz consigo grandes preocupações, haja vista que em 2019 essa quantia tende a se exacerbar, ou seja, 35 milhões de pessoas deverão se sujeitar a trabalhos precários.

Em pleno século XXI, mais do que nunca bilhões de pessoas dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver, indica uma classe trabalhadora em sua totalidade os assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho – a classe que

vive do trabalho, conforme denominação de Ricardo Antunes e que são despossuídos dos meios de produção. (ANTUNES, 2018).

O cenário que se encontra é cada vez mais de “situações instáveis, precárias, ou vivenciam o flagelo do desemprego”. (ANTUNES, 2018, p. 25). Assim a população acaba se sujeitando a estes empregos diante da necessidade de sobrevivência, e essas formas de trabalhos tendem a crescer ainda mais no Brasil no ano de 2019 diante da flexibilização da legislação trabalhista. Uma falácia que diz corroborar para o aumento de empregos. Mas, seria suficiente lembrar que isso já ocorreu nos Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Argentina, a título de exemplo, entretanto em nada mudou o índice alarmante de desempregados que só vem aumentando. (ANTUNES, 2010).

No Brasil tem-se um fenômeno na gestão de aproximação as ideias americanas, todavia sem se ater a realidade brasileira totalmente diferente deste país. O que termina aumentado ainda mais a exploração do trabalho e trazendo descontentamentos aos trabalhadores. “Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos direitos sociais e erosão de suas conquistas históricas”. (ANTUNES, 2018, p. 25).

Essa postura alienante é consequência da lógica destrutiva do capital que conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo) a exemplo de fechamentos de muitos postos de trabalhos formais e com os salários condizentes com a função; no Brasil foi o caso das secretarias de governos, ou a unificação de algumas, o que gerou muito desemprego. Todavia essa postura fortalece o mercado ao “recriar-nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando”. (ANTUNES, 2018, p. 25).

Neste interim, ressalta-se a importância de situar à categoria trabalho “indispensável para a compreensão da atividade econômica, o próprio modo de ser dos homens e da sociedade”. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 29). Então refletir sobre o panorama do trabalho cabe compreender que:

Na base da atividade econômica está o trabalho – é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando valores que constituem a riqueza social. Por isso, os economistas políticos sempre concederam ao trabalho uma importância especial em seus estudos. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 29).

Inegavelmente, os homens e mulheres para satisfazer suas necessidades materiais que constituem a sociedade, obtém-se a partir de uma interação com a natureza, transformando matérias naturais, algo bruto para atender as necessidades de (homens e mulheres). A essa transformação realizada através da atividade é que denominados trabalho. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009).

Nesse campo fértil de debate, se aflora uma das grandes premissas que move o trabalho humano e o distingue do trabalho de outros seres segundo Marx:

[...] O trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e por tanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são atividades orientada a um fim ou trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais. (BRAZ; PAULO NETTO apud MARX, 1983: 149-150, 153).

A grande chave da categoria trabalho está centrada na imaginação, no pensar, idealizar e materializar essa ação antecipada idealmente na realidade. “O ponto de partida é uma intencionalidade prévia – mais exatamente, importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito”. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p. 32).

Braz e Paulo Netto ao tratar do trabalho difere o mesmo das atividades naturais, assim “o trabalho se especifica por uma relação mediada entre seu sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica)”. (2009, p.32). Por ocasião, o autor dá exemplos de um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços eletrônica, prevalece à existência de uma troca entre os sujeitos e a matéria natural, ou seja, há sempre um meio de trabalho. E também um instrumento (ou um conjunto de instrumentos) que permite a mediação da relação entre ambos. (BRAZ; PAULO NETTO, 2009).

Vigora a mediação de tais instrumentos de acordo com a finalidade que os sujeitos esperam, isto é, moldando estes instrumentos e fazendo suas escolhas “se um machado mais

longo ou mais curto é ou não adequado (*útil, bom*) ao fim a que se destina (a caça, a autodefesa etc.)”. (grifos do autor: BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p.32).

Outro ponto importante de se frisar é a comunicação necessária para o trabalho se realizar, pois o mesmo não é uma atividade isolada de outros sujeitos. “**O trabalho é, sempre atividade coletiva:** seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos”. (grifos do autor: BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p.34).

Esse caráter coletivo da atividade do trabalho, e interatividade das pessoas se denominará de social. Como se pode observar:

O trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*. O trabalho implica mais que a *relação* sociedade/natureza: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**. (grifos do autor: BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p.34).

Condizente a citação acima, o que constitui o ser social é o trabalho e as relações sociais que se estabelecem. Outrora, “foi através do trabalho — que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, *foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*”. (grifos do autor: BRAZ; PAULO NETTO, 2009, p.37). Nas palavras de Braz e Netto reafirmam que o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque na acepção dos autores quando se fala de ser social se conversa também com a humanidade (sociedade). (BRAZ; PAULO NETTO, 2009).

Ricardo Antunes, em seu livro o privilégio da servidão destaca o trabalho como fundamental para os sujeitos, e revela seu impugno “a uma unilateralização presente nas teses que procuram desconstruir o trabalho quanto daquelas que fazem seu culto acrítico”. (ANTUNES, 2018, p. 26). Desde sua remota origem, “na longa história da atividade humana, e sua incessante luta pela sobrevivência e felicidade social (presente já na reivindicação do cartismo¹³, na Inglaterra do século XIX), o trabalho já se firmava como uma atividade vital” e temos vários lados, partes, isso é omnilateral conforme o autor. (ANTUNES, 2018, p. 26).

Nesse cenário trágico que configura a sociedade capitalista, é preciso tomar cuidado com o trabalho, pois o mesmo está saindo de uma lógica de sustentar as necessidades

¹³ Segundo o dicionário são doutrinas e práticas de um grupo de reformadores políticos ingleses do século XIX, que advogavam melhores condições sociais e de trabalho para as classes operárias.

vitais dos seres humanos, para uma vida resumida exclusivamente ao trabalho o que está ocorrendo no mundo capitalista e em “uma sociedade do trabalho abstrato -, ela, entretanto se converte em mundo penoso, alienante, aprisionado e unilaterilizado”. (ANTUNES, 2018, p. 26).

É aqui que emerge uma fundamental constatação segundo o autor, o capital está predominando sobre o real sentido do trabalho, quer seja, por um lado necessitarmos do trabalho humano e de seu “potencial emancipador e transformador, e por outro lado deve-se recusar as formas predominantes de trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do trabalho abstrato”. (ANTUNES, 2018, p. 26).

Um termo chama a atenção no decurso do pensamento do autor *infelicita o ser social* o trabalho está cada vez mais degradante e desumano a fim de auferir altos lucros. A realidade do século XXI é bem essa, trabalho cansativo, muitas horas de trabalho com pouco espaço de tempo para poder preparar até suas refeições¹⁴, um transporte público de má qualidade (lotado, engarrafamentos a perder de vista), quando o trabalhador que mora nas periferias e trabalha no centro chega a casa já é noite, pressão por produtividade e metas, rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores. (grifos nosso: ANTUNES, 2018).

Nesse sentido e “não menos importante é dizer ainda que a classe trabalhadora em sua nova morfologia, participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas cadeias produtivas globais”. (ANTUNES, 2018, p. 64). Condizente, as formas de intensificação do trabalho se propagam a passos largos burlando os direitos trabalhistas, superexplorando; a vivência e às vezes a necessidade de estar em linha tênue entre a formalidade/informalidade, “os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho”. (ANTUNES, 2018, p. 64).

É notório se esperar que esse caminho acima citado de acordo com o aporte teórico de Ricardo Antunes, “indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontra em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global”. (2018, p. 64).

¹⁴ Muitos levam suas refeições para o trabalho por não dá tempo de irem a casa preparar sua alimentação e voltar ao trabalho. O que decorre de somente esquentar este alimento no micro-ondas, o que causa muito dano a saúde, e muitos estudiosos da área de saúde afirmam que este eletrodoméstico solta ondas de radiação ionizante possivelmente cancerígenas. Há uma divergência nesta forma de pensamento, o que deixa muitas pessoas preocupadas.

Essa hipertrofia dado o modo de produção existente, coloca em segundo o plano a fundamental necessidade do trabalho e suga ao máximo o trabalhador e suas forças para produção em massa, Observa-se o que Antunes desvenda:

O sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a dialética espetacular do trabalho, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender. (ANTUNES, 2018, p. 26).

Mas é a essa processualidade histórica contraditória, presente no ato de trabalhar que queremos no ater, ao tempo que “emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, que (re) converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida”. (ANTUNES, 2018, p. 26). Nesse conturbado século XXI, a preocupação com o lucro e a mais-valia está no topo da pirâmide, e o trabalho humano, o ser social é deixado de lado, e o grande desafio nos dias atuais é dar sentido autoconstituente ao trabalho humano. (ANTUNES, 2018).

As consequências dessas mutações no trabalhador são profundas haja vista a intensa exploração às quais são submetidos, e extenua sua força e dilacera sua mente. Então, é primordial pensar na vida fora do trabalho e que a mesma também é dotada de sentido. Na contemporaneidade está aflorando o índice de pessoas doentes (mentalmente, depressão, suicídio, lesões por esforços repetitivos – LER, dores musculares por quem trabalha em serviços pesados). (ANTUNES, 2018).

Essas intensas mudanças sobre a vida e cotidiano de trabalho no século XXI, vêm aviltando e produzindo todos esses indicativos de doenças profissionais cada vez mais altos, e a falta de perspectiva de vida diante de tantas usurpações e contrarreformas são notórios. Tudo isto por conveniência política e econômica, falta estudos, pesquisas e notificação dessas doenças profissionais, assim consubstanciando com elementos que possam contribuir com a compreensão desse fenômeno.

Os sujeitos estão cada dia mais cansados e exaustos com as rotinas intensas de trabalhos, as pessoas passam mais horas no trabalho do que com as famílias, do que com os filhos, fazendo uma atividade de lazer, esporte. Não está sobrando tempo, para atividades simples do dia a dia, os pais tem que se desdobrarem para ensinar uma atividade para o filho quando chegam do trabalho afadigado e muitas vezes estressados e sem paciência.

Perante a isso temos também a dupla jornada de trabalho que recaem sobre as mulheres, em lidar com os filhos, com a casa. E com o trabalho fora de casa, muitas chegam

extenuadas em seus domicílios, e ainda tem que realizar todos os serviços domésticos, em sua grande maioria sem a ajuda do marido, fruto de uma sociedade machista que não ensinam seus filhos a dividir estas obrigações. E muitas mulheres se sujeitam, vivem corriqueiramente com estas situações e acabam se frustrando, a tristeza e desmotivação pela vida tomam conta destas mulheres.

Ricardo Antunes e Luci Praun trazem importante contribuição ao destacar esse alavanque de exploração das forças produtivas de trabalho:

Não existem, nesse sentido, limites para a precarização, mas apenas formas diferenciadas de sua manifestação. Formas capazes de articular em uma única cadeia produtiva desde o trabalho terceirizado, quarterizado, muitas vezes realizado nas casas dos próprios trabalhadores, àquele intensificado ao limite, desenvolvido nos ambientes “modernos” e “limpos” das corporações mundiais. Por isso que, sob a atual fase do capitalismo, o domínio do trabalho é, mais do que nunca, domínio do tempo de trabalho (ANTUNES, 2010 e 2015; MESZÁROS, 2007).

A citação acima dimensiona bem a realidade mencionada, estão corroendo o tempo do trabalho, não se importando com a vida desses seres sociais como foi exposto, o domínio do tempo de trabalho pelos capitalistas é mais importante que tudo, e o avanço da flexibilidade ou flexibilização se constituíram a palavra chave do momento em nome da exploração elevada do trabalho, uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam a dinâmica dessa sociabilidade capitalista contemporânea.

Na prática, isso traduz impactos ainda maiores nas relações trabalhistas, a flexibilização nada mais é que uma forma de reafirmar o compromisso com os lucros, mais-valia, podendo o patrão negociar com o empregado, um simples conto de fadas que foi descrito na CLT. O que realmente se “expressa é uma diminuição drástica das fronteiras entre a vida laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural”. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412).

Fica evidente que os trabalhadores em nome dessa negociata entre patrão em empregado, sempre vai estar como subalterno nessa relação de poder, assim a frase “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, um ditado popular se aplica a este cenário que está se vivenciando, pois se o patrão falar hoje você tem que ficar mais tempo, o trabalhador vai acatar sem retrucar tal ordem. Por medo de perder o emprego e o sustento da família, o que Antunes e Praun citam acima entre aspas, é o seguinte, nega essa flexibilidade ou “acordo” para ver se não vai fazer parte das estatísticas do desemprego estrutural.

No meio destas circunstâncias descritas:

Pode ser percebida ainda, no dia a dia da atividade laboral, diante da forte sensação de que o tempo foi comprimido; ou também na clara densificação da jornada de trabalho, na qual todos se desdobram para executar sozinhos o que antes era feito por dois ou mais trabalhadores. Além disso, é visível por meio dos bancos de dias e horas que ajustam a jornada às demandas flexíveis do mercado, assim como através da instituição de uma parcela variável do salário subordinada ao cumprimento de metas de produção e “qualidade”, entre outras formas de manifestação (ANTUNES, 2015, p. 412 apud PRAUN, 2014).

Essa conjunção de fatores torna-se plausível discutir outra questão que coaduna a temática, o fato de que os desempregados ou exército industrial de reserva também sofrem com esse desemprego latente na sociedade. Ocorre por meio de pensamentos negativos de incapacidade de conseguir um emprego, de não estar preparados para o mercado de trabalho; da força imposta em aceitar o que aparecer. Surgem angústias e aflições que corroem os sujeitos e remetem a outras doenças como depressão, suicídio por acreditarem não servirem para nada, e de fazer uma afirmação que estão dependendo dos outros em caso de familiares, que estão dando despesas, gastos.

Essa realidade esbarra mais nos jovens, ou idosos que são descartados pelos empregadores por falta de agilidade muitas vezes, de se adequar a informatização. A situação está cada dia mais preocupante e de aflição para a população. Pois se essa reforma da previdência for aprovada as pessoas terão que trabalhar até idosas com sessenta e poucos anos, sem se ater que cada sujeito se difere um do outro, e também tem que se levar em conta o trabalho exercido por este sujeito se é no pesado, muitas pessoas não conseguiram aguentar essa dura realidade tão próxima.

Não por acaso, outra problemática vêm à tona o século XXI que paira sobre os jovens é um acordo que prevaleça sobre o legislado, isso se remete a brechas encontradas na reforma trabalhista. A gestão do atual presidente estuda a possibilidade de jovens trabalharem sem direito a férias, FGTS e 13º salário. Mesmo que isso fira o princípio constitucional artigo 7º. “A alternativa que vem sendo discutida é criar condições para que o próprio empregado faça a opção, abrindo mão de todos eles, ficando, assim, de fora da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)”. (DOCA, PEREIRA, 2019, p. 1).

Que tempos sombrios são esses que está se vivenciando, esses gestores têm tantos privilégios a perderem de vistas, tantos auxílios além dos salários exorbitantes que recebem. Mas preferem penalizar os trabalhadores e fazerem uso de mão de obra barata para fortalecer os empregadores e seus comércios. E ainda tem a coragem de afirmar que é em nome da geração de emprego para jovens. “O governo deve usar as data de nascimento para definir a

linha de corte para os trabalhadores que terão a chamada carteira verde e amarela. Os celetistas continuarão com a carteira tradicional, a azul”. (DOCA, PEREIRA, 2019, p. 1).

Tampouco parece plausível tamanha exploração e precarização do trabalho, e o vice-presidente da república teve a insensatez em insinuar que o 13º salário é “a jabuticaba brasileira” e diz por fim a garantia prevista constitucionalmente. Essas diversificadas formas de manifestação da flexibilidade no cotidiano de trabalho, nada mais é que resultante simplesmente de adaptações aos organismos internacionais e potencializadas de inovações tecnológicas, um traço essencial da atual fase de desenvolvimento do capitalismo. (ANTUNES; PRAUN, 2015). “O fenômeno da *flexibilidade* é parte da essência da onda de mundialização da economia desencadeada a partir da crise dos anos 1970, da qual a esfera financeira, tal como destacou Chesnais (1998), constitui elemento essencial”. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.413).

Visto desta perspectiva, a apreensão do significado da flexibilização no mundo do trabalho assume uma nova dimensão intrínseca ao modelo capitalista. É nesse contexto que, conforme Antunes; Praun apud Alves (2000, p. 26), “o predomínio da financeirização sob o capitalismo mundial tende a incrementar a velocidade, a intensidade e amplitude do ser-precisamente-assim do capital, propiciando um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado”.

No mundo do trabalho floresceram muitas mudanças nas últimas décadas, por exemplo, o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), e com a mesma muitas pessoas acreditaram que viveriam uma nova era de felicidade que se iniciava: trabalho on-line, digital, novas tecnologias que colaborariam com essa nova era informacional, adentrávamos em mundo novo e o mundo do labor enfim superaria o sofrimento. (ANTUNES, 2018).

A atual configuração da sociedade digitalizada e tecnologizada conforme o autor Antunes nos levaria ao paraíso, e quiçá a existência de um mundo sem trabalho, um mito que o mesmo vai tecer breve reflexão diante da sua incapacidade de existência. (ANTUNES, 2018).

Sabe-se que o mundo real é muito diverso do seu desenho ideal, assim o mito de que com a entrada das tecnologias e da nova era digital do trabalho as coisas melhorariam para o lado do trabalhador e até mesmo a existência de uma sociedade do tempo livre no capitalismo atual, cai por terra. Debruça-se sobre um mundo do trabalho real e férreo que se expande em escala planetária. (ANTUNES, 2018).

Enquanto se amplia o universo do trabalho on-line e digital em todos os cantos do mundo, surgem novas demandas a classe trabalhadora hoje, exacerbando ainda mais formas fragmentadas, flexibilizadas e intensificando o ritmo das atividades laborativas. É nesse universo que se debruçara, para entendermos o complexo e multifacetado mundo do trabalho e suas novas morfologias expressas por diferentes “clivagens e transversalidade entre trabalhadores estáveis e precários homens e mulheres, jovens e idosos, brancos, negros e índios, qualificados e desqualificados, empregados e desempregados, nativos e imigrantes, entre tantos outros exemplos” (ANTUNES, 2015, p. 412).

A priori Ricardo Antunes, traz significativas contribuições e pontos de vistas sobre a exploração do trabalho em várias partes do mundo, a partir de alguns filmes excepcionais segundo ele e que destacam bem a genuína reconfiguração do trabalho no mundo contemporâneo, assim reporta-se sobre alguns.

Se falando em trabalho informatizado Antunes remete-se ao passo até chegar ao smartphone tecnologia tão comum atualmente. “Tudo começa com a extração de minério, sem o qual os ditos cujos não podem ser produzidos”. (2018, p. 20). E para isso é necessário que o trabalhador atue nas minas de “carvão mineral existentes na China e em outros tantos países, especialmente do sul, mostram que o ponto de partida do trabalho digital se encontra no duro ofício realizado pelos mineiros. Da extração até sua ebulição, assim caminha o trabalho no inferno mineral”. (ANTUNES, 2018, p. 20).

A título de exemplo Antunes cita o filme Behemoth, dirigido por Zhao Liang, um filme devastador:

Do formigueiro composto pelos caminhões adentrando as minas até o trabalho sob temperatura mais que desertificada, Behemoth mostra como as minas são uma verdadeira sucursal do inferno. Acidentes, contaminação, devastação do corpo produtivo, mortes, tudo isso ocorre na sociedade dos que imaginaram que as tecnologias da informação eliminariam o trabalho mutilador. (ANTUNES, 2018, p.20).

Essas práticas traduzem bem o contexto aos quais os trabalhadores são submetidos em nome da informatização, mesmo que utilizem recursos tecnológicos o trabalho braçal ainda prevalecerá. Antunes cita a metáfora de Zhao Liang “é a de que a china das grandes corporações globais não existe sem o trabalho brutal e manual em seus rincões e grotões. Ainda que se tenham cidades fantasma”. (2018, p. 20).

A preocupação gira em torno destes trabalhadores em minas e a exposição a tantos agentes químicos, como vai ser suas vidas daqui alguns anos que doenças os acometerão, principalmente o câncer doença tão grave que descoberta tardiamente prejudica o tratamento e

a cura. Entretanto, para o capital nada disso importa os trabalhadores adentrando as minas e fazendo seus trabalhos extenuantes, e tendo suas vidas ceifadas a um longo prazo mostra bem a realidade do modo de produção capitalista.

Antunes cita que “se o mundo digital começa no universo mineral, também na planta produtiva automatizada dos celulares e microeletrônicos viceja a exploração intensificada do labor”. (ANTUNES, 2018, p. 20). Nessa retórica afirmação do autor é possível analisar como os trabalhadores estão a cada dia submetidos a uma exploração voraz e desmedida, assim Antunes ressalta:

Não é por acaso que o primeiro-ministro da Índia Narendra Modi propôs, pouco tempo atrás, aquele que deve ser o slogan do segundo gigante do Oriente: assim como a China se celebrou pelo Made in China, a Índia deve fazê-lo pelo Make in India, uma vez que a exploração do trabalho do operariado chinês é café pequeno diante do vilipêndio da superexploração no país das classes e das castas, dos bilionários e dos mais que miseráveis. (ANTUNES, 2018, p. 20).

Então, conforme a citação acima se consegue vislumbrar como as classes são divididas e qual é a mais barata e mais rentável ao mercado de um modo geral, e que é a gama de trabalhadores mundo a fora. O pobre, os imigrantes esses se mostram rentáveis ao sistema do capital, ao tempo que são imprescindíveis quanto supérfluos. Remetendo-se ao Brasil temos os negros, moradores de favelas, os imigrantes que ficam localizados nas grandes metrópoles e são submetidos à superexploração e um valor irrisório da sua venda de força de trabalho.

Esse é o mote que detalha tão bem o mundo do trabalho, Antunes traz um exemplo do filme *Machines*, de Rahul Jain que “oferece uma fotografia direta do mundo também infernal do trabalho nas indústrias de tingimento de tecidos, onde homens, mulheres e crianças laboram diuturnamente para dar concretude ao Make in India”. (ANTUNES, 2018, p. 20).

É nesse marco, que aparece as aviltantes jornadas de doze horas ou mais de trabalhos, turnos infundáveis segundo o autor, locais de trabalhos degradantes e distâncias imensas a serem percorridas entre casa e trabalho. Essa é a realidade vivenciada pelo povo indiano que conseguem um trabalho, e na outra ponta tem-se um patronato invisível que controla e comanda seus negócios como ninguém por meio de panópticos televisivos. (ANTUNES, 2018).

Na realidade brasileira o patronato, grandes empresas, e os governantes de um modo geral ousou em tecer comentários sobre um aumento da jornada de trabalho no Brasil, é

notório que o trabalhador que já é explorado e subjugado ao máximo seria ainda mais precarizado.

A luz da teoria de Ricardo Antunes em o privilégio da servidão, o mesmo traz conjunção de fatores que paira sobre a realidade brasileira e do mundo contemporâneo como todo. Isso é visto nas “transversalidades entre as classes, gênero, etnia, geração, tudo aparece nas complexas fábricas”. (ANTUNES, 2018, p. 21). Presencia-se este cenário como já foi explanado sobre a relação de classe e etnia, perpetuando também sobre a relação de gênero no que tange o universo de trabalho feminino que é apresentado no mundo asiático, mas não difere da realidade de muitos países por ser um trabalho em seu modo “afetivo, delicado, qualificado, explosivo, forte, indignado”. (ANTUNES, 2018, p. 21).

De outro lado, tem-se “as opressões que vão desde as demissões, humilhações, condições sub-humanas, resistências, tantos individuais quanto coletivas”. (ANTUNES, 2018, p. 21). A acepção é que as mulheres são as que mais estudam e se capacitam mesmo vivendo uma dupla jornada de trabalho aqui já elencado. As mesmas continuam firmes e resistentes defendendo os seus direitos de estar no mercado de trabalho, mesmo diante de palavras nefastas e infundáveis de que mulher tem que receber menos por que tem uma condição natural de reprodutividade.

É triste saber que em pleno século XXI ainda prevalece pensamentos tão conservadores e carregados de preconceitos. Precisa-se é avançar na luta por um mercado de trabalho com melhores condições e não retroceder nas pequenas conquistas que já se teve. O autor evidencia um pressuposto de análise que é a fábrica da “Samsung, com seus adoecimentos, e contaminações, é agudamente denunciado: nos assédios, nos baixos salários, na superexploração e, sempre na forte repressão”. (ANTUNES, 2018, p. 21).

Assim sendo, parte-se da hipótese de que o universo do trabalho em “call-centers, na indústria de alimentos (corte de aves), na indústria têxtil, nos hipermercados. As tantas cenas presentes no universo feminino fazem desmoronar o mito dos trabalhos brandos, tecnologizados, assépticos”. (ANTUNES, 2018, p. 21). E o que aflora é uma exploração abusiva, eivada de importunações, que invade o centro do capitalismo.

Diante desse quadro supracitado, é preciso fazer referencia ao universo de trabalho em call-centers, hipermercados, empresas terceirizadas etc. São setores obscenos na exploração. Haja vista, a grande diferença salarial a começar um contundente exemplo que se tem em Palmas Tocantins é um call-center que presta serviço ao INSS serviço administrativo por ínfimo salário, mas, ao qual o trabalhador desempenha o mesmo serviço que um técnico do INSS.

Fica evidente que o intuito é o baixo custo de investimento tanto no que condiz com salários justos para os trabalhadores, como as condições de trabalho que são efetuadas em um galpão, assim também como a grande pressão por parte de chefes por produção. Nessa concepção, os trabalhos terceirizados e em hipermercados não são tão diferentes do exposto acima, baixos salários, um controle rígido sobre a produção com uma tecnologia informatizada, os trabalhadores tem pouco tempo para ir ao banheiro, tomar água, bem como para o horário de almoço.

De acordo com Ricardo Antunes (2018), os nortes que remontam as diversas formas de trabalhos precários, sob essa nova era do trabalho digital incidiu em cenas que sequeciam:

Mostrando como esse ramo combina o receituário taylorista do trabalho prescrito com a pragmática do envolvimento e da manipulação que herdamos do toyotismo. Do primeiro, o taylorismo, vemos a preservação do despotismo. Do segundo, o toyotismo, o exercício de fazer um pouco de tudo no trabalho, o que, além de aumentar a exploração, amplia os riscos de acidentes em um setor no qual eles já ocorrem com intensidade. (ANTUNES, 2018, p.21-22).

Antunes faz uma comparação excelente quando se refere que se Charlie Chaplin fosse filmar hoje seus tempos modernos ele não filmaria em uma fábrica nos moldes daquela época, mas sim em uma fábrica de digitais, de celulares onde se montam esses aparelhos. Pois o mundo está cada dia mais digitalizado, informatizado.

O trabalho está cada dia mais presente mesmo depois que o trabalhador vai para casa se ele não se desligar de celulares, computador por meio do acesso a e-mails corporativos, ele trabalha mais do que oito horas diárias. É perceptível por professores universitários, por contratos de trabalhos que já deixam claramente explícito essa forma de trabalho por cumprir prazos, responder e-mails diante da demanda da unidade empregadora.

Solapam o tempo excedente dos trabalhadores, se dedicarem as suas vidas pessoais como aqui já enfatizados, essa “instabilidade e insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho”. (ANTUNES, 2018, p. 23). Nessas relações segundo o autor:

Vide a experiência britânica do zero hour contract [contrato de zero hora], o novo sonho do empresariado não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadora devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. (ANTUNES, 2018, p. 23).

Esse caminho escuso que o trabalho vem tomando, é preocupante, como o exposto acima na citação se o patrão chama essas pessoas para trabalharem elas recebem, mas se não chamarem o tempo ocioso esperando não é contabilizado e nem remunerado. As corporações se aproveitam desta nova modalidade, esse tempo livre esperando um chamado a pessoa poderia estar aproveitando de outra forma, ou desempenhando outro trabalho, e não sendo jogado fora tendo a responsabilidade de estar atenta a uma chamada, tornando um empecilho para outras atividades. (ANTUNES, 2018).

Nessa perspectiva, chega à realidade brasileira que corresponde ao processo de “uberização” segundo Antunes, ou seja, os proprietários dos instrumentos de trabalho alugam esses veículos para grandes empresas e corporações, bem como a sua força de trabalho e esses lucram em cima dos trabalhadores, por uma corrida de automóvel. Ao tempo que os trabalhadores têm que arcar com os custos para poder trabalhar: pagando muitas vezes o próprio carro, a limpeza do mesmo, os gastos com manutenção do veículo, com o seguro do carro, o seguro do trabalhador e despesas de seguridade, sua alimentação. E as empresas apenas dizem que colocam o dono do carro em contato com o consumidor uma forma disfarçada do capitalismo em dizer que o trabalho não é assalariado quando de fato é. (ANTUNES, 2018).

Enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Em pouco tempo, essa empresa se tornou global, com um número espetacularmente grande de motoristas que vivenciam as vicissitudes dessa modalidade de trabalho instável. A principal diferença entre zero hour contract e o sistema Uber é que neste os/as motoristas não podem recusar as solicitações. Quando o fazem, sofrem represálias por parte da empresa, que podem resultar no seu “desligamento”. (ANTUNES, 2018, p. 35).

Não passa de Expertise do empresariado e do modo de produção, ao tempo que se o trabalhador tiver algum problema com esse carro, ou não arcar com seguro que no Brasil tem um custo elevado, o mesmo acaba tendo que ficar em casa e sem trabalhar até conseguir encontrar uma solução para o seu problema. Essa forma de trabalho do uber é realizada por um sujeito que acha que não é assalariado, mas que de fato é ainda que seja disfarçado, e não tendo um valor justo pelo trabalho desempenhado.

Antunes cita que floresce uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Expande-se a “uberização” e amplia-se a “pejotização”. São formas de trabalho intermitentes,

e corroboram como medidas adotadas pelo capitalismo vigente em nossa sociedade para aviltar e chegar a essa forma global na qual o mesmo se encontra. (ANTUNES, 2018).

Ao largo desta discursão, ao tempo que se amplia o universo de trabalhadores e trabalhadoras em escala global como nos referimos acima. O próprio sistema do capital destrói por meio do imenso desemprego, e aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão de seus direitos sociais e erosão de suas conquistas históricas. Consequência da lógica destrutiva do capital que:

Conforme expulsa homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p.25).

Em se falando sobre exploração do trabalho o autor destaca a China com altas taxas de greves no início do século XXI. Isso porque as causas são várias e o exemplo da Foxconn é elucidativo. A mesma é uma fábrica do setor de “informática e das tecnologias da comunicação, a Foxconn é um exemplo de electronic contract manufacturing (ECM), modelo de empresa terceirizada que é responsável pela montagem de produtos eletrônicos para Apple, Nokia e outras transnacionais”. (ANTUNES, 2018, p.27).

Na unidade localizada em Loghua (Shenzhen), onde são fabricados os iPhones, o autor cita o alto índice de suicídios desde 2010 resultante da ampla taxa de exploração do trabalho ao qual são submetidos. (ANTUNES, 2018). Como vemos esse padrão de exploração vivenciado na China também tem seus desdobramentos em outras partes do mundo. Mas os chineses mesmo diante dessa dura realidade alavancam forças para lutar por melhores salários, melhores condições de trabalhos e jornadas menores. Fruto de várias greves, lutas sociais gestadas e decorrentes dessas precárias condições. Por meio dessas greves e ações de resistência a classe trabalhadora chinesa conseguiu um aumento da média salarial existente no país. (ANTUNES, 2018).

Mesmo com advento da introdução das tecnologias no mundo do trabalho, é triste saber que a realidade da classe que vive do trabalho vem piorando ao decorrer dos anos, com jornadas exaustivas, condições de trabalhos degradantes, os seres humanos tratados como objetos descartáveis que podem ser substituídos a qualquer momento.

Essas grandes empresas que exploram os trabalhadores ao máximo sem se preocupar com a saúde física e psicológica. São empresas de grandes portes que tem lucros exorbitantes e que procuram todos os meios de baratear a sua produção nem que seja terceirizando esses serviços, como podemos nos ater:

Segundo a organização Students and Against Corporate Misbehavior (Sacom), os operários da Foxconn trabalhavam, em 2010, doze horas por dia em média, recebendo salários aviltantes. Os estudos de Pun Ngai, Jenny Chan e Mark Selden nos mostram que a tragédia da Foxconn foi de tal intensidade que, nos primeiros oito meses daquele ano, 17 jovens trabalhadores entre 17 e 25 anos tentaram suicídio, dos quais 13 morreram. Segundo os autores, o triunfo comercial da Apple reside, em grande parte, na terceirização da produção de seus eletrônicos para a Ásia (e para Foxconn em particular), que, apenas na China, empregava naquele período cerca de 1,4 milhão de trabalhadores. Lembram ainda que, desde o final dos anos 1970, a China estabeleceu zonas econômicas especiais para atrair capital estrangeiro, o que levou a Apple a buscar essas grandes empresas de terceirização a fim de reduzir custos e ampliar mercados. Vale recordar também que a Foxconn não só possuía complexos fabris em Shenzhen, mas em mais de quinze províncias por todo o país. Acrescentam ainda os autores, citando informações da própria Apple, que substancialmente *todos os produtos de hardware da companhia são manufaturados por parceiros terceirizados* localizados principalmente na Ásia. (grifos do autor: ANTUNES, 2018, p. 28-29).

Frente a isso, diferentes pesquisas materializam as precárias condições as quais os “trabalhadores estão sendo submetidos, na relação direta entre trabalho terceirizado e alta incidência de acidentes de trabalho, inclusive aqueles que resultam no óbito do trabalhador”. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.409). Fica visível a insatisfação do trabalhador com estas precárias e agonizantes condições de trabalhos que muitos buscam uma válvula de escape através do suicídio infelizmente.

Essa atual configuração do modelo de trabalho destas grandes empresas e corporações não podem ser vistas como “normal” ao ponto de um grande descontentamento por parte da classe trabalhadora e que só vem sendo intensificada ainda mais. Os efeitos são decorrentes de adoecimentos com nexos laborais, sobretudo aqueles relacionados às lesões osteomusculares e transtornos mentais. (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Ricardo Antunes por sua vez ao contextualizar sobre essa forte impulsão à terceirização em escala global remete-se ao universo tão banal posto à classe trabalhadora:

Sempre segundo a obra citada de Ngai, Chan e Selden, os fornecedores de eletrônicos são impelidos a competir uns contra os outros visando atender tanto as rigorosas especificações de preço quanto a qualidade do produto e o tempo de produção, o que acaba gerando pressões salariais e condições árduas de trabalho provocaram, em julho de 2009, um suicídio. Na ocasião, um jovem operário de nome Sum Danyong, com 25 anos de idade, foi apontado como responsável pela perda de um dos protótipos do iPhone 4. Por causa disso, atirou-se do 12º andar da Foxconn. (ANTUNES, 2018, p. 29).

Nessa relação de patrão e empregado, de homens em sociedade, não deram brecha para o diálogo infelizmente, preferiram acusar de imediato. No modelo gestado de sociedade capitalista que se vive atualmente a culpa sempre recai sobre o mais pobre, o pauperizado. O ladrão, bandido, tem cor, raça, mora nas periferias, esse é o retrato da sociedade. Desde este

infortúnio, várias ondas de manifestação, descontentamento e greves vem ocorrendo como forma de denunciar a “superexploração e intensificação do trabalho vigente na empresa global terceirizada de capital originário de Taiwan”. (ANTUNES, 2018, p. 29).

A precariedade das condições de trabalho por meio dessas grandes empresas não tem finitude, e nem se limita ao mundo asiático como os exemplos citados acima. Vale fazer referencia a uma empresa norte- americana de comércio global Walmart, que tem sede também no Brasil.

Inspiradora da pejorativa denominação “Walmartização do trabalho” para caracterizar a intensidade da exploração em suas diversas unidades. Segundo o sociólogo italiano Pietro Basso, a Walmart utiliza-se de elementos do taylorismo e do toytismo, remunerando o trabalho sempre nos patamares mais baixos. Do taylorismo, diz Basso, a empresa busca sempre maior produtividade, através do uso de tecnologias conjuntamente com o parcelamento das tarefas laborativas. E do modelo japonês, o toyotismo, utiliza-se do just-in-time, tanto em seu espaço de trabalho quanto na sua enorme rede de fornecedores. (ANTUNES, 2018, p. 30).

Diante do exposto, o lucro é a tônica que permeia as relações sociais e de trabalho, como no caso dessa empresa Walmart, ela jamais incorpora traços de uma efetiva valoração salarial. Sempre está em busca de meios escusos para conseguir explorar seus trabalhadores e obter lucros fáceis. A empresa pratica altas taxas de turn over, ou seja, uma alta rotatividade dos funcionários em uma empresa, ao tempo que um empregado é contratado, outro é demitido de maneira sucessiva. Isso pode se dar por decorrência da baixa remuneração ou más condições de trabalho dos profissionais, fatores que trazem desmotivação/desinteresse em permanecer nesta empresa. (ANTUNES, 2018).

O maior “segredo” da Walmart se dá na utilização de uma ampla força de trabalho “composta por mulheres, jovens, negros, e portadores de deficiência, que vendem sua força de trabalho por valores bastante reduzidos, valendo-se também de fornecedores chineses que produzem sob encomenda para a empresa”. (ANTUNES, 2018, p. 30). Como é revoltante saber que as empresas usam destas artimanhas para satisfazer seus lucros não se importando com os seres sociais, com seus sofrimentos e angustias. Está fazendo uso dos sujeitos como artefatos descartáveis, mão de obra barata.

Ao largo desse decurso, outra artimanha vem sendo usada pelas empresas, empregadores são tendências que fortalecem e ampliam os mecanismos de funcionamento do mundo do capital. Como foi exposto usam de “novas formas de geração de trabalho excedente (presente nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade etc)”. (ANTUNES, 2018, p. 30). Ao mesmo tempo em que “expulsa da produção um conjunto significativos de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muitos do quais pós-

graduados)”. (ANTUNES, 2018, p. 30). E que mesmo assim não encontram empregos em seus países.

O que ocorre no mundo de uma forma geral é que os governantes sempre buscam alternativas para justificar o desemprego, ao tempo que tencionam mão de obras baratas, precárias, informais e terceirizadas mudam as legislações para se adaptar a um quase regime de escravidão e sem direitos. E ainda fazem os jovens vislumbrarem que precisam se capacitar para entrar no mercado de trabalho, mas o que está acontecendo na contemporaneidade é esses jovens serem renegados e deixados de lado mesmo com uma gama de qualificação como foi ressaltado. Uma frustração sem tamanho para a juventude.

Isso sem falar dos contingentes de imigrantes menos qualificados, que ultrapassam as fronteiras de vários países em busca de melhores oportunidades. E o que encontram são formas de burlar o trabalho e sua pífia legislação fazendo com que esses novos fluxos migratórios aumentem “os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados, e desempregados”. (ANTUNES, 2018, p. 31).

O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais. (ANTUNES, 2018, p. 31).

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora hoje engloba uma totalidade de sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salários – os assalariados, que se espalham por diversos setores nos países. Assim, dadas às transformações e metamorfoses do mundo do trabalho, uma grande gama de classe trabalhadora em conceito ampliado e em sua nova morfologia, “deve incorporar a totalidade de trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro”. (ANTUNES, 2018, p. 31).

Esse intercâmbio de ideias é o que vislumbra no decurso da exposição do título deste livro, O privilégio da servidão de autoria de Ricardo Antunes, aponta seus desdobramentos na sorte que os sujeitos terão de vender sua força de trabalho não importando se as atividades que vão desempenhar sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas. O que importa é que terão a oportunidade de estarem incluídos e servindo ao mercado, e ao capital.

Assim, de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos “aplicativos”, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão em uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão. (ANTUNES, 2018, p. 34).

Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam a qualquer custo garantir seus altos lucros exigindo e “transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho”. (ANTUNES, 2018, p. 31-32).

Essas estratégias adotadas como força propulsora da reprodução do capital, fazem refletir bem a realidade das indústrias automobilísticas que se realizam por meio da divisão de tarefas just-in-time, trabalhos árduos e com menos tempo de produção, uma fábrica de carros, por exemplo, leva em média cerca de 60” para produzir um carro isto é variável de acordo com cada fábrica. É um trabalho muito árduo, rotineiro e cansativo, que por vez os trabalhadores não têm tempo nenhum para pensar e nada distração. (CARVALHO, 2017).

A fábrica da Ford no Brasil no ano de 2019 está sob ameaça de fechar sua sede em São Bernardo do Campo - SP, ao tempo que isso deixa mais de duas mil pessoas desempregadas. Outra preocupação é com essa forma de desenvolver os trabalhos nestas unidades, comparando seres humanos a uma máquina e intensifica ao mesmo tempo o ritmo de produção. A título de curiosidade em algumas dessas fábricas quando têm algum problema e os trabalhadores solicitam a interrupção da produção isso é feito por meio de músicas intensas como de filmes como 007, Star Wars, Missão Impossível e Indiana Jones a fim de manter o pique da produção. (CARVALHO, 2017).

Nessa nova era do capital financeirizado e da introdução em larga escala das tecnologias informacionais, “as empresas buscam garantir seus altos lucros e transferindo aos trabalhadores e trabalhadora a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos a força de trabalho”. (ANTUNES, 2019).

Nesse contexto, a terceirização vem se tornando um modelo de gestão bastante unificado em várias partes do mundo e sendo o centro das estratégias do universo empresarial, uma vez que as relações sociais são cada vez mais polarizadas pelo capital e trabalho e

convertidas disfarçadamente como relações interempresas, “baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes” (ANTUNES, 2018, p. 32), consequências profundas que assolam e desestruturam “a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo” etc. (ANTUNES, 2018, p. 32).

No Brasil temos várias empresas terceirizadas inclusive prestadoras de serviços para o Estado, formas estas que tem sido um importante propulsor de mais-valor. Antunes cita que:

As empresas públicas que no passado recente eram prestadoras de serviços sem fins lucrativos, após sua privatização e mercadorização tornaram-se partícipes (direta ou indiretamente) do processo de valorização do capital, incrementando e ampliando as modalidades de lucro e de criação ou realização do mais-valor. Portanto, menos do que fim da teoria do valor, tese tão difundida quanto equivocada, as empresas de terceirização se somaram aos exemplos de crescimento da extração do excedente de trabalho visando a criação de mais-valor e o aumento dos lucros. O exponencial processo de expansão das empresas terceirizadas configura também um enorme incremento para a produção de valor e de mais-valor. (grifos do autor: ANTUNES, 2018, p. 32).

Essa preponderância de trabalho terceirizado se vislumbra com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, às vezes desempenham as mesmas funções que em alguns órgãos estadual/federal e que os servidores ganham o dobro, é uma forma explícita de burlar as legislações sociais protetoras do trabalho. Uma corrosão do trabalho e dos direitos ao tempo que incrementam essa modalidade intermitente e assumindo uma aparência do não valor. (ANTUNES, 2018).

O mundo do trabalho no universo global vem sendo invadido por práticas do trabalho digital e flexível, “o dicionário empresarial não para de “inovar”, em especial no setor de serviços. “Pejotização” em todas as profissões, como médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalhadoras e trabalhadores do care (cuidadores)”. (ANTUNES, 2018, p. 36). Essa forma de trabalho pejotização¹⁵ que o autor expõe é como se fosse um contrato de trabalho para desempenhar determinada função por uma pessoa jurídica, ao tempo que burlam a obrigação do empregador com os encargos trabalhistas.

¹⁵ De acordo com site Jus.com trata-se de um meio ardiloso utilizado pelos empregadores para driblarem as normais trabalhistas. Consiste na contratação de funcionários por meio de pessoas jurídicas, obrigando os empregados a constituírem uma empresa, com a finalidade de descaracterizarem os elementos da relação de emprego, com intuito de desonerar-se de encargos sociais e direitos trabalhistas.

De um lado, o empregador obtém vantagens, tais como a diminuição dos gastos com o INSS, FGTS, 13º salário, férias, aviso prévio, horas extras e adicionais, porém, do outro lado, o empregado fica totalmente desamparado, sendo que em qualquer momento pode ser demitido, não tendo nenhuma garantia, como, exemplificativamente, contra a despedida sem justa causa, acidentes de trabalho, estabilidades provisórias, benefícios previdenciários, dentre outros inúmeros direitos.

Outro ponto a ser levantado é o chamado teletrabalho e/ou home office, que se dá por desenvolverem atividades em outros espaços fora da empresa, como o ambiente doméstico, para realizar suas atividades laborativas. (ANTUNES, 2018). Essa modalidade vem se intensificando no mundo trabalho a Receita Federal do Brasil é uma das empresas que permite essa modalidade de trabalho, e no ano de 2019 a expectativa é que alguns setores passem a trabalhar somente desta maneira em casa.

Antunes ressalta o cuidado com esta modalidade que vêm recaindo sobre o mundo do trabalho, pois isso pode trazer “vantagens para o empregador como economia do tempo em deslocamentos, permitindo uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, dentre outros pontos positivos”. (ANTUNES, 2018, p. 37). Mas é preciso tomar cuidado com frequência isso pode ser uma “entrada para eliminação dos direitos do trabalho e da seguridade social paga pelas empresas, além de permitir a intensificação da dupla jornada de trabalho, tanto produtivo quanto o reprodutivo”. (ANTUNES, 2018, p. 37). Principalmente no que tange ao universo do caso das mulheres.

Outra consequência desta forma de trabalho é o isolamento do convívio social, sem sociabilidade uma característica fundante do trabalho como Ricardo Antunes e Marx já realçaram em suas obras é a *relação social* que o mesmo proporciona. O trabalho em casa é desprovido do “convívio social e coletivo, sem representação sindical”. (ANTUNES, 2018, p. 37).

Essa é a maneira que o capitalismo informacional e digital aprimora sua hegemonia de dominação. Por meio da “terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa”. (ANTUNES, 2018, p. 37). É um panorama de sucateamento das relações trabalhistas que encontram maneiras sorrateiras de se intensificarem, e de extenuarem ainda mais o trabalhador e de adoecê-lo.

Tudo isso coaduna com uma nova expansão global sobre as empresas, Estado:

Como o trabalho on line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e á pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais. (ANTUNES, 2018, p. 37).

Nesse capitalismo avançado, a produção tende a ser cada vez mais invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas tecnologias informatizadas a substituição dos trabalhadores, uma nova fase do trabalho ao capital. Mas isso traz consequências à estrutura do mundo contemporâneo como todo por meio da eliminação crescente e incalculável de

trabalhadores aptos ao mercado de trabalho, e que por forças deste processo tecnológico informacional são colocados de lado, tornando-se sobrantes, supérfluos, sem empregos e sem seguridade social ao tempo que também sem nenhuma perspectiva de vida e futuro. (ANTUNES, 2018).

E diante dessa dura realidade no mundo do trabalho, os empresariados e governantes, ainda tentam mascarar a uma gama de trabalhadores que essas mudanças são boas ao universo do trabalho, que facilitarão e são essencialmente necessárias, mas sem se ater aos trabalhadores, a suas necessidades de trabalho para subsistência, para estabelecer vínculos que uma mínima sociabilidade exige, e que fora do mercado de trabalho as pessoas sentem-se desorientadas, e sem perspectivas futuras, fazendo parte apenas do contingente exorbitante do exercito industrial de reserva.

Essas tecnologias informacionais não estão apenas nas fábricas, indústrias, estão adentrando fortemente também nas áreas rurais, na agricultura, lojas, casas, condução de veículos etc. Sendo cada vez mais expressivo o aumento de setores que tendem a utilizar esses novos recursos da era digital. Um exemplo são os porteiros e guardas, na atualidade estão sendo substituídos por portões eletrônicos, por interfones, deixando de existir em muitos condomínios, casas e empresas.

Assim como no início deste capítulo partimos da premissa de tecer diálogos e interconexões que enfatizem sobre a precarização do trabalho:

Aqui é preciso fazer um breve parêntese: a precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora. Trata-se de uma tendência que nasce, conforme Marx demonstrou em *O capital*, com a própria criação do trabalho assalariado no capitalismo. Como a classe trabalhadora vende sua força de trabalho e só recebe por parte de sua produção, o excedente que é produzido e apropriado pelo capital tende a se ampliar por meio de vários mecanismos intrínsecos à sua lógica. (ANTUNES, 2018, p. 60).

Aqui vale destacar que só haverá uma contra- hegemonia a precarização que vem se aviltando e intensificando sobre a classe trabalhadora, a partir do momento que o trabalhador reconhecer que a luta de classe deve sempre ser o melhor caminho dentro dessa processualidade como capacidade de formar resistência a esse universo férreo de desigualdade, superexploração. “Podendo isso, tanto se ampliar como se reduzir. Dessa forma, esse movimento ocorre tanto em função do aumento da exploração capitalista quanto das lutas da classe trabalhadora, em suas greves, lutas sindicais e embates contra o capital”. (ANTUNES, 2018, p. 60).

Nessa forma predominante do capitalismo atual, Antunes cita o que Marx e Engels demonstraram alternância incessantemente as formas de exploração do trabalho, a luz do que já foi refletido no decorrer desta pesquisa bibliográfica que é a expansão da superpopulação relativa que faz com que os capitais intensifiquem a exploração do trabalho e joguem seu valor para baixo a partir da utilização da força excedente (o exército industrial de reserva) que amplia ainda mais a exploração e a consequente precarização da classe trabalhadora. . (ANTUNES, 2018).

Um ponto importante que Antunes destaca é a “conformação desigual e combinada da divisão internacional do trabalho, é preciso tecer reflexões quando se trata de tematizar o precariado. Nas periferias, o proletariado nasceu já eivado da condição de precariedade”. (ANTUNES, 2018, p. 61). Aqui se expõe as clivagens existentes entre norte e sul. Por exemplo, o Brasil e outros vários países, os proletários vivenciaram o escravismo colonial – “efetivamente floresceu a partir da abolição do trabalho escravo, herdando a chaga de um dos mais longevos períodos de escravidão, de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem”. (ANTUNES, 2018, p. 61).

Nessa concepção, o capitalismo contemporâneo vem trazendo diversas alterações na composição da classe trabalhadora em escala global, e o Brasil não difere desta realidade este é outro ponto a ser levantado nesta pesquisa. As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, a partir da década de 1990, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, chegam com força total principalmente sobre o mundo do trabalho. (ANTUNES, 2018).

O Brasil se estruturava, a partir de um desenho produtivo baseado de um lado na produção de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc. Visando a comercialização dentro do próprio mercado interno restrito e seletivo. Mas porem, dada sua condição de ser um país ainda em desenvolvimento e de subordinação aos organismos internacionais em relação ao capitalismo avançado, o mesmo desenvolvia a produção direcionada também a exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados. (ANTUNES, 2018).

Essa forma estruturante do capitalismo viceja em uma acumulação capitalista de superexploração da força de trabalho, baixos salários, ritmos de produção intensificados, jornadas prolongadas. Fatos já mencionados em parágrafos anteriores. Antunes cita que combinado a tudo isto no Brasil tivemos um período de uma extração tanto do mais-valor absoluto quanto do mais-valor relativo.

Esse padrão gerou altas taxas de acumulação, entre as quais aquelas observadas na fase do “milagre econômico” (1968-1973) durante a ditadura civil-militar (1964-1985). O Brasil vivia, então, sob o binômio ditadura e acumulação, arrocho e expansão, tendo no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional os seus pilares básicos. (ANTUNES, 2018, p. 118).

Um período que se pretende deixar nas memórias mais longínquas possíveis. Mas foi a partir dos 1990 com a vitória do neoliberalismo no Brasil que o processo de reestruturação produtiva do capital se intensificou, levando as empresas a adotar novos padrões de organização e tecnológicos, com advento de novas formas e modalidades de trabalhos denominados “participativos”, cujas principais causas foram resultado:

1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões produtivos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; 2) da necessidade de as empresas brasileiras se adequarem à nova fase marcada por forte “competitividade internacional”; 3) da reorganização efetivada pelas empresas brasileiras que tiveram de responder ao avanço da luta sindicais e das formas de confronto realizadas pelo “novo sindicalismo”, a partir das históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo, em 1978. (ANTUNES, 2018, p.118).

Essas novas formas das empresas trabalharem trouxeram uma “simbiose entre elementos herdeiros do fordismo (que ainda se encontra vigente em vários ramos e setores produtivos) e novos instrumentos próprios das formas de acumulação flexível (lean production)”. (ANTUNES, 2018, p. 118). Isso decorre também de uma combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, uma busca por força de trabalho mais qualificada, ao tempo que intensificam a exploração da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil. (ANTUNES, 2018).

Diante destas novas tecnologias implantadas no mercado de trabalho que acirram ainda mais a competitividade e rapidez na produção, por meio de sistemas como just-in-time e Kanban. Que introduzem novas maneiras de sugar ao máximo o trabalhador a exemplo temos os ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o Programa de Participação nos lucros e Resultados, PLR), não passa de estratégias para se adequar aos desígnios do neoliberalismo e fortalecer a produção em massa. (ANTUNES, 2018).

É evidente que se os trabalhadores participarem dos lucros a título de exemplo se trabalha com vendas vão se esforçar e extenuar ao máximo para trabalharem e venderem mais, para participar dos lucros da empresa são formas capitalistas deste modo de produção que acirram a competitividade, e a expansão intensificada da reestruturação produtiva no

Brasil, trazendo consequências como a flexibilização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora.

Com o advento do neoliberalismo ao qual tratamos também no capítulo um, profissões bem vistas e com status sociais foram se ruindo por meio da informalidade e flexibilização do trabalho no Brasil. Assim, a informatização do trabalho no mundo maquinal-digital intensificou ainda mais essas formas exponenciais de precarização.

Desse modo, se o processo de reestruturação produtiva durante os anos de 1980 foi limitado e localizado em alguns setores, ele se intensificou sobretudo a partir da década de 1990. A princípio com o governo de Collor de Mello e, na sequência, com o de Fernando Henrique Cardoso, quando o neoliberalismo se desenvolveu com rapidez. O parque produtivo brasileiro, sobretudo o industrial, foi alterado de modo significativo pela privatização do setor produtivo estatal, afetando diretamente a siderurgia, as telecomunicações, a energia elétrica, o setor bancário etc., áreas com forte presença estatal anterior e que passaram para o capital privado, tanto transnacional quanto nacional. (ANTUNES, 2018, p. 120).

Esse processo desorganizou o tripé que sustentava a economia brasileira (capitais nacional, estrangeiro e estatal), a privatização reduziu ao máximo a responsabilidade do Estado transferindo-as para as empresas privadas. “Alterando bastante a estrutura e a composição das classes dominantes, uma vez que, com uma maior internacionalização da economia, amplos setores da burguesia nacional e do setor produtivo estatal foram incorporados ou se associaram ao capital externo”. (ANTUNES, 2018, p. 120).

Então, por meio desta vinculação e ditames de organismos internacionais que o Brasil vem ruindo ainda mais a legislação protetora do trabalho e da seguridade social. As pessoas a cada dia ficam mais desprovidas de direitos. Isso faz com baixem a cabeça a tudo que o patronato manda e desmanda, se submetendo a trabalhos degradantes.

E a perpetuação dessa lógica no Brasil se introdução por modalidades típicas da era de acumulação flexível, combinada com elementos do taylorismo e fordismo ainda presentes em diversos ramos produtivos, indica que essas articulações resultantes dessas mutações tecnológicas e novos incentivos pela intensificação dos níveis de exploração da força de trabalho tornaram-se um traço do capitalismo tão voraz em nossa realidade. (ANTUNES, 2018).

Aqui vale indicar uma variante quanto ao governo de Lula (2003-2010), que no início de seu mandato já indicou uma continuidade em relação à política econômica já imposta no Brasil na era de FHC, ainda que nuançada por uma variante social-liberal:

Seu governo preservou os interesses do capital financeiro, com a manutenção do superávit primário (recursos orçamentários destinados ao pagamento dos juros da

dívida pública). No que concerne à legislação trabalhista, inicialmente o governo Lula tomou medidas bastante impopulares, como a cobrança de impostos dos aposentados; ao final de seu primeiro mandato, tentou fazer uma reforma sindical e trabalhista que sofreu forte oposição, tanto de sindicatos e centrais sindicais patronais quanto daqueles vinculados aos trabalhadores. O elemento mais negativo dessa reforma trabalhista é que ela permitia que o negociado pudesse prevalecer sobre o legislado, ou seja, um acordo entre sindicatos e empresas poderia se sobrepor o legislado, ou seja, um acordo entre sindicatos e empresas poderia se sobrepor à legislação trabalhista existente. Embora a estrutura agrária permanecesse altamente concentrada, houve um grande incentivo ao agrobusiness (com consequências importantes para a classe trabalhadora), além da liberação dos transgênicos na produção agrícola. (ANTUNES, 2018, p. 121).

O que se pode observar ao decorrer desta análise bibliográfica, é que os governantes que são eleitos para estarem ao lado dos trabalhadores e defendendo os seus interesse e direitos, lutando por melhores condições de vida e de acesso aos direitos garantidos constitucionalmente. Quando eleitos parecem esquecer o real propósito de estarem no poder, indo ao contrário da real centralidade popular e atendendo ao interesse do mercado, do capitalismo.

É notório que existe uma apologia e defesa muito grande de grandes empresários, de grandes fortunas concentradas em mão de uma minoria elitizada. E no outro lado desta correlação de força temos pessoas que passam fome, vivem na intensa miséria. Por que não cumprir o que pregam em cima de palanques na hora de angariar os votos e se eleger. Precisa-se de um governante que lute por uma saúde, educação, assistência social, previdência social, trabalho digno. E não que atendam somente ao interesse do mercado.

Uma simples leitura e observação da realidade desfecha um universo em que as pessoas sofrem por meio do sucateamento das políticas públicas. Saúde precária ao extremo pessoas morrem nas filas de hospitais, nunca tem recursos, faltam insumos básicos; a educação é outra problemática professores desvalorizados profissionalmente por meio de salários vergonhosos, falta estímulo a crescer na carreira a se capacitar.

O governo Lula mesmo que de forma tortuosa foi o único que mesmo “atendendo ao interesse do capital financeiro, industrial, do agronegócio e dos serviços, implementou uma política social assistencialista (Bolsa Família) e possibilitou uma relativa valorização do salário mínimo nacional, quando comparado ao governo FHC”. (ANTUNES, 2018, p. 121). Assim, fortaleceu tanto os grandes capitais como diminuiu os níveis de pauperismo social, mas mesmo assim os níveis de desigualdade social ainda continuaram a serem as mais altas possíveis no mundo.

Lula conciliou interesses totalmente opostos não confrontou em nenhum aspecto os pilares estruturantes da desigualdade social brasileira, pelo contrário a riqueza continuou

concentrada nas mãos de uma minoria elitizada, e os níveis mais alarmantes de desigualdade forma apenas parcialmente minimizados segundo Ricardo Antunes (2018).

A mudança na desigualdade social só será possível a partir do momento que os sujeitos se colocarem no lugar do outro, entenderem que o lucro, a mais-valia, consumos supérfluos a se comparar com quem passa fome e outro que ostenta carros, casas, joias luxuosas são interesses bem distintos. E por que não socializar bem essa riqueza produzida, por que não ter um sistema protetivo que realmente atendam as demandas da população menos favorecida.

A esses questionamentos o que falta é um pulso firme e vontade de governar em prol do povo e não para uma minoria, e para o mercado. A partir do momento que os governantes e congresso, e toda a gama de políticos centrarem na população e nos seus interesses maiores, as necessidades serão atendidas. Começarem a olhar os grandes privilégios dos quais a classe política é detentora enquanto a população vive com o básico, o mínimo possível, pauperizadas ao extremo. Uma reforma política é essencial nesta atual conjuntura em nosso país.

A crise estrutural do capital recai de maneira ainda mais ostensiva sobre os trabalhadores expondo-os a universo duro e sagaz como já destacado no decorrer desta pesquisa bibliográfica e que traz consigo uma nova morfologia do trabalho no país de precarização, sucateamento, informalidade e exploração exacerbada das forças de trabalho humano comparando-o a uma máquina.

Assim perpassa-se por universos que exemplificam bem a exploração do trabalho em agroindústrias, agronegócios, metalúrgicas, telemarketing e call-center setores que expandiram exponencialmente na era da financeirização e da privatização neoliberal. Aqui elucidaremos algumas pesquisas de outros autores que Ricardo Antunes destaca em seu livro o Privilégio da Servidão.

A pesquisa junto à indústria foi realizada por Luci Praun, com trabalhadores da General Motors (GM) do Brasil, na unidade produtiva instalada no município de São José dos Campos – SP. E mesuram uma realidade dura, intensa de redução de “tempo morto” de trabalho, ou seja, mediante uma intensa exploração e reorganização do ciclo produtivo. Um exemplo é o “ciclo de operações de fixação dos freios ABS em picapes S10, executado em 175 segundos (actual takt time), que, depois de reorganizado, trouxe uma redução de quase 30% no tempo de execução”. (ANTUNES, 2018, p. 125).

Do mesmo modo, com a introdução das tecnologias informatizadas – computadorizadas o ganho de tempo aumentou ainda mais o processo produtivos nas fábricas,

só não foi melhorar para o trabalhador que executa um rotina de trabalho desgastante e intensa, como exemplo da General Motors, segundo o então Vice-presidente de manufatura da GM América do Sul, José Eugênio Pinheiro, em 2013, o impacto desses procedimentos na execução de novos projetos da unidade pode ser claramente mensurado:

Graças à tecnologia e ao processo de melhorias contínuas, podemos ganhar um segundo a mais, dois segundos a mais no ciclo de cada veículo. Para se ter uma ideia da importância disso, em Gravataí, que tem capacidade para 360 mil unidades por ano, ganhar um segundo, só nas operações de gargalo da produção, significa 7 mil carros a mais por ano. (ANTUNES, apud PRAUN 2018, p. 125).

Fica nítido que o grande interesse é com a produção em massa, sem ater ao ambiente e a rotina de trabalho para os trabalhadores e as consequências destas jornadas exaustivas e robotizadas para os seres humanos que tem que trabalhar em ritmo de máquinas é uma modelo muito preocupante.

As consequências dessa intensificação para os trabalhadores podem ser constadas por meio desse ganho de segundos na produção, é uma pressão muito grande para o trabalhador que tem produzir a qualquer custo, não pode errar, assim como o aumento do risco de acidente de trabalho diante dessa fiscalização e cobrança por melhores desempenhos nos interiores das fábricas. Os operários estão sendo avaliados constantemente, qualquer erro na produção vai à ficha do empregado, que claro fica apreensivo com a situação. (ANTUNES, apud PRAUN 2018).

Era um setor dentro da fundição [...]. Lá tinha um supervisor. Nesse setor, devido ao ritmo acelerado de trabalho e o tipo de trabalho, gerou uma série de lesionados. Com o fim da produção, o pessoal foi sendo transferido e esse grupo com cinco pessoas passou a ser maior que o [grupo] de não lesionados, Tinha três ou quatro que não eram lesionados e o restante era lesionado. Um dia [o supervisor] pegou esses cinco trabalhadores e trancou eles numa sala, um escritório, apagou a luz, foi lá e desligou a chave geral e trancou a porta por fora para que esses lesionado não saíssem, como se fosse um castigo. Deixou eles lá por três ou quatro horas trancados na sala. (ANTUNES, apud PRAUN 2018, p. 126).

É revoltante esse depoimento deste trabalhador não tem como não se indignar, é uma apropriação como se fosse donos dos empregados uma forma de assédio explícita por meio da coerção do poder e da autoridade. Além, do desgaste físico que esses trabalhadores são submetidos, tendo assim uma destruição do corpo produtivo, há também uma manifestação de sofrimentos e adoecimentos, decorrentes desta forma de trabalho que são tratadas com antidepressivos. O psicológico deste trabalhador é afetado com toda certeza. (ANTUNES, 2018).

O trabalhador conforme depoimento é tido como algo de fácil descartabilidade e inutilidade perante a sociedade, e isso se resulta em adoecimentos, em pensar em suicídio, e mutilações. São seres humanos e não máquinas, cheios de emoções, de afeto e sensibilidade. Conforme esse depoimento a seguir: “O trabalho é importante. O trabalho é tudo. Me sinto um lixo. A empresa me usou 25 anos e depois jogou fora um bagaço. Sempre fui um bom trabalhador”. (ANTUNES, apud PRAUN 2018, p. 127).

Os trabalhadores se incomodam sobremaneira como são tratados, no depoimento os trabalhadores são tratados como um objeto qualquer que são usados ao máximo e quando estragam são jogados fora e descartados como lixo. E na cena contemporânea isso se intensificará sobremaneira se a reforma da previdência for aprovada, pois os trabalhadores ficaram ainda mais a mercê da benesse e caridade, não tendo direitos, e se chegarem a margem de tempo para aposentar, por que a realidade de trabalho no Brasil difere muito de profissão para profissão.

“A intensificação e a racionalização acabam por se converter em engrenagens do aumento da exploração do trabalho, que se apropria do valor criado pelo trabalhador e o descarta quando sua produtividade já não acompanha o ritmo de produção”. (ANTUNES, 2018, p. 127).

Outro setor que merece menção é o da agroindústria também com uma morfologia do trabalho no Brasil bem precário. Apresenta-se uma pesquisa realizada por Juliana Guanais junto à agroindústria canavieira que, na Usina Açucareira Ester S.A., localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo, na região de Campinas. Esse trabalho tem se tornado central a partir do momento que a fabricação do etanol combustível usado no Brasil em larga escala é feito da matéria prima da cana de açúcar. (ANTUNES, 2018).

E os fatores da precarização não diferem muito da outra pesquisa apontada, os salários dos trabalhadores se dão pela quantidade de cana colhida, o que resulta de um trabalho árduo e intenso para chegar a um pagamento satisfatório para o trabalhador. “Os empresários se beneficiam sobremaneira desse sistema de remuneração, uma vez que o aumento da produção também interessa aos trabalhadores, que querem receber mais e produzem em ritmo intenso”. (ANTUNES, 2018, p. 128).

Mesmo com essas jornadas extenuantes as quais os trabalhadores se submetem, funcionários dessa empresa é que fazem a contabilidade da produção e assim esse cálculo realizado pelos mesmos tem sido instrumento de burla e redução do total produzido. Um total desrespeito com o trabalhador que já é tão subjugado e explorado, e terminam colocando um

trabalhador contra o outro por meio da concorrência, e que também deve sofrer a mesma pressão por resultados. (ANTUNES, 2018).

Nesse cenário de trabalho é constante o adoecimento do trabalhador, mutilações, e envelhecimento precoce diante da rotina exaustiva de trabalho exposto a um sol escaldante tão presente em vários Estados do Brasil. Destacam-se dois depoimentos que ilustram bem a realidade de trabalho na Usina Açucareira:

Eu mesma nessa cobrança deles e já no primeiro mês de trabalho tive que pegar atestado porque machuquei o pulso. [...] Eu mesma estourei o pulso [...], fui tentar acompanhar os outros e estourei o pulso. (Maria, trabalhadora rural).

Hoje você trabalha de empreita e tem regra, você tem hora de almoço e de descanso, mas ninguém tira hora de almoço [...], se você tirar você não ganha dinheiro [...]. O cara acaba de comer e já vai trabalhar [...], uns já comem de manhã cedo e ficam o dia inteiro sem comer, toma só um cafezinho. (Osvaldo, trabalhador rural). (ANTUNES apud GUANAIS, 2018, p. 128).

É perceptível na fala destes entrevistados o sofrimento, o descaso, a falta de uma legislação protetora do trabalho que realmente funcionasse e estivesse ao lado do trabalhador e não como o panorama que se segue no Brasil de desregulamentação dos direitos como um todo. Aqui não difere da outra pesquisa o trabalhador que produz mais, esse é bem visto e os que produzem menos são improdutivos ficando a mercê da demissão em primeiro lugar. No Estado de São Paulo houve um acordo firmado que a partir de 2017 o trabalho manual no corte de cana seria substituído por colhedoiras.

Outra atividade na agroindústria que se destaca pela precariedade é atividade avícola. A pesquisa foi realizada em uma das maiores empresas produtora mundiais de carne de frango e derivados, situada em Toledo estado do Paraná, que empregava cerca 6.500 pessoas. Vejamos como se dá o funcionamento da mesma:

Trabalham por meio de um sistema de turnos de forma ininterrupta, 24 horas por dia, durante 7 dias por semana. O turno de trabalho é de 8 horas e 48 minutos, com 1 hora de almoço. A organização do trabalho no setor é predominantemente taylorista e fordista, com uma esteira que conduz o produto a ser desossado. O ritmo do trabalho é variável, mas a média de movimentos realizados para se desossar uma perna de frango (coxa mais sobrecoxa) é de 18 movimentos em 15 segundos. (ANTUNES apud NAVARRO; NELI, 2018, p. 130).

O que se percebe é que o trabalho não é diferente do que Charlie Chaplin já evidenciava em seu vídeo tão famoso e difundido tempos modernos. A era taylorista/fordista ainda está latente em nossa sociedade mesmo que os empregadores tentam mascarar que a mesma não exista na contemporaneidade. É fatídica a superexploração, a falta de tempo para fazer suas refeições, para o descanso, jornadas de trabalho longas. “O ambiente de trabalho

nessa avícola é com uma temperatura controlada em torno de 10 e 12 graus; a umidade e o barulho, bem como o cheiro forte também estão presentes nesse tipo de atividade”. (ANTUNES, 2018, p. 130).

Naturalmente em um ambiente de trabalho tão insalubre para os trabalhadores os adoecimentos, desgaste físico e acidentes de trabalho diante dessa cobrança por um ritmo de produção por segundo ocorre constantemente na realidade desta unidade. Conforme se constata no depoimento a seguir, que discorre sobre o tempo e a intensidade na produção:

No começo eram 25 segundos [o tempo exigido], agora são 20 segundos [...] a [velocidade da] esteira aumentou, o mínimo é 19 segundos, mas a gente ainda não consegue [...]. (M.S., 27 anos, há 9 meses na empresa).

A cada 20 minutos um fica sentado, mas a maioria do tempo é em pé [...], cansa ficar sentado em cima daquelas cadeiras [...], daí começa a doer as costas [...], então o máximo que eu consegui ficar naquelas cadeiras foi uma hora [...] daí começa a dor nas costas, dor no ombro. (M.S., 27 anos, há 9 meses na empresa).

Além destas circunstâncias já mencionadas, os operários se referem ao sistema de metas que torna ainda mais extenuante e degradante o trabalho: “Tem uma meta pra ser atingida, então a nossa é no máximo seis erros que pode ter uma mesa de produção [...], a mesa inteira tem que atingir essa meta, se passar de seis erros a meta é estourada e o supervisor responde pelas anomalias”. (L. D., 20 anos, há 8 meses na empresa).

São chocante e impactante essas entrevistas com esses trabalhadores, e o que os empregadores fazem em busca do lucro. Não se importando um mínimo possível com o trabalhador, os mesmo estão à mercê do mercado, do plano de metas da empresa, da potencial exploração da força de trabalho, “convivendo com o risco cotidiano de adoecimentos físicos e mentais, ajudando a configurar a nova morfologia do trabalho pautada pela precarização e pela superexploração”. (ANTUNES, 2018, p. 130).

Outro segmento de trabalho que vem se expandindo e contratando um contingencial enorme de trabalhadores no Brasil são os Call-center, ou serviços de telemarketing. E com eles uma compreensão desse cenário na nova morfologia do trabalho no país. “A pesquisa de Claudia Mazzei Nogueira foi realizada junto à Atento, em Campinas, empresa de prestação de serviços de atendimento através de contact centers”. (ANTUNES, 2018, p. 131).

A maioria desses trabalhadores lida diretamente com os clientes, em “operações, o contingente de trabalhadores é 70% do sexo feminino e ficam de 85% a 90% de sua carga horária de serviço sentada e com atenção total em monitores de computador, no teclado, e no

fone de ouvido”. (ANTUNES, 2018, p. 131). Um depoimento da ex-teleoperadora Ignez demonstra a dura realidade neste call-centers:

Eu trabalhava das duas às oito horas da noite, eu ficava seis horas sentada, só tinha quinze minutos pra tomar um café e ir ao banheiro. [...] Eram seis horas sentada recebendo ligação direto... Eu não quero ficar sentada num lugar seis horas por dia sem você poder se movimentar. (ANTUNES apud NOGUEIRA, 2018, p. 131).

O trabalho nestes call-centers ou telemarketing não é uma lida fácil, você ter direito a quinze minutos de descanso e para ir ao banheiro, sempre pressionado por produção, sempre monitorado, sem contar que muitos destes call-centers são em lugares apertados, insalubres como galpões. E passar seis horas sem se levantar, sem andar traz consequências para o trabalhador como inchaço, retenção de líquido é desumano as condições de trabalhos aqui já referidas.

A cobrança por produção e para controlar o trabalho é constante de um trabalhador para o outro a direção cobra dos gestores (coordenadores), que pressionam os supervisores, que por sua vez controlam as teleoperadoras. É uma cobrança muito grande para o trabalhador, que se pode imaginar o sofrimento, os constrangimentos e mesmo os adoecimentos psicológicos nesse espaço de trabalho sejam elevados. (ANTUNES, 2018).

Vejamos a fala da teleoperadora Luiza que conta:

Você tem uma meta, quando você vai passar uma informação, você fica atenta ao seu TMO, tempo médio para passar as informações, por exemplo, eles pedem 29 segundo e tem pessoas que não querem só aquela informação, eles querem falar mais alguma coisa, então nisso você acaba atendendo mal aquela pessoa. Por exemplo, você não vai dar atenção a ela porque você sabe que o seu TMO está subindo, então é isso que deixa a gente tensa no serviço. E mais, eles também ficam falando que a produtividade caiu e por isso nem a parada particular nós podemos fazer. Porque eles falam: “gente, vamos abaixar o TMO”. Vou abaixar o TMO como? As pessoas querem informações, as pessoas não querem um robô. (ANTUNES apud NOGUEIRA, 2018, p. 131).

Essas operadoras são recorrentes em mau atendimento, na demora em repassar informação ou serviço, que os clientes ficam insatisfeitos, aborrecidos e terminam sendo grossos com os operadores também. Mas não passa pela cabeça de ninguém a existência desse tempo médio operacional, 29 segundos não dá para você passar nenhuma informação ou tirar uma dúvida do cliente, é uma pressão exagerada.

O controle intenso do trabalho é facilitado pelas avançadas tecnologias de informação presentes nesses setores. A máquina é mais rápida no processamento de informações, é tão absorvente esse serviço de ficarem horas na frente de um monitor, de fone de ouvido que as pessoas apesar de estarem juntas não tem tempo de socialização de

estabelecer relações interpessoais que são quase nulas. (ANTUNES, 2018). Fernanda teleoperadora relata:

É engraçado as pessoas chegam, uma olha pra cara da outra e tchau! Não dá tempo pra gente conversar. Você tem que conversar antes de entrar, porque depois que você entra não se consegue mais conversar. E, quando acaba a nossa jornada, a gente está tão exausta que você entra no elevador e fala: “Mais um dia”; e o outro só consegue responder: “Mas um dia”. (ANTUNES apud NOGUEIRA, 2018, p. 132).

Nas falas das teleoperadoras é visível o descontentamento, a insatisfação, é preocupante como os chefes destas unidades só se atem ao lucro, não se preocupando com o funcionário, com o ser humano ali presente, que necessita de interação de estabelecer relações sociais já enfatizados nesta pesquisa. A chefia está sendo autoritária e de mandataria não estabelecendo dialogo com seu trabalhador e buscando melhorar os serviços e condições de trabalho.

“O controle do tempo é extremamente rígido, e a intensificação da jornada de trabalho cerceia e reduz a liberdade das operadoras de telemarketing, a quem os Scripts e os fluxogramas de atendimento são predeterminados”. (ANTUNES, 2018, p. 132). As empresas de telemarketing estabelecem um padrão de atendimento de entonação da voz, tudo com objetivo de facilitar o trabalho das teleoperadoras, as pessoas são obrigadas a se comportarem de determinada maneira inclusive quanto a tonalidade da voz já que a resposta dada ao cliente pode ser aceita ou não dependendo da maneira que você fala com o cliente. (ANTUNES, 2018).

É logico que muitas vezes as operadora de telemarketing são afetadas pelas condições de seu trabalho até mesmo no âmbito emocional porque você lidar com cobrança, com estresse dos clientes muitas vezes grosseiros e guardar aquilo dentro de si abala muito o emocional do trabalhador é necessário um autocontrole muito grande. O assedio é outra questão a que são submetidas com frequência, então não é fácil esse trabalho tão exigente e precarizado, o controle do tempo como já exposto para realizar suas necessidades básicas é compensado no final do expediente. (ANTUNES, 2018).

“As operadoras de telemarketing vivem um significativo processo de exploração da força de trabalho, visível quando se investigam suas condições de saúde, tempo, “qualidade”, “motivação”, alienação, heteronomia do processo de trabalho”. (ANTUNES, 2018, p. 134). São todos fatores indicados nos depoimentos destas trabalhadoras, dentre tantos outros elementos.

Contrariando algumas teses que pregam o fim do trabalho humano na sociedade capitalista e contemporânea, a atualidade tem mostrado o lado contrário. O que incide e nos desafia a compreender é a nova morfologia do trabalho segundo Ricardo Antunes, autor tão sagaz ao discutir a categoria trabalho, e nesta pesquisa reiteramos como a introdução de inovações tecnológicas – informatização tem contribuindo para um universo da classe trabalhadora tão férrea na sua exploração. “Nova morfologia essa que no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural clássicos até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontrados, temporários”. (ANTUNES, 2018, p. 135).

Um mundo do labor frio e calculistas que querem que o trabalhador se comporte e sigam os moldes de uma máquina, que não tenham pausa nem para sanar suas necessidades básicas, uma pressão por produção que aliena e adoce os sujeitos. A introdução da tecnologia facilitou a vida das pessoas, o acesso a informações, rapidez em resolver algumas demandas.

Mas também trouxe problemática como nos atemos no decorrer deste capítulo, impulsionaram ainda mais a exploração do trabalhador por meio de trabalhos precários a que são exemplos call-centers e telemarketing, digitalizadores que laboram (e se lesionam), dos assalariados do fast-food, hipermercados, dos motoboys que se arriscam cotidianamente nas grandes metrópoles para transportar mercadorias, os ubers.

A realidade aqui exposta de ampliação da precarização/flexibilização reluz a intensidade do capitalismo contemporâneo em explorar, diminuindo até mesmo a fronteira entre a vida privada e espaço laboral. Enfraquecendo e até mesmo submergindo a legislação protetora do trabalho, bem como a organização sindical. Assim, quanto maior o grau de desproteção da legislação trabalhista maior o ritmo de precarização das condições de trabalho. Outro destaque no que tange ao trabalho é o fato de que com as tecnologias o trabalho antes desenvolvido por duas ou mais pessoas hoje é recorrido a somente uma pessoa que sofre para dar conta de desenvolver o mesmo.

CAPÍTULO III

4 A CONTRARREFORMA E O DESMONTE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS CONQUISTADOS

A partir de 1988 teve-se um marco histórico para a população brasileira que foi a aprovação da Constituição Federal 1988. Fruto de amplo debate e luta da classe trabalhadora e movimentos sociais. O que legitimou a materializar a universalização da Proteção Social por meio das Políticas Sociais inscritas no artigo 6º da CF: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Simultaneamente, a CF traz outro grande avanço no que tange o Capítulo II, da Seguridade Social, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, assistência social e previdência social. E que vem perpassando por momentos de complexidade, aridez e hostilidade; para implementação numa perspectiva de um padrão público universal de proteção social. (BEHRING, 2008).

A crise econômica e política instaurada no Brasil trazem largas consequências, como à expropriação ao qual a classe trabalhadora vem sofrendo e apontam árduos desafios ao trabalho do assistente social, que trabalha com diversas expressões da questão social.

Assim, do ponto de vista político o debate ora aqui elencado se alinha ao entendimento de que “a defesa das políticas sociais universais e gratuitas e dos direitos sociais materializados por elas [se enquadra] na agenda anticapitalista, como mecanismos de transição e de reprodução da força de trabalho centrais nesse momento histórico, e como disputa do destino do fundo público [...]”. (FILHO, 2015, p.318).

No entanto, o que vem se instaurando no século XXI é um movimento de “contrarreforma¹⁶” das Políticas Sociais. Por meio do ideário neoliberal¹⁷ ao estabelecer um

¹⁶ O termo Contrarreforma será utilizado de acordo com a analogia ao pensamento de Behring (2008) que cita: está em curso no Brasil desde a década de 90 uma contrarreforma do Estado por meio de ataques as Políticas Sociais uma forma de desestruturar e retroceder no que já foi conquistado. E não uma “reforma” como apontavam e ainda o fazem seus defensores. Pois uma “reforma” seria algo renovador e ampliador de direitos e não o que vem acontecendo no Brasil que é um retrocesso dos direitos já conquistados a férreas lutas dos trabalhadores, movimentos sociais e toda sociedade civil.

¹⁷ A política neoliberal tem um marco determinante no governo Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse”, que ao realizarem a escolha histórica por tais caminhos, nos levaram ao “coração das trevas do neoliberalismo”, como afirma Oliveira. A política econômica desse governo é o “choque liberalizante por ele realizado – traduzido na abertura comercial, nas privatizações, nas regulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa

Estado mínimo em detrimento da “prevalência do trinômio: privatização, focalização e descentralização, compreendida como mero repasse das responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas” [...] (BEHRING, 2008, p. 248).

Deste modo, o conceito de Políticas Sociais universais vem sendo distorcidas dando-se prevalência a Políticas focalizadas na atenção á pobreza e extrema pobreza, transferência de renda, seletividade e privatização da política social pública.

Nesse sentido, os autores Mito e Nogueira trazem a relevante afirmação (2013):

No campo institucional, a crise mundial das economias capitalistas ocidentais leva a uma violenta redução dos ideais universalistas e igualitários na área dos direitos sociais, sendo estes substituídos pela exigência da focalização em populações vulneráveis e de risco social, conforme apregoado pelas agências mundiais de fomento e financiamento. Vai-se confirmando uma divergência entre o definido sobre a proteção social na Constituição de 1988 e a operacionalização das políticas sociais e os valores profissionais. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 65)

Nessa perspectiva, as tendências reafirmadas pelo Governo Lula da Silva, ao manter a continuidade da política econômica, ou seja, o projeto neoliberal; levando em consideração as recomendações dos organismos internacionais como se fosse a única via possível. (IAMAMOTO, 2009) Enfatizando ainda que, só há “gestão responsável” com a política neoliberal “que mantenha o ajuste fiscal duro, o juro real elevado, a política monetária concentracionista, o câmbio flutuante e a livre movimentação de capitais” (IAMAMOTO, 2009, p. 36).

Todas essas diretrizes trazem grandes problemáticas para a política social brasileira, podemos perceber isto através do pressuposto hoje enraizado na contemporaneidade que é o dos programas sociais, que são instaurados na tentativa de recompensar o que está sendo agravado pela política econômica e prevalece até hoje e com a ausência de efetivas reformas. (IAMAMOTO, 2009).

Presencia-se na atualidade uma contrarreforma do padrão de proteção social, que pode ser percebido por meio de medidas como: a flexibilização das relações de trabalho¹⁸, a busca incessante da extração de superlucros, o desmonte que caíra sobre a previdência social e encargos sociais brasileiros, como falácia que estes teriam encargos altíssimos para o governo, e reitera os mesmos como custos e gastos dispendiosos. (BEHRING, 2008).

combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa. (BEHRING, 2008, p. 36).

¹⁸Este processo é possível a partir de movimentos internos nas empresas, mas acompanhadas de uma redefinição do papel do Estado, no sentido da desregulamentação de sua intervenção nas relações de trabalho, atribuindo ao capital e ao trabalho uma suposta igualdade de condições – uma espécie de retorno ao século XIX, que implica a evidente desvalorização da força de trabalho – para negociar, e desconsiderando as conquistas históricas dos trabalhadores. [...] (BEHRING, 2008, p. 226).

Tudo isso num contexto recessivo de estagnação que o atual governo impôs sobre a sociedade de congelamentos dos gastos públicos por 20 anos que incide diretamente sobre as políticas sociais de saúde, educação, assistência social, etc. (SALVADOR, 2017). E os retrocessos não param por aí, o orçamento das políticas sociais pode ser alvo mais uma vez de cortes, diante da negociata pelo governo ilegítimo de Michel Temer no último dia 31 de maio de 2018, anunciou uma medida provisória nº 839, que estabelece:

Subsídios fiscais de R\$9,58 bilhões ao óleo diesel no país, diz trecho do documento, que reúne dados que comprovam que os acordos retiram direitos sociais. Uma das soluções propostas se traduz em mais cortes em programas sociais e na desoneração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para O Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incidiam sobre o valor do óleo diesel e da gasolina. O PIS e a Cofins são contribuições sociais brasileiras para o financiamento da política de trabalho e da seguridade social, alerta o manifesto. (MANIFESTO ESPECIAL CFESS, 2018, p.01).

Esse acordo se deu diante da paralização nacional que assolou o país, em meio ao inconformismo com o alto custo dos combustíveis. E envoltos neste processo temos a realidade brasileira de ter uma empresa (PETROBRAS) que teria como objetivo principal a exploração, extração, produção, refino e comercialização do petróleo. Mas o que vem acontecendo é um sucateamento da coisa pública, e de privatização. O que se constata com a Petrobras que vem transferindo para setores privados o que seria de sua competência como refinar o petróleo. E assim o petróleo é exportando para ser refinado em outro país, e é novamente importado para o Brasil com custo elevado e com a incidência da alta do dólar sobre o preço do mesmo. (MANIFESTO ESPECIAL CFESS, 2018).

Não é novidade que diante desta conjuntura atual o mais penalizado e que paga toda a conta diante da má gestão dos governantes é a classe trabalhadora. O que ocorre neste caso do combustível, os estrangeiros são beneficiados com a política de preço e onera os trabalhadores em favor do capital. (MANIFESTO ESPECIAL CFESS, 2018).

É perceptível neste processo o quanto as forças de resistências estão desmobilizadas e fragmentadas em nosso país, principalmente o movimento operário. Como instrumento de defesa e garantia de direito dos trabalhadores¹⁹. (BEHRING, 2008).

Assim, o governo buscou deslegitimar a greve dos caminhoneiros por meio de um discurso de paralização de serviços básicos para a população como saúde, educação, transporte. Como se estes serviços já não estivessem ameaçados e sucateados há muito tempo.

¹⁹A autora Behring (2008, p. 214) enfatiza que o pressuposto para a implementação de medidas de natureza claramente regressiva para os trabalhadores seria imprimir derrotas políticas ao seu movimento organizado, tal como Thatcher tratou a greve dos mineiros na Inglaterra, ao lado da retomada de “taxas de lucro” de desemprego, a partir da introdução de novas tecnologias.

Colocando trabalhadores uns contra os outros. Essa manobra é feita com o intuito de responder aos interesses do capital no momento de crise, ainda pautada por uma mídia sensacionalista. (MANIFESTO ESPECIAL CFESS, 2018).

A lógica capitalista é tão hipócrita, que operam estratégias de passivação dos trabalhadores com objetivo de destruir sua identidade de classe. Como exemplo tem-se o discurso de que a população está sem emprego por não estarem qualificadas para o mercado de trabalho e assim não gerando condições de empregabilidade. E perdura neste debate uma onda neoconservadora de má vontade de trabalhar, estão inaptas ou até mesmo porque são acomodadas ou preguiçosas. (BEHRING, 2008). Preferem culpabilizar os indivíduos, mas jamais vão afirmar que isto se dá por causa de uma condição estrutural do capitalismo, na qual não há emprego para todos.

Assim, a autora Boschetti (2008, p.26), traz uma excelente contribuição ao afirmar que “um sistema de proteção não é somente a justaposição de programas e políticas sociais, e tampouco se restringe a uma política social”. E reitera seu argumento refletindo que a simples existência de políticas sociais não se constitui de fato como um sistema de proteção social.

Podemos perceber isto na lógica do nosso “sistema de proteção social” brasileiro hoje existente, no qual já foi elencado em parágrafos anteriores. E autora Boschetti (2008, p.26), destaca:

O que configura a existência de um sistema de proteção social é o conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência social, educação, transporte, entre outros bens e serviços públicos. Tem como premissa o reconhecimento legal de direitos e a garantia de condições necessárias ao exercício do dever estatal para garanti-los. (BOSCHETTI, 2008, p, 26).

Concernente à citação acima pode considerar que no Brasil o reconhecimento dos direitos sociais e sua universalização nos sistemas de proteção social estão retrocedendo, diante da atual política econômica instaurada de socorrer grandes instituições falidas com dinheiro do fundo público, bem como o alto índice de isenções de impostos pelos governos, mutuamente Evilasio Salvador (2010, p. 606) expõe:

Com isso, ocorre um aumento da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é o combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas. Nesse bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público. (SALVADOR, 2010, p. 606).

Sumariamente, ao pensamento de Evilasio Salvador (2010) na citação acima temos em foco o fundo público e sua articulação com as políticas sociais e presencia-se que esta relação é intrínseca ao modo produção vigente e sua relação com a reprodução do capital, sendo uma questão estrutural do capitalismo. Pode-se perceber que uma das maneiras da arrecadação e composição do fundo público se da por meio da extração de recursos da sociedade em forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida. (SALVADOR, 2017).

Assim, estes impostos pagos pelos cidadãos deveriam voltar em forma de serviços para a população brasileira tão carente de serviços públicos de qualidade, e não servir como mobilização por parte do Estado para intervir na economia e nas políticas públicas como moeda de troca e de gritantes retrocessos como o que vem perpassando a sociedade atual num período de contrarreforma das políticas sociais e da busca incessante pela privatização dos serviços básicos para a população como (saúde, educação, previdência social).

Todos envoltos num processo onde se prega que o Estado não tem recursos para manter estes serviços e que a privatização seria o melhor caminho, uma falácia, como podemos nos ater:

Outro instrumento de política fiscal que vem agravando a retirada de recursos para o financiamento da seguridade social são as renúncias tributárias sobre as contribuições sociais. Diante do agravamento da crise do capital, o governo intensificou, a partir de 2010, as concessões de renúncias fiscais para permitir a recomposição das taxas de lucros de diversos setores econômicos. (EVILASIO SALVADOR, 2010, p. 427).

Em meio às crises do capital²⁰, o governo sempre tolhe primeiramente os direitos sociais como se não vivêssemos em um país tão desigual quanto o Brasil. Com uma população carente de serviços essenciais. Presencia-se a persistência de profundas e históricas desigualdades sociais no campo político, econômico, cultural que acabam por influir na dinâmica de classe que se mantêm na sociedade brasileira.

Destaca-se também neste processo de crescimento econômico, num país capitalista periférico como o Brasil, que consegue se modernizar e ingressa no mundo globalizado, mas sem deixar de lado as velhas práticas conservadoras²¹ e patrimonialistas tão

²⁰ Para Mészáros (2009) apud Raichelis e outros analistas, esta é uma crise estrutural, expansionista, destrutiva e, no limite, incontrolável. E quanto mais aumentam a competitividade e concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais se destacam: a destruição e/ou precarização da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, subordinadas aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

²¹ Não se nega aqui a existência de um processo acelerado de avanço do conservadorismo em todos os campos: político, religioso, cultural, social e moral. Contudo, não se pode colar mecanicamente essa contraofensiva

presente na sociedade contemporânea e até mesmo no interior do serviço social que desde o início da profissão batalha para superá-las. (BOSCHETTI, 2017)

A condição das políticas sociais dentro do contexto de crise do capital reacende valores, políticas e medidas conservadoras como apologia ao livre mercado, a redução do papel do Estado nas relações econômicas, a mercantilização de serviços públicos, como luz, água, gás, telefonia. Essas medidas se dão pela lógica neoliberal presente na sociedade e que alimentam a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores. Explicitam também a incapacidade de o capitalismo viver sem crises e sem agudizar as desigualdades, violências e barbáries sociais. (BOSCHETTI, 2017).

Estamos, pois diante de uma política social cuja serventia pública foi corrompida e monopolizada pelos interesses antissociais do mercado. (PEREIRA, 2018). Em vista disto, se tornou uma política neoliberal conservadora regida por um corolário de extrema direita alicerçada por interesses e apologias a predominância da hegemonia do modo de produção capitalista.

A grande peculiaridade, porém, se trata da visão que vem sendo disseminada na contemporaneidade sobre as políticas sociais, semeada por uma brutal ofensiva das classes dominantes, e uma investida mutiladora “(achacada por reformas regressivas e cortes no seu financiamento) retorna ao centro da luta política, transformando-se em pauta de debates e objeto de reflexão coletiva para fortalecer a insurgência das classes subalternas”. (MOTA, 2018, p. 229).

É fato empírico que estamos atravessando um momento histórico em que o paradoxo mencionado se faz presente, haja vista o corte exorbitante feito na área da assistência social no que tange a 50% no orçamento previsto para o ano de 2019 previsto na Lei Orçamentaria Anual. Esta medida aprofundará a precarização e a oferta dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Realizados nos Centros de Referência e Centros Especializados de Referência de Assistência Social (CRAS e CREAS). (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2018).

E, como não poderia deixar de ser está desregulação revela a natureza contraditória por meio da precarização dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados a aproximadamente trinta milhões de famílias atendidas nos mais de oito mil CRAS e CREAS. Além dos demais equipamentos sociais (CNAS, 2018). A proposta da Lei Orçamentária Anual foi aprovada, segundo Conselho Nacional de Assistência Social:

conservadora aos avanços e direitos conquistados nas últimas décadas, à existência de um “fosso” entre uma suposta formação teórica progressista e uma prática profissional conservadora. (BOSCHETTI, 2017, p.638).

Foi enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional com 57,39% de corte no Benefício de Prestação Continuada a Pessoa Idosa e 44% no Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência, além de cortes nos Serviços Socioassistenciais na ordem de 49,48%, conforme tabela comparativa da Resolução aprovada pelo CNAS com a PLOA 2019. (CNAS, 2018, p. 1).

O texto aprovado na Lei Orçamentaria Anual prevê um déficit de 139 bilhões para os orçamentos fiscais e da seguridade social, que assegura direitos à saúde, a previdência e à assistência social. Então longe ser um adendo descartável essa configuração política hoje existente termina incidindo em um fator de derruir a política de assistência social, que já é bastante sucateada e com este corte orçamentário intensifica ainda mais. (BRASIL, MINISTERIO DA ECONOMIA, 2018).

Historicamente, os assistentes sociais lutam pela defesa da seguridade social pública e universal, bem como a política de assistência social como um direito garantido constitucionalmente. Outra luta bastante duradoura é pela melhoria das condições e relações de trabalho no SUAS. Portanto este retrocesso no co-fianciamento desta política coloca desafios imensos aos trabalhadores que já atuavam e lidavam com poucos recursos, na garantia dos serviços socioassistenciais em conformidade com as necessidades identificadas da população usuária. (CFESS, 2018).

Tal aparente contrassenso revela a natureza contraditória da ofensiva burguesa, enfeixada por um viés de transferência das suas responsabilidades (Estado) para outros setores da sociedade como aqui já contextualizado no decorrer desta dissertação. Mas o foco em questão é como a gestão tem colocado a assistência social em segundo plano e transformado a política em algo improvisado e descontínuo do qual são “expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro-damismo persistente e *(re)atualizado* nesta área, indicando possivelmente a adoção de novas estratégias de *(re)legitimação* desse instituto”. (grifos do autor: RAICHELIS, 2010, p.760).

Isto explica o que vem acontecendo na contemporaneidade com as políticas públicas e principalmente com a política de assistência social, iniciou-se na gestão de Michel Temer com a revisão orçamentaria da assistência e na atual gestão do presidente eleito intensifica-se, na qual recai também uma nova proposta que o mesmo afirmou ser necessária que é a auditoria dos programas sociais do governo federal, ou seja, entram nesta linha tênue o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Bolsa Família, o Pagamento de Aposentadoria e Pensões Urbanas (RGPS) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos. (BRASIL 2018).

O ponto de vista do gestor é de que o programa social é para retirar as pessoas da pobreza, mas ao mesmo tempo esta não pode ficar dependente do mesmo e do Estado. (COSTA, 2018) Assim, essa afirmação cabe muita discursão a começar pela contradição do modo de produção capitalista, pelo exército industrial de reserva questões já discutida ao decorrer do capítulo 1. Tais afirmações remontam que se as políticas sociais realmente funcionassem e se a população tivesse acesso a todos os itens essenciais como direito legitimado pelo Estado não se precisaria de programas sociais.

A aplicação prática desse discurso, geralmente eivados de preconceitos esquece que o modelo vigente em nossa sociedade se rende as diretrizes para condução das políticas sociais apresentando fina sintonia com as recomendações dos organismos internacionais, como se pode perceber:

O relatório sobre o desenvolvimento mundial 2006, do Banco Mundial, é explícito: a meta é a equidade, entendida enquanto igualdade de oportunidades de forma que respeite as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos. O ex-presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, considera que a ação pública deva visar a ampliar o conjunto de oportunidades para aqueles que têm menos voz e menos recursos e capacidades. Mas isso deve ser feitos de forma que respeite e aumente as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos. (BEHRING, et al 2009, p.39).

Trata-se de uma citação que ressalta bem o domínio dos organismos internacionais em ditar regras até mesmo na política de assistência social e em como ela deve ser. Isto explica a notoriedade de como a mesma é conduzida no Brasil com foco na pobreza e extrema pobreza ao tempo que mascaram uma transformação efetiva na vida destes sujeitos. Mas, ao contrário o que ocorre é que os gestores passam a enxergar a questão social como algo natural da sociedade, sob a órbita do capital e respondem as estas demandas com ações de cunho filantrópicas, imediatistas, focalizadas, benemerente e até mesmo privatização da política social pública por meio da delegação de sua responsabilidade ao terceiro setor. (BEHRING, 2009).

Tal fato dissemina uma ideia de caridade, desqualificando a realidade hoje existente no Brasil de um capitalismo férreo em nome do consumo e numa suposta acessibilidade ao mercado. Mas a tendência que se acirra na contemporaneidade e na atual gestão para o ano de 2019 é de criminalização e encarceramento da pobreza, pois a partir do momento que se tem um corte exorbitante no orçamento para a política de assistência que responde por várias demandas da população, é evidente que a mesma sofrerá um grande retrocesso e muitos usuários desta política ficarão desassistidos. (BEHRING, 2009).

Essa banalização da vida humana no contexto de acirramento do capitalismo evidencia e avulta ainda mais a vulnerabilidade ao ambiente político, já que diante do corte orçamentário a política de assistência que não se sustentava com ínfimos recursos terá uma dificuldade ainda maior. E o cenário é de alerta, diante do orçamento aprovado e se os parlamentares decidirem não abrirem créditos adicionais isto significa que a execução dos programas descritos anteriormente será dificultada, faltando recursos para o pagamento dos benefícios e gestão dos serviços, revelando tendências regressivas, ora explícitas de suposta fragilidades presentes no sistema. (SAMPAIO, 2018).

As análises críticas desse processo de desmonte, segundo Potyara Pereira realçam que:

Nas atuais sociedades de indivíduos, o pobre passou a ser responsabilizado pela sua condição social e a pobreza se transformou em delito grave, passível até de pena de morte sentenciada à margem das leis. Estudos realizados em vários países do mundo sobre o sofrimento causado pela vergonha de ser pobre e precisar recorrer à assistência do Estado, agora reduzida a um simples alívio e a um mecanismo de ativação de seus demandantes para um mercado de trabalho flexível e precário, revelam que: sendo a vergonha uma das emoções mais debilitantes e redutoras da autoconfiança, ela, quando somada à dor da pobreza e à impotência de superá-la, dificilmente cria no pobre uma força interior para mudar o seu destino, como geralmente é pensado; mas, pelo contrário exacerba o problema da pobreza e desmoraliza o pobre, levando-o inclusive ao suicídio. (PEREIRA, 2018, p. 182-183 APUD WALKER, 2014).

Em suma este é o cenário mundial contemporâneo, em que é preciso alavancar forças por um Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2003) que seja notadamente gerido e reconhecido como um modelo estatal público e democrático e conquista recente no âmbito da política social. Pauta-se pela concepção que o SUAS traz em sua construção dispositivos relacionados á concepção de uma política pública estatal consolidada que visa:

Particularmente, pela provisão de seguranças tipificadas e padronizadas em equipamentos públicos estatais e referenciados nos territórios mais desiguais; lógica de repasses continuados e permanentes de recursos, fundo a fundo, a partir de critérios técnicos, orientados por princípios como a plena universalização, integralidade da proteção, com expansões qualificadas e progressivas; territorialização de serviços, visando à universalização de acessos; profissionalização, com definição de bases normativas que visam a desprecarização das condições e dos vínculos de trabalho, bem como qualidade dos serviços prestados; mecanismos indutores de capacidades de gestão, com definição de parâmetros de avaliação e ordenamento dos municípios e estados por níveis de gestão; implantação de novos instrumentos de gestão, especialmente o Pacto de Aprimoramento do Suas, tendo como finalidade a cooperação dos entes federados no cofinanciamento, na qualificação e na universalização da cobertura territorial, e no desenvolvimento normativo-jurídico e institucional; primazia da responsabilidade estatal e regulação de novas bases para a relação do Estado com as organizações da sociedade civil, entre outros aspectos que caracterizam a institucionalidade desse sistema público, descentralizado, participativo, destinado à gestão do conteúdo

específico da assistência social no sistema protetivo brasileiro. (SILVEIRA, 2017, p. 487- 488).

As dificuldades e fragilidades enfrentadas pelo sistema como na execução de recursos para o SUAS através do Fundo Nacional de Assistência Social aos municípios, bem como a ausência de padrões relativos aos custos dos serviços. Compõem as justificativas do governo para dissolver e regredir ainda mais no que tange a esta política tão essencial. E é no contexto de contrarreformas neoliberais que essas medidas de ajustes orçamentários deturpados vêm se legitimando e ganhando centralidade revelando uma hegemonização de uma concepção tecnicista de gestão pública. (SILVEIRA, 2017).

Essas tendências persistem na atualidade e a problemática pode ser assim exposta:

As políticas sociais revelam, historicamente, a prevalência do controle dos pobres e da moralização da pobreza; ajustamento dos *improdutivos e incapacitados* a um padrão normativo dominante; ineficiência, frágil alcance social, com sobreposição de competências e processos de descontinuidades; absoluta fragmentação e separação programática entre as políticas; destinação insuficiente de recursos públicos. (grifos do autor: SILVEIRA, 2017, p. 489).

Todavia a configuração do sistema de proteção social brasileiro foi erguida na era dos monopólios, e assim para que a supremacia do modo de produção capitalista seja disseminada é necessário estruturas de apropriação (econômica) e dominação (política) para que possam operar conforme os moldes e interesses das classes dominantes. Deste modo é nítido e indispensável que as classes subalternas, em particular o proletariado, sejam exploradas, subjugadas ao tempo que a burguesia possa não aniquilar, mas extrair ao máximo os seus interesses. Nesse jogo tão atual é condição ímpar para sobrevivência do Estado burguês, como expressão das relações sociais existentes que asseguram a reprodução do capital. (MOTA, 2018 apud IANNI, 1982, p. 37).

Enquanto isso, a classe proletária trabalha pelas mínimas condições para sobreviver, em sua grande maioria por um salário que não atende as suas necessidades básicas. No Brasil o custo de vida é muito alto principalmente nas grandes metrópoles, uma população que não tem casa própria, o acesso às políticas públicas é insuficiente e quando conseguem acessar este direito encontram políticas precarizadas, excludentes, seletivas. A desigualdade social se dá em índices elevados, e em um país que tem uma concentração de renda tão desigual na mão de grandes detentores dos meios de produção. Desta razão, são mecanismos que não solucionam as insuficientes condições de vida na qual se encontram a maioria da população brasileira.

Mota (2008), afirma que o contexto de desigualdades é muito mais acentuado nos países subdesenvolvidos da América Latina, ratificando:

A América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda. Segundo o BID, 5% da população recebe 25% do total [da renda]. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Mais ainda, apesar de ter u PIB per capita intermediário, a América Latina apresenta a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos e menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta (MOTA, 2008, p.119).

E a fragilidade do momento que está se vivenciando agudiza ainda mais a situação por coação dos “mecanismos democráticos de participação e controle social com evidente desmonte de sistemas estatais público e de políticas de proteção aos direitos humanos, contribuindo para a reprodução de territórios desiguais e violadores de direitos”. (SILVEIRA, 2017, p. 490).

A cultura patrimonialista impregnada no Brasil reprodutora de desigualdades nas relações de poder afunilam a ideologia do mando e do favor, um patriarcado gerencialista imbuído de suas formulações nas políticas públicas e na gestão Estatal como um todo. (SILVEIRA, 2017).

Análises recentes indicam a grande peculiaridade da realidade brasileira hoje no que tange as políticas públicas:

É no contexto desse Estado que o processo de formulação de políticas públicas revela fragilidades, especialmente na implementação da descentralização de políticas públicas, distanciada de espacialização do poder, dada a configuração predominante de espaços de participação com capacidade limitada de incidência no processo decisório, notadamente pelos constrangimentos da burocratização das instâncias de participação; a baixa capacidade de gestão democrática deliberativa e qualificada das políticas públicas; o baixo grau de participação da sociedade civil do *tipo estatal* (Nogueira, 2003), ou seja, com efeitos de hegemonização de projetos emancipatórios, e não simplesmente integradores de programas de governo. (SILVEIRA, 2017, p. 490).

O corolário mais importante dessas investidas ideológicas desenvolvimentista no Brasil destaca a sua tendência em disseminar práticas em gestão pública sustentadas nos direitos contratuais, ou mesmo somente inscritos nas legislações e ordenamentos jurídicos, ao mesmo tempo em que o Estado se esquivava de cumprir o que ali estar proposto, reforçando uma compreensão obscura sobre a importância dos direitos. Enquanto isso legitima a posição de maior poder dos agentes públicos e governantes. (SILVEIRA, 2017).

A grande peculiaridade, porém na gestão dos últimos governos no Brasil é o uso de “estratégias que justificam a focalização em programas e descontinuidade em serviços

sociais, em detrimento de políticas estatais, portanto submetidas ao interesse republicano no acesso ao fundo público com controle democrático”. (SILVEIRA, 2017. P. 491).

As análises críticas desse processo de desmonte, considerando os grandes avanços em termo da estruturação e desenvolvimento do Suas e a conjuntura presente, faz-se refletir o sucateamento dos serviços da política de assistência social por meio de deliberações e arrochos nas instâncias políticas, polarizadas também por projetos políticos em disputa na sociedade. Assim, as fragilidades típicas da relação do pacto federativo brasileiro dificultam uma possível resistência perante o sistema vigente, o que reforça a importância que os trabalhadores, movimentos sociais tem frente ao embate e mediação para materialização das políticas sociais na vida da população não como benesse, mas como um direito conquistado constitucionalmente e que vem duramente sendo atacados. (SILVEIRA, 2017).

Neste ambiente de ajuste fiscal e a contrarreforma do Estado, é essencial mais união da população usuária da política de assistência social, dos trabalhadores desta política engendradora nas lutas mais gerais da classe, pela manutenção e expansão dos direitos e não consolidação de tantos retrocessos e também pela defesa da democracia. (BEHRING, 2018).

Nessa perspectiva, de crise estrutural do capital e avanços de medidas “precárias e reificadas, fazem com que o reconhecimento de uma saída para a crise sejam cada vez mais bárbaras e destrutivas, esgotando-se definitivamente o elemento civilizatório do capital”. (BEHRING, 2018, p. 237). Ou seja, a banalização da vida humana na contemporaneidade deixa qualquer um estarecido, o lucro é mais importante nessa sociedade. Fazem com que a fome, miséria, o não acesso a uma moradia, trabalho, o frio nas ruas, saúde; se tornem coisas banais e que a população aceite como naturais.

Contudo, é necessário que a população não veja isso como algo corriqueiro do dia a dia, e nem pela via da insensibilidade. Não se pode retornar a medidas cabais e naturalizadas da Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo de Max Weber que viam isso como Deus quis assim, a pobreza como algo predestinado e somente com a graça divina você poderia ter um êxito material. A questão é que se vive em uma sociedade capitalista extremamente voraz a legitimação do seu poder e a busca da exploração para satisfazer os seus lucros, mais-valia à custa do trabalhador. Enquanto isso faz um jogo de confronto e negociação.

É evidente que se deve tecer uma crítica muito grande ao padrão de proteção social hoje existente, e a trajetória das políticas públicas no Brasil, especialmente as sociais, que partem de políticas inconsistentes, produzidas e disseminadas em um contexto de autoritarismo e ideologias desenvolvimentista a qualquer custo. (SILVEIRA, 2017).

Análises indicam que a ofensiva burguesa visa disseminar “uma conjunção de processos enfeixadas em tendências como expropriação de direitos e expansão da mercadorização de serviços públicos e estatais”. (MOTA, 2018, p. 229). O cerne da questão é como os gestores conhecem muito bem o modo de produção, ao tempo que não importam em deixar pessoas desassistidas de vários serviços básicos, e ainda acirram a culpabilização do próprio indivíduo que não quer trabalhar.

A grande peculiaridade do momento é a espoliação e superexploração do trabalho, não importa em condições seja o mesmo, o que importa é vender sua força de trabalho a um custo relativamente baixo que mal dá para sobreviver. Mas dissemina a cultura que você não está dependendo do Estado, não depende de um assistencialismo. Fazem emergir uma “direção de Estado Classista e dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, *experts* na formação de consensos alienantes das classes subalternas. Objetivam o apagamento das referências e dos embates da luta social pela construção de outra sociedade”. (grifos do autor: MOTA, 2018, p. 230).

É preocupante como o poder de persuasão do Estado faz disseminar ideias tão retrogradadas que se luta á tempos para serem desvencilhadas na sociedade. Mas ao contrário o que vem acontecendo na contemporaneidade é um redimensionamento de novos conteúdos, “uma cultura política da crise que se arraiga no senso comum como exigência “dos ajustes”, “do combate à corrupção” e do resultado da suposta “má gestão pública do Estado”.” (grifos do autor: MOTA, 2018, p. 230).

A aplicação prática destes discursos, geralmente eivados de ideias baseadas no senso comum traz a tona um aprofundamento da questão social e a intensa precarização das condições de vida, consequências do momento econômico, político, social e institucional que recai num cenário globalizado de intensas desigualdades interna e externa entre os países. (SILVEIRA, 2017).

Portanto temos desafios a serem enfrentados, de acordo com Iamamoto 2016, em tempos históricos de regressão, recensão e repressão somos chamados a voltar à atenção para as lutas e movimentos dos trabalhadores enquanto classe, o qual inclui os assistentes sociais, profissional assalariado e que também se debruça para a preservação e ampliação do trabalho, dos direitos sociais. Daí a grande importância de identificar os desafios postos ao serviço social na atual conjuntura.

4.1 Os desafios e implicações do serviço social em tempos de crise econômica, social e política

No atual momento da história política brasileira, a profissão do serviço social está ligada intrinsecamente neste cenário; que pode ser evidenciando a partir do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado em Olinda - PE em 2016, e que trouxe como tema central a comemoração dos 80 anos do serviço social brasileiro, que merece comemorações diante de varias conquistas, mas ao mesmo tempo reporta-se a conjuntura brasileira de tempos difíceis, onde se necessita de uma reflexão crítica dos desafios, implicações e singularidade presentes no seio da profissão.

Ainda sobre as grandes conquistas para a profissão merece destaque sob o ângulo profissional:

O CBAS é motivo de rememorar e comemorar: 80 anos da criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, na atual PUC-SP; nove décadas de presença do Serviço Social na América Latina, completadas no ano passado, com o primeiro curso criado, em 1925, no Chile; 20 anos das diretrizes curriculares norteadoras da formação acadêmico-profissional, peça decisiva na constituição do projeto do Serviço Social brasileiro; 70 anos da Abepss e da Asociación Latino americana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social (Alaeits); cinco décadas do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano, que busca inscrever a profissão na história de nuestra América, com especial atenção às lutas, organizações e movimientos das classes subalternas. É essa ambientação político-profissional que vai eclodir no Brasil, no CBAS de 1979, conhecido como Congresso da Virada ainda no bojo da crise da ditadura. (grifos do autor: IAMAMOTO, 2017, p. 14-15).

Essas grandes contribuições e largas conquistas no interior da profissão enchem-nos de orgulho e revela ao serviço social brasileiro que se tem possibilidades de avançar na luta contra tantos retrocessos como foi o caso do congresso da virada grande marco para a profissão. Ao lançar os olhos sobre tais comemorações, uma constatação se impõe segundo Iamamoto:

O Serviço Social latino-americano tem mais tempo em sua aproximação do pensamento histórico-crítico do que a prevalência exclusiva do pensamento liberal/conservador. Temos mais tempo de luta do que de exclusiva convivência com os centros de poder. Afirmam-se afinidades eletivas entre o Serviço Social e as necessidades, interesses e iniciativas políticas de distintos segmentos das classes subalternas e, em especial, os trabalhadores. Concorrem para esse aggiornamento tanto os avanços na organização das forças contra-hegemônicas ao ordenamento instituído quanto a reserva de forças políticas, profissionais e de iniciativas internas à categoria de assistentes sociais. (grifos do autor: IAMAMOTO, 2017, p. 14-15).

Consoante ao pensamento acima, temos o maior campo de trabalho dos assistentes sociais atualmente sendo dentro das políticas sociais, sendo assim afirma Raichelis (2013):

Essa dinâmica de precarização atinge também o trabalho profissional do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros. (RAICHELIS, 2013, p.100)

Parte-se do pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão inserida no ramo de especialização do trabalho coletivo e o assistente social um trabalhador que se insere na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista. (GUERRA, 2009).

No Brasil o Serviço Social foi regulamentado como uma profissão liberal reconhecida pelo Ministério do Trabalho pela portaria n. 35 de 19 de abril de 1949. “Assim podemos perceber que embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social ainda não se configura como profissional autônomo no exercício de suas atividades” (YAZBEK, 2009, p.11).

Destaca-se a relativa autonomia que os profissionais têm nas instituições empregadoras como se evidencia na citação abaixo:

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício — moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo — decorre da relativa autonomia de que dispõe o assistente social, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. *Essa autonomia é dependente da correlação das forças econômica, política e cultural em nível societário* e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados: *no Estado* (no Poder Executivo e Ministério Público, no Judiciário e no Legislativo); *nas empresas capitalistas*; *nas organizações político-sindicais*; *nas organizações privadas não lucrativas* e nas demais instâncias públicas de controle democrático (conselhos de políticas e de direitos, conferências, fóruns, ouvidorias). Tais espaços ocupacionais sofrem os impactos dos retrocessos políticos e econômicos para o conjunto dos trabalhadores. (grifos do autor: IAMAMOTO, 2017, p. 28).

Assim, todas estas transformações e rebatimentos da crise do capital recaem sobre o assistente social, e se intensifica sob a forma de subcontratação de serviços individuais por parte de empresas de serviços ou assessoria, instituições filantrópicas e beneficentes, e acenando para um exercício profissional privado (autônomo) e o profissional se submete a este tipo de contratação precária e com baixos salários diante da necessidade de subsistência. Atualmente se gesta sob a forma temporária, por projeto, por tarefa. Diante de uma nova configuração que está recaindo sobre a gestão das políticas sociais. (RAICHELIS, 2010).

A predominância no atual momento instaurado no país é um mercado de trabalho profissional cada vez mais informal tanto para os assistentes sociais como para os demais trabalhadores. Com vínculos trabalhistas sem carteira assinada, contratação sem concurso público, terceirização dos serviços, atuação em cooperativas de prestação de serviços.

(RAICHELIS, 2013). E os trabalhadores terminam se sujeitando a esses retrocessos por sermos uma classe social que vive do trabalho e que necessita de meios para prover a sua subsistência.

Os assistentes sociais estão sujeitos a um baixo nível salarial, tendo ainda a inobservância da lei de trinta horas de trabalho por grande parte dos empregadores. E, contraditoriamente também incide em algumas cidades e municípios a adequação da lei de trinta horas, mas reduzindo o salário, isto é bastante visível em vários editais de concursos públicos para vagas de assistente social. Aliam-se situações de insalubridade e de assédio moral para com os assistentes sociais, e também para com as condições éticas e técnicas, Resolução CFESS n. 483/2006, que deixam de ser cumpridas por vários empregadores. (IAMAMOTO, 2017).

Diante do exposto cabe frisar que o Serviço Social é uma profissão interventiva – inserida na divisão sócio técnica do trabalho²² coletivo na sociedade, trabalha com as manifestações da questão social (desigualdades sociais) e têm como objeto as expressões da questão social (fome, desemprego, violência, pobreza, dentre outras), objetiva viabilizar os direitos sociais de acordo com o Código de Ética Profissional (IAMAMOTO, 2009).

E é nesse cenário da conjuntura atual que o assistente social é chamado a intervir e buscar transformar a realidade posta como pode se perceber:

No trabalho cotidiano, o assistente social lida com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar, da vida dos sujeitos singulares que atendem, as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. (IAMAMOTO, 2017, p. 30).

Conforme a discussão apresentada por Iamamoto acima, isso se viabiliza na vida dos sujeitos a partir do momento que o profissional atribui uma maturidade profissional sabendo dar direção e sentido a sua prática profissional, por meio das competências teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo para ler a realidade na busca constante de transformá-la. A pesquisa também é um importante arsenal para dar materialidade às ações

²² Raichelis (2010), afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social.

profissionais, pois, permite conhecer e aproximar dos diferentes modos de vida, de trabalho e das diferentes expressões culturais dos sujeitos sociais, além da sensibilidade e vontade políticas que devem nortear as ações propostas. (IAMAMOTO, 2017).

O assistente social na atualidade tem os seus espaços sócios ocupacionais e as suas condições e relações profissionais configuradas pelo padrão de política social hegemônico. (GUERRA, 2009, p. 3). Além disso, Raichelis (2010) relata:

As consequências desses processos para o trabalho social nas políticas públicas são profundas, pois a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas. Além disso, as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas. (RAICHELIS, 2010, p.759).

Esta configuração posta das políticas sociais, não pode amarrar/prender o profissional condicionando o seu exercício profissional; ele pode vender sua força de trabalho, mas não devem ser subservientes e submissos a tudo que a gestão Estatal impõe e o modo de produção vigente.

Com base nesta reflexão, entende-se que os profissionais devem se desprender do alinhamento imposto pelas instituições empregadoras e ir além. Isso se dá a partir de um comprometimento do profissional coerente com o que traz o Código de Ética Profissional, o Projeto Ético Político, dando direção ao fazer profissional, pesquisando, buscando tempo para reflexão, e agir concernente as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

O assistente social também é um trabalhador assalariado, sendo assim está totalmente ligado ao modo de produção capitalista presente em nossa sociedade. E seu exercício profissional perpassa pela mediação de um dos maiores empregadores que são instituições públicas e privadas, que terminam “moldando” a atuação profissional por meio de políticas sociais fragmentadas, imediatistas, focalizadas. Faz com que os profissionais não tenham controle sobre os meios e condições de trabalhos ficando sujeitos a políticas que levam em consideração fatores como o número de atendimentos, quantitativos de visitas, relatórios superficiais que não ultrapassam o sentido restrito e os parâmetros dos manuais profissionais elaborados pelo MDS. (RAICHELIS, 2013).

Em síntese, no caso brasileiro, os espaços sócios ocupacionais tradicionais dos assistentes sociais como as políticas de assistência, saúde e previdência sofrem com graves

ataques e represálias, e estão sendo “atualizadas suas demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo/racionalização do trabalho profissional”. (MOTA, 2017, p. 48). Portanto, estamos diante de vários retrocessos como se pode ater:

No campo da assistência social, por exemplo, novos segmentos das classes proletárias recorrerão a essa política em função do desemprego; na Previdência Social, já se anunciam outras problemáticas derivadas das relações de trabalho precarizadas e da rigidez de critérios de revisão/definição de benefícios, perícias, seguro-desemprego etc. A saúde, vivenciando um brutal desmonte, também presenciará o crescimento da demanda em função da inadimplência e dos desligamentos massivos de trabalhadores e de suas famílias dos planos e seguros privados de saúde. (MOTA, 2017, p. 48).

Toda a lógica de terceirização dos serviços traz consequências para as políticas públicas. Desfigura a amplitude do trabalho do assistente social e demais trabalhadores sociais. E desloca as relações entre a população e a perspectiva de direito das políticas sociais.

É inegável o quanto os assistentes sociais junto aos usuários das políticas sociais tendem a romper com a lógica assistencialista que ainda recai sob a profissão. “Simultânea e dialeticamente, as políticas sociais representam a face de luta dos movimentos sociais e a dimensão de conquista da classe trabalhadora decorrente das pressões e mobilizações em busca de respostas a necessidades sociais de reprodução social, ainda que invariavelmente de modo insuficiente e limitado”. (RAICHELIS, 2013, p. 610-611).

Nesses termos, é preciso romper com qualquer linearidade na análise das políticas sociais e dos espaços ocupacionais nos quais se inserem os assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, considerando as formas de enfrentamento do capital às suas crises de acumulação, que aprofundam e agravam as expressões da *questão social*, mas também desencadeiam respostas da sociedade e da classe trabalhadora em seu movimento de resistência e defesa de direitos conquistados historicamente. (RAICHELIS, 2013, p.611)

Tais conceitos apresentam outra face ao trabalho dos assistentes sociais em lidar com o conservadorismo tão presente no seio da profissão e na formação profissional, e que apresenta um avanço insidioso no Brasil e em todo o mundo. Com expressões que alimentam e acirram a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores. (BOSCHETTI, 2015).

Este é um tema recorrente no interior do serviço social e que há tempos se luta para eliminar do seio da categoria. Mas, entretanto, não raro análises evidenciam que o conservadorismo avança e “existiria um fosso entre um projeto de formação baseado na teoria crítica marxista e uma prática profissional que não incorporaria essas referências teóricas e incorreria em trabalhos profissionais conservadores e reiterativos”. (BOSCHETTI, 2015, p. 638).

Reitera-se que essas análises insistem em reafirmar que existe um distanciamento entre uma vanguarda de profissionais que afirmam e defendem o Projeto Ético político – “a qual incluem, sobretudo, docentes e direção das entidades — e uma base de assistentes sociais que estaria cada vez mais desconectada profissional e politicamente desse projeto”. (BOSCHETTI, 2015, p. 638). Esse distanciamento ressaltado nessas análises é fruto de um avanço do conservadorismo no âmbito da prática profissional, tendo esta dualidade entre os assistentes sociais da vanguarda profissional e os demais, resultaria em uma base de um processo de desmoroamento do Projeto Ético Político Profissional. (BOSCHETTI, 2015).

Na contemporaneidade esse avanço do conservadorismo é enxergado em vários setores da sociedade e de forma acelerada nos campos: político, religioso, cultural, social e moral. Contudo, não se pode tratar essa contraofensiva conservadora como algo espontâneo, levando a cabo os direitos conquistados nas últimas décadas, há existência desse fosso entre uma suposta formação progressista e práticas profissionais conservadoras. “Tais análises parecem equivocadas, ou pelo menos limitadas, porque se assentam em uma suposta, e quase irreversível, dualidade dicotômica entre teoria e prática, entre vanguarda e base, entre formação e intervenção profissional que, no limite, fortalecem e instrumentalizam o funcionalismo capitalista”. (BOSCHETTI, 2015, p. 638-639).

Vale salientar, que o conservadorismo no interior do serviço social nos remete a dialética da convivência entre o pensamento conservador e intenção de ruptura, como exemplifica Netto (2011). Assim, os assistentes sociais sempre tiveram que buscar forças e se apoiar em uma história de luta e resistência contra o conservadorismo, que no decorrer da trajetória profissional sempre quis colocar a profissão a serviço da reprodução do capital, mas aí que entra em cena “o Projeto Ético-Político — em suas dimensões teórica, política, ética, legal e profissional — se constituiu como processo dinâmico e vivo, como expressão de luta contra o conservadorismo”. (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Longe de ser um processo natural o conservadorismo traz consigo marcas que alimentam a imprescindível reprodução do capital, e por isso está sempre se reinventando, reatualizando e se fortalecendo na busca da conservação desta sociedade capitalista, e sempre estará ao seu dispor. (BOSCHETTI, 2015).

Para entender o conservadorismo dentro do serviço social volta-se a apontamentos anteriores, nas análises de Netto (2009):

Reitera que a profissão se gestou sob uma perspectiva conservadora com dois traços essenciais, entre outros. O primeiro se gestou como profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, como resposta conservadora às expressões da questão social, destinada a prestar bens e serviços para assegurar a integração da classe

trabalhadora na economia mercantil e para administrar uma política de manutenção da ordem do capital. Segundo, surgiu como profissão subalterna às Ciências Sociais, como profissão técnico-operativa, pragmática, avessa a formulações teóricas e à produção de conhecimento e sustentada teoricamente nas produções das Ciências Sociais, com ênfase no pensamento mais conservador (PAULO NETTO, 2009, p. 147-148).

Isto explica porque, a herança conservadora é forte no interior da profissão, mas isso não quer dizer que o serviço social não buscou formas de se legitimar e manter suas reais bases de comprometimento na categoria. A reação a essa herança conservadora se gesta timidamente nos 1960, ganha intensidade a partir dos anos 1970, e começa a construir bases coletivas do Projeto Ético Político, que tem no Congresso da virada de 1979 o seu ápice e sua mais emblemática expressão. (BOSCHETTI, 2015 apud PAULO NETTO, 2009, p. 149).

Ainda ancorados em sinalizar como foi à reação ao conservadorismo e a construção do Projeto Ético Político Profissional, parte-se em desvendar uma conjunção de importantes processos:

Primeiro, pela incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento pelo Serviço Social, que alçou a profissão à estatura das melhores produções críticas existentes sobre questão social, política social, direitos e emancipação, fundamentos do Serviço Social, ética, e lhe permitiu romper com o pensamento conservador predominante nas ciências sociais. Segundo, pela articulação do Serviço Social com movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas, o que lhe atribui um compromisso ético-político e profissional com as classes trabalhadoras, incrustado em nosso Código de Ética Profissional. Terceiro, pela superação do até então monopólio conservador que orientava a formação e o trabalho profissional, por meio do confronto crítico de ideias, valores, princípios e teorias. E quarto, pela construção de uma organização teórica-política-profissional — Conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso — comprometida com valores e lutas anticapitalistas (BOSCHETTI, 2015 apud PAULO NETTO, 2009, p. 149).

Destarte, o enfrentamento ao conservadorismo se intensificou pela via da luta e se hegemonizou na profissão sob dois ângulos fundamentais: “Na proposta de formação constante nas diretrizes curriculares da Abepss, fundada na teoria crítica marxiana e em suas categorias centrais: totalidade, historicidade, contradição, mediação e multideterminação dos fenômenos”. (BOSCHETTI, 2015, p. 641).

É nas leis que regulamentam a profissão que o serviço social vem expressar o seu comprometimento, ou seja, através de uma diretriz ético-política da profissão estabelecida no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93 e nas demais legislações que respaldam e consubstanciam para um agir profissional que assume “ética e politicamente o compromisso profissional com a classe trabalhadora e com movimentos e lutas sociais, na

perspectiva da emancipação humana, recusa a todas as formas de conservadorismo, de exploração, opressão e discriminação”. (BOSCHETTI, 2015, p. 642).

Todavia não quer dizer que se o enfrentamento do conservadorismo se hegemonizou e permitiu a construção do Projeto Ético Político Profissional, não significa que ele foi extinguindo da profissão, ao contrário a luta se intensificou ainda mais no contexto contemporâneo que se está vivenciando, “até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador, já apontadas”. (BOSCHETTI, 2015, p. 642).

Conforme mencionado, a luta contra o conservadorismo tem que continuar alavancando êxito, pois nas últimas três décadas, um contexto de forte ofensiva capitalista e reacionária no contexto de crise estrutural do capital, trazem consigo impactos e mudanças diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa. (BOSCHETTI, 2015).

As tendências de avanço e reatualização do conservadorismo não são vistas como elementos endógenos e exclusivos do serviço social, ao contrário são presentes em todas as áreas, e fortemente alimentados por vários retrocessos e contrarreformas como se ateu no decorrer desta monografia.

O amadurecimento teórico no interior do serviço social foi algo que se lutou para ser conquistado, ancorado numa redemocratização do pensamento positivista da época. O serviço social na década de 80 trouxe significativos avanços como a aproximação a hegemonia do pensamento crítico marxiano que se consolidou, e hoje é o método que melhor explica essa contradição do modelo capitalista tão arraigado e sua interlocução com a profissão.

O ingresso do Brasil no Fórum Político de Bolonha em 2009 parece ter contribuído em acelerar e aprofundar a incorporação de recomendações nos processos de contrarreforma do ensino superior no Brasil, e traz consigo graves implicações para o ensino em todos os níveis. “As mudanças em curso desde 1996, algumas indicadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foram intensificadas com a proposta de “reforma universitária” do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), seguidas pelas dos governos Lula e Dilma (PT)”. (BOSCHETTI, 2015, p. 645).

Esse recente ensaio, segundo Boschetti (2015) ao tratar sobre:

Todas as medidas previstas na LDB — exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino a distância em todos os níveis — seguem as diretrizes do Protocolo de Bolonha, no sentido da privatização das políticas sociais, de

favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões. (BOSCHETTI, 2015, p. 645)

Percebamos que o serviço social também enfrenta outro grande desafio na cena contemporânea que é a expansão acelerada do ensino a distância o qual recai inúmeras contradições e críticas. Segundo Boschetti (2015) essa modalidade de ensino favorece o mercado as instituições privadas que atualmente “de acordo com o mesmo Censo do Ensino Superior de 2013, o EAD conta com mais de 1,2 mil cursos a distância no Brasil e concentra aproximadamente 15% das matrículas de graduação”. (p. 646).

E felizmente essa ampliação do ensino a distância ocorre em menor proporção nas universidades públicas, mas que devem estar em alerta a privatização do ensino principalmente no que tange especialização, mestrado e doutorado. Os quais vêm sendo discutido nas universidades públicas que sejam cobradas mensalidades. A precarização da educação nas instituições públicas é a logica predominante resultado do desfinanciamento público da educação superior por parte das gestões do governo federal, estadual e municipal. (BOSCHETTI, 2015; CFESS MANIFESTA, 2018).

A conjuntura do século XXI é de fortalecimento do mercado e as medidas adotadas pelo governo reforçam mais ainda a educação como responsabilidade do indivíduo e com menos participação do Estado no seu financiamento e regulação. (CFESS MANIFESTA, 2018). O que ocorre é que essa transferência de responsabilidade possa voltar a um tempo em que somente quem detinha poder econômico pudesse cursar um ensino superior, pois uma mensalidade de uma universidade privada é algo que consome quase todo um salario mínimo então a classe proletária, os pobres não terão este acesso.

A grande peculiaridade, porém é na grande expansão desta modalidade de ensino a distância no serviço social, que concentra o terceiro maior contingente de matrículas nos cursos de graduação. “Essa expansão atinge diretamente o Serviço Social, que saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e 150 mil em 2015, ou seja, em nove anos (2006-2015) alcançou um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006)”. (CFESS MANIFESTA, 2018, p. 1).

Essa forma de ensino EAD é a grande responsável por esse crescimento assustador e de baixa qualidade, com uma formação aligeirada, rasa e superficial. Voltada para uma educação bancária e mercantilizada, conforme denunciado pelo CFESS, no documento intitulado a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social. (BOSCHETTI, 2015).

Este aumento tangencial no quantitativo de profissionais traz serias implicações para o exercício profissional dos assistentes sociais como (as relações de trabalho, condições salariais por meio das quais se realiza). Todo este número de profissionais pode-se prever em curto prazo um crescimento acelerado do desemprego nesta área. “visto que dificilmente a oferta de posto de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento de contingente profissional, pressionando o piso salarial e estimulando, no curto prazo, a precarização das condições de trabalho e a insegurança no trabalho”. (IAMAMOTO, 2009, p. 36).

Há também outro grande retrocesso que incide sobre a profissão diretamente na formação dos assistentes sociais na atualidade, o ataque ao pensamento crítico presente no projeto de formação do serviço social que levou anos para se materializar no interior da profissão e que hoje se encontra ameaçada, e mais do que nunca é hora de se impor e fazer resistência.

Esse ataque se manifesta no Serviço Social de duas formas:

A primeira, como expressão mais particular da tentativa de restrições democráticas na educação, que se disseminam por meio do projeto de lei indevidamente chamado de “Escola sem Partido”. Esse projeto tem por base uma falsa premissa, a de que é possível realizar formação sem reflexão, sem criticidade e sem posicionamento. Como entender a vida social e histórica sem situar os interesses sociais envolvidos? A segunda manifestação desse ataque é a tentativa de igualar pensamento crítico marxista a pensamento único. Com o objetivo de fragilizar os compromissos coletivos assumidos por grande parte da categoria de assistentes sociais com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, e que esses se manifestam na direção social teórica e metodológica presentes no projeto de formação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) de 1996, alguns sujeitos profissionais produzem intencionalmente, na conjuntura recente, uma narrativa de que, no Serviço Social brasileiro, teria uma direção teórica e política autoritária do pensamento único. É preciso retomar os próprios fatos históricos para revelar a falsidade dessa ideia. (CFESS MANIFESTA, 2018, p. 1- 2).

Vastas pesquisas documentam que somente a partir do surgimento da teoria social marxista no serviço social brasileiro que se “pode falar em pluralismo e diversidade de análise e de intervenção. Ou seja, é com o estudo sistemático da teórica crítica e democrática inspirada no marxismo que o Serviço Social ampliou seu “leque” de tendências teóricas e políticas no interior da profissão”. Como foi exposto o serviço social tradicional marcado pelo sincretismo teórico e político com unidade no conservadorismo, foi ao longo do início da profissão até o grande marco dos anos 1980 aquele que deu direção social a profissão. (CFESS MANIFESTA, 2018).

É com grande veemência que se pode falar em um pluralismo teórico e político no serviço social brasileiro, uma diversidade de pensamentos fruto de grandes batalhas, debates

em busca de uma qualificação democrática daquilo que Leandro Konder adequadamente denominou de “batalha das ideias”. (CFESS MANIFESTA, 2018).

Neste contexto regressivo e de tempos sombrios, é imprescindível lutar contra esses traços atuais do conservadorismo na profissão, uma condição para continuar lutando por uma sociedade mais justa, menos desigual e em defesa de uma seguridade social pública, e do nosso Projeto Ético Político Profissional. (BOSCHETTI, 2015).

Enquanto isso se atrofia uma metamorfose na profissão, a velha representação do serviço social como “profissão da prática” invade novamente com mais intensidade “pela via do pragmatismo, da busca por metodologias conservadoras no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo aquelas assentadas no pensamento pós-moderno”. (BOSCHETTI, 2015, p. 647).

Para desvendar a que ponto está chegando à formação do serviço social, carece desvendar algumas práticas como a incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos, a revelia das diretrizes curriculares, isso tudo tem revigorado alguns traços conservadores elucidados a seguir. (BOSCHETTI, 2015).

O *metodologismo* ressurge com ênfase no tecnicismo e legalismo positivista, como componente crucial na formação e na pesquisa, em detrimento de diretrizes como do questionamento, da crítica, da grande política elementos fundamentais de uma formação e um pensamento crítico. Essa maneira de pensar está sendo disseminado na sociedade contemporânea e até mesmo entre os cidadãos, acham que o fortalecimento de uma boa técnica ou um arsenal de técnicas pode solucionar muitos problemas da comunidade. Entretanto estas medidas imediatistas nem de longe conseguem substituir a análise crítica da realidade e a ação política coletiva na transformação do real. (grifos do autor: BOSCHETTI, 2015). “Daí decorrem elaborações teórico-metodológicas orientadas por abordagens conservadoras, prescritivas ou descritivas, que realçam o empirismo e rebaixam o pensar crítico e a intervenção comprometida com a transformação coletiva”. (BOSCHETTI, 2015, p. 647).

O *teoricismo acrítico* “é outro traço conservador e se caracteriza como conceituação operacional e adoção de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais (sobretudo Sociologia, Psicologia e Antropologia)” (grifos do autor: BOSCHETTI, 2015, p. 647-648), que aceitam algumas teses sem tecer criticidade como do “fim da história”, ou mesmo teorias que defendem as relações mercantis, ainda que sob a égide da social-democracia. Expondo sobre essa temática, recai ênfase em abordagens abstratas que não desvendam o real em sua totalidade e reiteram a conservação de relações mercantis e mercantilizadas. Assim essas abordagens não coadunam com as perspectivas teóricas do

serviço social e ainda supõem falsamente que haja uma neutralidade, não percebendo (ou mascarando) uma suposta neutralidade ou acriticidade que é uma poderosa arma da hegemonia conservadora. (BOSCHETTI, 2015). “O teorismo acrítico incorpora no arcabouço teórico do Serviço Social categorias próprias do arsenal conservador, como integração, vigilância, vulnerabilidade, empoderamento, justiça social, terceiro setor, entre outras”. (BOSCHETTI, 2015, p. 647-648).

O aligeiramento da formação e da pesquisa segundo Boschetti é um traço absolutamente contemporâneo. A expansão superficial de cursos já discutidos em parágrafos anteriores é extremamente funcional ao conservadorismo, pois dialoga e agudiza com perspectivas de formação funcional ao mercado, bem como os conteúdos que atende a mesma demanda, ou seja, do capital. (grifos do autor: BOSCHETTI, 2015).

O pragmatismo “alimenta um tipo de formação, mas também de trabalho profissional, baseado na filosofia utilitarista, no imediatismo, no famoso discurso de que “na prática a teoria é outra””. (grifos do autor: BOSCHETTI, 2015, p. 647-648). Em outras palavras tal postura leva a negação da teoria, e a adesão a ideias imediatistas, de praticidade, ações desprovidas de criticidade e de compromisso político com a transformação da sociedade e das relações socioeconômicas. “É preciso compreender que nenhuma teoria “se aplica” ao e no real. A teoria é o real captado pelo pensamento (o concreto pensado), que busca explicar os fenômenos da realidade em uma perspectiva de totalidade”. (BOSCHETTI, 2015, p. 648). Para isso é primordial que se tenha um profissional que possa subsidiar essa teoria na sua ação profissional e /ou política na transformação real, por isso esta mediação é tão importante para essa ação se materializar na realidade, “Teoria não é e nunca será uma receita de intervenção profissional”. (BOSCHETTI, 2015, p. 648).

O voluntarismo deslegitima as políticas públicas em si e suas obrigatoriedades no que tange aos direitos da população, revelando um subjetivismo que está fora do contexto e das múltiplas determinações objetivas e reais. Há no suposto imaginário subconsciente de alguns adeptos que “alimentam uma pobreza teórica sendo considerado desnecessário estudar, ler, conhecer em profundidade teorias e seus autores”. (grifos do autor: BOSCHETTI, 2015, p. 648). Quem incorpora este tipo de pensamento alimenta uma ação pragmática individualizada e uma responsabilidade pessoal e profissional no intervir das expressões da questão social. “Provoca o esvaziamento do pensar crítico, das lutas sociais coletivas e favorece a doce ilusão da “competência técnica” como suficiente para a “resolução de problemas””. (grifos do autor: BOSCHETTI, 2015, p. 648-649).

O contentamento com o possibilismo é típico dos moldes da cena contemporânea ao qual está se vivenciando com mudanças drásticas em vários setores importantes para a população, mas mesmo assim a população brasileira está dividida entre os que concordam e acreditam na melhoria social possível nos marcos do capitalismo. “O “reformismo” social-democrata do pós-Segunda Guerra Mundial possibilitou a ampliação de alguns direitos no capitalismo, mas jamais se propôs a emancipar a humanidade das relações de exploração capitalista, acabando por se render ao possibilismo contrarreformista”. (grifos do autor: BOSCHETTI, 2015, p. 649). A perspectiva de serviço social que se contenta com o avanço dos direitos mesmo em uma sociedade capitalista se localiza nos marcos do reformismo social-democrata, ou seja, acredita que mesmo neste modelo social é possível pelo menos apaziguar essas relações sociais num jogo de ganho e perdas ao mesmo tempo em que vislumbra com um sistema e política pública protetiva de qualidade. (BOSCHETTI, 2015).

Temos neste contexto, outra perspectiva de serviço social que se curva e incorporam às orientações neoliberais de privatização, focalização, universalismo básico e tantos outros modismos se localizam nos marcos do neoliberalismo contrarreformistas, sendo meramente possibilista, messiânico e fatalista. Ambas são poderosas armas da conservação da ordem burguesa, mesmo tendo alguma diferença entre si as duas contribuem ao mesmo tempo para legitimação do pensamento e ditames capitalistas. (BOSCHETTI, 2015). Vale observar que as duas vertentes de atuação do serviço social corroboram em práticas “conservadoras, como a focalização, a seletividade, a integração, o assistencialismo, o individualismo, a competitividade, o quantitativismo, o fortalecimento do capital humano”. (BOSCHETTI, 2015, p. 649).

É contundente, desvencilhar desses traços conservadores na trajetória histórica da profissão, “que são fomentadas pelo desencanto e pelas sucessivas perdas históricas, submetidas à barbárie neoliberal”. (BOSCHETTI, 2015, p. 649). No quadro atual, é preciso buscar estratégias de enfrentamento para superar essa peculiaridade, construindo estratégias coletivas pautadas no Projeto Ético-Político Profissional que coaduna com outros moldes de sociedade e que deu maioridade teórico-política ao serviço social e os valores que legitimam a profissão. (BOSCHETTI, 2015).

Evidenciar essa dura realidade de retrocessos e avanço do conservadorismo no interior da profissão se torna um desafio a ser enfrentado, assim Boschetti (2015) destaca:

Por isso, debelar esses traços conservadores requer recusar a formação aligeirada, acrítica e tecnicista e defender a formação na perspectiva de totalidade sem nenhuma concessão ao possibilismo e ao reformismo. Exige recusar os modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional e defender firmemente o

trabalho como espaço de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, direitos entendidos como mediação para acumular forças, para fortalecer as lutas universais pela libertação das relações mercantis. No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações. (BOSCHETTI, 2015, p. 649-650).

O serviço social tem que unir forças enquanto classe e enfrentar os duros embates que recaem sobre a profissão, as investidas em tantos direitos conquistados e as estratégias produzidas em derruir e moldar a profissão ficam ainda mais evidentes com “o crescimento acelerado da profissão que não pode fagocitar esse precioso patrimônio construído coletivamente, que é o Projeto Ético-Político Profissional”. (BOSCHETTI, 2015, p. 650). Por isso, a formação e o trabalho profissional não podem perder a capacidade de indignar-se contra tantas barbáries, é essencial a construção dessa sensibilidade crítica e recusa ao naturalismo das coisas e pelo otimismo e convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres alimentados pelo conhecimento teórico da realidade e que buscam a transformação social, é unir forças diante de tantas insurgências contra as classes subalternas. (BOSCHETTI, 2015).

Tal observação é extremamente importante para o serviço social, pois, o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais dentro de uma sociedade capitalista. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo dá respostas pela mesma atividade aos interesses e necessidades das classes trabalhadoras e da reprodução dos antagonismos dos interesses sociais. (IAMAMOTO, 2017).

É no lócus deste viés de atuação que se busca viabilizar os direitos da população, o acesso aos serviços por usuários da política, é essa presença de forças sociais e políticas reais que permitem a categoria profissional estabelecerem as bases e estratégias político-profissionais no sentido de reforçar os interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. (IAMAMOTO, 2017). E reitera seu comprometimento calcado em um projeto societário e valores que dignificam o gênero humano, “o nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados”. (IAMAMOTO, 2017, p. 18).

Essa ótica de análise requer articular a qualidade do trabalho do assistente social e sua diferencialidade que vai além de diretrizes e normas impostas pelas instituições, requer um olhar cotidiano e de totalidade na qual os sujeitos se inserem, e ainda um rigor e aprofundamento teórico que vai dar bases ao fazer profissional indo além do aparente na

busca da transformação social. O exercício profissional como muitos autores do serviço social pactuam não é um receituário de como se deve aplicar na realidade.

O horizonte na atuação profissional é muito maior e rico de possibilidades expressa seu caráter de atividade útil, que requer respostas técnicas e políticas de parte dos profissionais especializados, ao mesmo tempo em que é copartícipe com sua identidade como trabalho social médio, “enquanto fração do trabalho social total (trabalho abstrato²³), que identifica o assistente social com o conjunto da classe trabalhadora, suas formas de organização e de lutas. Essas determinações são indissociáveis da mercantilização da força de trabalho”. (IAMAMOTO, 2017, p. 28-29).

Por ocasião ainda é frequente a inobservância da Resolução do CFESS N°. 483/2006, que dispõe sobre as condições técnicas e éticas para o exercício profissional do assistente social. Segundo Iamamoto (2017):

Registra-se a carência de arquivos com chaves para a guarda de material sigiloso; as salas são inadequadas, com a presença de outras pessoas no ambiente de entrevistas reservadas que afetam o direito ao sigilo profissional do cidadão atendido pelo assistente social no que se refere à sua individualidade, o que deve ser respeitado no trabalho interdisciplinar. Constata-se em muitas das entidades empregadoras ausência de infraestrutura básica para a realização do trabalho profissional (telefone, computador, impressora, acesso à internet, carro para visitas domiciliares e intercâmbios interinstitucionais). (IAMAMOTO, 2017, p. 30)

Nessa concepção recessiva, os assistentes sociais também sofrem grandes desafios supramencionados ao longo de toda essa dissertação, emergentes do presente retrocesso político-institucional que vem incorrendo sobre o Brasil. Assim, como já foi ressaltada a profissão amadureceu teoricamente e profissionalmente e galgou grandes conquistas. Destaca-se como o serviço social é uma profissão comprometida com uma boa formação, com o permanente aperfeiçoamento, os profissionais em sua grande maioria leem muito, fazem pesquisa, participam de grupos de estudos.

Então, se precisa ter uma maior consideração com esta profissão, melhores salários, condições de trabalho adequadas para os profissionais, um cofinanciamento responsável com a política de assistência e com as políticas públicas em geral. A importância em reconhecer e respeitar que o Estado tem um caráter laico na atuação profissional na esfera pública. E não deixar essa tendência religiosa pairar sobre a profissão e o Estado, como está vivenciando na contemporaneidade.

²³ Para Marx o trabalho abstrato é um “trabalho morto”, “trabalho pretérito”, contido nas mercadorias, cujo principal fim é a criação de mais-valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital.

Deve-se primar pelos esforços empreendidos sob a coordenação do CFESS para qualificação e atribuição dos assistentes sociais nos segmentos representativos do mercado de trabalho: assistência, saúde, educação, área sociojurídica, previdência e, recentemente, junto aos migrantes. Portanto, nesses espaços ocupacionais os assistentes sociais exercem suas competências e atribuições amparadas e resguardadas por lei:

Estudos socioeconômicos; orientação social a indivíduos, grupos e famílias; assessorias, consultorias e supervisão técnica; formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa; magistério, direção e supervisão acadêmica. (IAMAMOTO, 2017, p. 35)

Verifica-se, simultaneamente, que se deve aviltar um florescimento de um processo de lutas democráticas no interior da profissão, juntamente com os movimentos da classe trabalhadora, pois os assistentes sociais tiveram uma alteração na composição de classe do contingente profissional, reduzindo a distância entre a categoria de assistentes sociais e o público atendido. “Por outro lado, a metamorfose na situação de classe dos estudantes cria uma *ambientação favorável, apoiada na experiência de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe*”. (grifos do autor: IAMAMOTO, 2017, p. 30).

Consequentemente mesmo o Estado, nos diversos níveis da federação sendo o maior empregador dos assistentes sociais na contemporaneidade, e a atuação profissional na órbita das políticas públicas um espaço privilegiado. É necessário todo cuidado para desvendar “qualquer *mimetismo entre política social e serviço social*” (grifos do autor: IAMAMOTO, 2017, p. 31). Ou seja, a autora quer que fique explícito que ambos não são a mesma coisa, segundo Iamamoto:

Existe uma necessária autonomia entre o trabalho profissional na política pública e a política pública. Profissão não se confunde com política pública de governo ou de Estado e nem o Serviço Social se confunde com assistência social, ainda que esta possa ser uma das mediações persistentes da justificativa histórica da existência da profissão. Assim, seus agentes não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado — um braço operacional do moderno príncipe —, ainda que a política pública — e particularmente a seguridade social — seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas à “questão social”. Certamente existem tensões entre projetos profissionais e políticas governamentais e nítidas disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social brasileiro. (grifos do autor: IAMAMOTO, 2017, p. 31).

No campo da resistência, os assistentes sociais precisam assegurar a elaboração de um projeto de trabalho do serviço social assim que chegar a determinado espaço sócio

ocupacional, atribuindo assim visibilidade e materialidade ao trabalho profissional e traçando os objetivos para sua atuação profissional no universo das políticas sociais, sustentando as balizas de suas competências/atribuições e aprofundando os seus instrumentos de trabalho “(fichas, relatórios, pareceres, termos de visita, formulários e guias de entrevista etc.). E atribuir transparência às dimensões coletivas presentes nas demandas trazidas por indivíduos sociais nos atendimentos, nos plantões, nas entrevistas de seleção socioeconômica e em atividades grupais”. (IAMAMOTO, 2017, p. 32).

Nesse sentido, é fundamental abusar da relativa autonomia profissional para ultrapassar a leitura dos atendimentos dos sujeitos com quem trabalhamos como “usuários de políticas” a qual obscurece seu pertencimento coletivo enquanto trabalhadores, como nos lembra Iamamoto apud Santana (2012), “e apoiar a mobilização e a organização de segmentos da classe em defesa de seus direitos na cena pública, no processo de sua constituição política como classe”. (IAMAMOTO, 2017, p. 32).

Para complicar ainda mais no que tange o campo da autonomia no exercício profissional, não se pode deixar de citar a injunção da atual política social brasileira centrada no aumento significativo da participação de entidades de cunho privado e filantrópico na prestação de serviços sociais, financiadas por Estado/prefeitura. Assim segundo Mito e Nogueira:

Isso expõe os profissionais a operarem em lógicas bastante contraditórias. Ao mesmo tempo em que se colocam diretrizes, guias e parâmetros, emanados a partir da “garantia de direitos sociais” pautada pelo Estado, as referidas entidades buscam também atender às respectivas lógicas que sustentam a sua existência, exigindo um processo de acomodação de interesses por parte dos profissionais. Ou, tendem a um forte apego a documentos e legislações emanados do Estado, consoantes ao projeto profissional. Isso tanto obscurece o caráter contraditório, imanente ao campo da política social, como dificulta o rompimento da relação mimética entre a profissão e a política social, tornando mais distante as possibilidades de exercício de uma possível autonomia. Assim, mais uma vez reitera-se que uma das mediações fundamentais para desenvolvimento do processo interventivo consiste na particularização do debate do marco teórico-metodológico da profissão e das matrizes teóricas da área disciplinar nos respectivos campos setoriais da política social. (MIOTO; NOGUEIRA 2013, p.67).

Diante desta complexidade, outro ponto que merece destaque é a velha problemática na profissão em distinguir o que é objetivos das instituições e objetivos profissionais no âmbito do serviço social. Isso precisa ficar bem evidente para os assistentes sociais, pois às vezes esses objetivos podem se divergir quanto a uma conjuntura histórico, econômica no seio dessa sociedade capitalista, sendo assim Mito e Nogueira afirmam:

Os primeiros, mesmo quando caudatários dos objetivos expressos nas legislações que pautam a execução da política social, não deixam de expressar sua filiação a determinados valores e concepções que direcionam decisivamente a organização do processo de trabalho. Numa análise mais acurada pode não haver uma real sinergia entre os objetivos profissionais e os institucionais com as proposições constitucionais, marcadas pela lógica da cidadania, e nem com o projeto defendido pelo conjunto profissional, expresso no seu código de ética. São os antagonismos entre as demandas institucionais e as demandas dos usuários que levam os profissionais a estabelecerem tensão com o instituído através de seus processos de trabalho. Como consequência, a análise dos processos institucionais que caracterizam os diferentes espaços sócio-ocupacionais, constitui uma segunda ordem de mediações necessárias para a intervenção profissional. Apropriar-se dos processos institucionais em curso é condição fundamental para planejar e decidir sobre ações profissionais e movimentar-se no apertado campo da autonomia profissional. (MIOTO; NOGUEIRA 2013, p.69).

Subjacente a estas relações históricas das políticas sociais e dos movimentos sociais, é notório os grandes avanços que se teve na conquista de direitos dentro da trajetória de luta e resistência dos movimentos sociais, da união da classe trabalhadora, que alcance a todos dentro da sociedade. Percebe-se isso a partir da revolução dos operários fabris e dos grandes avanços que se teve a partir de pressões dos movimentos sociais ao contemplar na Constituição Federal parte das suas exigências e que culminou na derrubada do período ditatorial e levou a materialização da proteção social hoje, que vêm sofrendo graves ataques e até mesmo fragmentação e criminalização dos movimentos sociais na contemporaneidade.

O Projeto Ético Político Profissional do serviço social brasileiro tem a busca da sua autonomia e os valores que o legitimam, é evidente que o projeto profissional não coaduna com as diretrizes da extrema direita que vem sobressaindo na cena contemporânea. Entretanto, o foco do projeto é preservar sua autonomia ante os partidos e as forças de esquerda, não se pode subsumir aos destinos dos partidos dos trabalhadores e nem de nenhum outro partido. Ele dá mirada e norte, e nos desafia a decifrar a história e a realidade, acumulando forças políticas e competência profissional para sua viabilização. (IAMAMOTO, 2017).

“Esse projeto vê-se hoje *tensionado por projetos societários conservadores, antiliberais e anticapitalistas* de diversas matizes”. (grifos do autor: IAMAMOTO, 2017, p. 19). Mas é notório, que na busca de projetos contra hegemônicos construído no país, se aproxima de forças de esquerda e movimentos sociais que ainda tem que estabelecer bases que realmente lutem pela mudança da sociedade existente. “A eles unimos nossas forças: a de nossa organização profissional, a de nossa produção acadêmica e a do trabalho profissional em suas dimensões materiais e educativas”. (IAMAMOTO, 2017, p. 19).

É nessa direção à importância de se discutir sobre os desafios atuais do serviço social brasileiro, ciente que além dos dilemas a serem enfrentados cotidianamente e da manutenção das significativas conquistas e capacidade organizativa, “a conjuntura atual afeta frontalmente nossa experiência profissional e nos coloca — como, aliás, sempre colocou —, frente a frente com a histórica tarefa de enfrentar, em organicidade com os setores organizados e à esquerda, a agenda regressiva que avança há algum tempo no país”. (MOTA, 2017, p. 45).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inegáveis as transformações postas na realidade presente, momento de tensão para a classe trabalhadora que veem seus direitos sendo usurpados e postos em um segundo plano. Mas, ao mesmo tempo se presencia uma alusão ao fortalecimento do capital, das grandes empresas, da classe burguesa.

No Brasil, os últimos anos foram marcados por fortes movimentos sociais diante do contexto dos retrocessos vivenciados em varias áreas das políticas sociais. Sendo assim, a classe trabalhadora foi às ruas repudiar estes ataques aos direitos legitimamente conquistados. Enfrentado os duros ataques de alguns seguimentos e da forte mídia conservadora que reitera a criminalização dos movimentos sociais chamando os manifestantes de vândalos, mas não se atendo a forte repressão policial presente naquele momento diante de uma legitima manifestação popular em prol dos interesses da luta de classe.

A crise econômica, social e política que assola o Brasil, de certa maneira não passam de uma brecha vista pelos governantes para implantar suas medidas nefastas. Os duros ataques e divisão da classe trabalhadora, em esquerda e direita com dois projetos sociais e políticos distintos deixa evidente como para as elites isso é muito favorável, pois a classe trabalhadora enaltece uma guerra que destrói ela mesma. Isto fica claro na passagem de O Manifesto Comunista, escrito de Marx e Engels, no qual os dois destacam que a guerra entre as classes terminou sempre “por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta” (MARX; ENGELS, 1980, p. 8).

É algo que para a sociedade contemporânea é um problema sério e gravíssimo falar-se em guerra, principalmente por o Brasil não ser um país que passou por muitas no decorrer do seu processo histórico, e até mesmo a população tende a evitar e ficar de fora dos conflitos, pelo medo, dor e sofrimento de muitos países em guerra que se assiste e ler nos noticiários. Mas de acordo com a citação de Marx isso não seria um problema para a sociedade da época, entretanto infelizmente no Brasil enquanto a população não acordar para seu pertencimento como classe trabalhadora, e que deve lutar pelos seus direitos e unir suas forças, às mudanças não ocorreram.

É necessário sair da comodidade de suas casas e lutar, o povo brasileiro é muito acomodado quando tange em lutar pelos direitos, e muitos ainda julgam aqueles que vão à luta quando deveriam estar lado a lado. Com a vitória política de Luiz Inácio da Silva o Brasil era um país profundamente diferente em um contexto nacional e internacional, a vitória do partido conhecido como Partido dos trabalhadores e da esquerda foi tomando novas formas e

se metamorfoseando entre Partido da Ordem. O neoliberalismo das eras de Fernando Henrique Cardoso, no governo de Lula foi sendo aceito como forma de uma nova política, mais moderada, policlassista e adequado ao modo de produção capitalista típico da era da financeirização. (ANTUNES, 2018).

Com essa programática, o governo Lula não rompeu com os ideais difundidos pelo neoliberalismo, ao contrario houve uma continuidade. A uma variante no Brasil na atualidade pelo partido de extrema direita em difundir para a população que houve um socialismo, e que essa época não deve voltar para a realidade. Não sei aonde houve esse socialismo porque no Brasil nem de longe ocorreu. Oscilando com essa difusão de ideias esse governo vai disseminando o ódio de pessoas contra pessoas, não se importando com centro que são o conjunto da população, com serviços básicos para a população.

Os abalos decorrentes destas falas em redes sociais, em entrevistas em alguns eventos, tem um custo elevado para a população que acredita e compra essas falácias como verdadeiras. Pois ao momento que o mesmo difunde essas ideias ele vai ganhando força e apoiadores, ao tempo que vai tomando medidas como as contrarreformas que estão em curso no Brasil nada boas para a população principalmente os mais pauperizados.

No jogo da supremacia dos interesses capitalistas, ainda presencia-se absurdos como temos que acabar com a esquerda, e com sua hegemonia dominante, outro ataque é as universidades; a alguns cursos que defendem e se balizam em grandes autores marxistas que desvendam e desmascaram a realidade capitalista, é repugnante ouvir essas falas, e como essa difusão ainda encontra apoiadores.

O fato é que a população sempre foi colocada a serviço da valorização do capital, direta ou indiretamente. Esse é o cenário no Brasil, mesmo que você tenha aqueles “incluídos” no mercado de trabalho, vendendo sua força de trabalho, semelhante a isso não se atem as formas dessa contratação muitas vezes precárias, extenuantes, flexíveis em nome da exploração.

Por outro lado você tem um fila gigantesca de pessoas sem trabalhar o exército industrial de reserva que acirra ainda mais o acúmulo e valorização do capital ao tencionar o valor desta mão de obra para baixo. Um exemplo, se você não quer determinado serviço pelo valor irrisório de remuneração ou condições de trabalho, outra pessoa que está na fila do desemprego, sobrantes nesse exército aceita trabalhar nestas condições e isso é favorável ao sistema termina relativizando e tencionando os salários para baixo.

Portanto, a conjuntura do país exige que a classe trabalhadora tome as rédeas do campo de sua autonomia e independência na organização para luta de classe contra o governo

e as medidas que vem sendo adotadas e isto só é viável a partir de uma união em massa e a construção de uma greve geral.

E é neste terreno temeroso que se incide a atuação do assistente social, profissional que visa legitimar e garantir os direitos dos trabalhadores, compactuando com um Projeto Ético-Político em defesa da liberdade, da igualdade, do pleno exercício da cidadania, e de outra forma de sociabilidade que esteja comprometida com os direitos e interesses da classe trabalhadora e que se articule aos movimentos sociais na luta pelos direitos sociais básicos.

Salienta-se a importância da retomada de um trabalho de uma educação política de base, pois tanto os profissionais assistentes sociais que estão na ponta e estão sofrendo os impactos dos retrocessos parece estar deslegitimados em lutar e sair dos seus espaços ocupacionais, e integrar outras demandas da classe trabalhadora a quem também necessita dessa educação para admitir que a conjuntura hegemônica conservadora e de fragilização está deturbandando toda uma trajetória histórica de lutas e conquistas dos direitos. (IAMAMOTO, 2017).

O assistente social é um trabalhador assalariado, assim sua atuação profissional também se sujeita a vários desafios enfatizados no decorrer desta monografia, que necessitam ser superados, na busca de um exercício profissional qualificado. E assim, se organizar juntamente com outros setores da sociedade civil recusando a intensa regressão que avança há algum tempo em nosso país.

Por fim, a política social como vem sendo pensada na atualidade é algo utópico diante dos anseios e necessidades da população. Que clamam por serviços básicos, como saúde, educação, habitação, emprego, transporte de qualidade, serviços sociais. E como a autora Boschetti (2008) ressaltou um sistema de proteção social vai além de um programa social ou de uma política social em si. O sistema de proteção social sólido que se espera na realidade brasileira é um conjunto planejado de diversas políticas públicas e financiado pelo fundo público.

Sendo assim, percebe-se que a velha falácia dos gestores de uma forma geral no Brasil é a não existência de recursos, falta de verbas. Mas, o que se configura é a falta de gestão eficiente e que coadune com os direitos essenciais de todo cidadão. Paulo Freire (1987, p. 79) em a pedagogia do oprimido resalta bem esta lógica capitalista de pensar “Na medida em que as minorias, submetendo as majorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder”.

Enfim, está é a realidade atual o proletário com pensamento conservador, com pensamento burguês não se enxergam como oprimidos. Ao contrário querem se tornar opressores, donos dos meios de produção e perpetuar a lógica capitalista. Assim, deslegitimar as massas populares é o melhor caminho a qual indiscutivelmente não causaria uma ameaça à hegemonia dominante.

Como podemos observar a democracia Brasileira, precisa rever seus conceitos e pautar-se na centralidade da vontade popular. “sabemos que qualquer forma de república democrática é melhor que qualquer forma de ditadura. Seja qual for à estratégia política que adotamos, é na democracia que reunimos mais condições para lutar”. (CFESS, 2016). Portanto, temos que renunciar os recuos postos na atualidade centrando-se nas necessidades dos sujeitos e não nos interesses próprios dos legisladores como o que estamos presenciando na cena contemporânea.

Então, os trabalhadores precisam lutar na contracorrente da hegemonia dominante, mesmo aqueles que acreditam ser possível alcançar e ter igualdade e acesso aos direitos numa sociedade capitalista, O que só é possível segundo Boschetti et.al através do fortalecimento das lutas sociais aqui já enfatizada, dos sujeitos coletivos que não podem se render ao conformismo e comodismo, mas fazer valer a sua indignação como forma de resistência e de luta para construção de projetos coletivos que realmente estejam comprometidos com a população e seus direitos e não com uma minoria.

Neste contexto regressivo, é necessário manter-se firme na defesa e luta pelos direitos e pelas políticas sociais, não achando que essa é a maneira de se ter acesso a tudo que a população necessita e clama nessa sociedade, como um ideário ou projeto social, mas como direito político das classes subalternas na atual conjuntura. Mota (2018, p. 233) situa que “a lutas por direitos políticos e sociais não supera a desigualdade, nem determina espontânea e mecanicamente a formação de sujeitos políticos coletivos – ainda que possam minimizar sequelas da questão social”.

Em suma, o acesso a todos os direitos previstos na Constituição Federal, só será materializado na realidade brasileira a partir do momento que os governantes entenderem as políticas públicas no seu âmbito universal e indispensável para a população, como seria ideal buscar o acesso determinado serviço e política e ela funcionar corretamente, ter todos os insumos necessários, pois no Brasil infelizmente paga-se a conta duas vezes por determinados serviços como exemplo a saúde você já paga todos os seus impostos financiando assim o Sistema Único de Saúde para quando necessitar poder usufruir e ter um atendimento de qualidade.

Mas o que ocorre é que diante dessa política precária, quem tem condição busca o serviço privado enquanto que não tem se satisfaz do mínimo possível. É notório por parte de alguns estudiosos afirmarem que os gestores não planejam, não discute bem sobre o orçamento para determinada política pública justamente para favorecer empresas privadas, como é o caso da saúde pública no Brasil, pensa-se que o sistema já é gestado para não funcionar e favorecer interesses escusos.

Sendo assim, nessa sociedade capitalista de ranços conservadores e extremistas, a luta por direitos sociais e políticas sociais é uma luta tática e necessária, na garantia das necessidades básicas da população, “e a depender do jogo de forças, pode conter uma dimensão anticapitalista, particularmente na disputa pelo fundo público e na resistência à mercantilização do atendimento das necessidades do estômago e do espírito”. (MOTA, 2018, p. 233).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István, 1930. A crise do capital; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.]. – São Paulo: Boitempo, 2009. – (mundo do trabalho).

ANTUNES, Ricardo. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/03.pdf>>. Acesso em: 08 de jan. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf>>.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, André, O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-enfrentara-resistencia-para-abrir-amazonia-as-mineradoras,70001784308>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio da Silva. et al. Que política social para qual emancipação? Brasília: Abaré Editorial, 2018. In: IASI, Mauro Luis. **O espírito do tempo de um tempo carente de espírito**. Disponível em:

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio da Silva. et al. Que política social para qual emancipação? Brasília: Abaré Editorial, 2018. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Democracia em risco e particularidades da política social em contexto de avanço do conservadorismo**. Disponível em:

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio da Silva. et al. Que política social para qual emancipação? Brasília: Abaré Editorial, 2018. In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Emancipação, Revolução permanente e política social**. Disponível em:

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio da Silva. et al. Que política social para qual emancipação? Brasília: Abaré Editorial, 2018. In: MOTA, Ana Elizabete. **Significado dos direitos e da política social na atual conjuntura brasileira**. Disponível em:

BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009

BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Acumulação capitalista fundo público e política social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, **Ministério da Economia**. Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/noticias/lei-orcamentaria-anual-de-2019-e-aprovada-pelo-congresso>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

BRASIL. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1505>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orcamento-da-assistencia-social-sofre-cortes>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: Acesso em: 15 set. 2017.

BURGINSKI, Vanda Micheli. Neokeynesianismo e neodesenvolvimentismo: expressões ideológicas do Estado neoliberal. Acesso em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-49802018000200406&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2018.

CARVALHO, Isadora. **Como funciona uma linha de montagem de automóveis?**

Disponível em: <<https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/como-funciona-uma-linha-de-montagem-de-automoveis/>>. Acesso em: 01 de març. 2019.

CASTILHO, Daniela Ribeiro. et al. Crise do capital e desmonte da seguridade social: desafios (im)postos ao serviço social. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000300447&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 set. 2018.

CFESS divulga nota em defesa do serviço social no INSS. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1411>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CFESS Manifesta Edição Especial: a Contrarreforma trabalhista. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2017-CfessManifesta-ContrarreformaTrabalhista.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CFESS Manifesta Edição Especial: Análise de Conjuntura. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CFESS MANIFESTA EDIÇÃO ESPECIAL: disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifestaEspecial-CriseDiesel.pdf>>. acesso em: 01 de junho 2018.

CFESS Manifesta Edição Especial: Não à criminalização das lutas sociais. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2016-CfessManifesta-LutarNaoeCrime.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2017.

CFESS MANIFESTA. **16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess)**: disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-Site.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. 2019.

COSTA, Rodolfo. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/25/interna_politica,721385/bolsonaro-se-diz-contrario-ao-assistencialismo-mas-nega-fim-do-bolsa-fami.shtml>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

Dicionário Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/republica>>. Acesso em: 20 set. 2017.

DOCA, GERALDA; PEREIRA, Pedro Paulo. Revista Forum. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/governo-bolsonaro-estuda-proposta-para-trabalhador-abrir-mao-de-ferias-e-13o-ao-ser-contratado/>>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100104&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 de jun. de 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0409.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

G1 Tocantins. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/acusado-de-matar-dono-de-postos-de-combustiveis-e-julgado-por-mais-de-12-horas.ghtml>>. Acesso em: 1 de set. 2018.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/01/02/entidades-criticam-transferencia-da-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas-para-agricultura.ghtml>>. Acesso em 08 de jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. 7. reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006. 206p.

GUERRA, Yolanda. **O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas**. In: Battini e Baptista. Veras Editora, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília CFESS, 2009, p. 1-45. Disponível em: <<http://www.passeidireto.com/arquivo/2380730/livro-completo----cfess---servico-social--direitos-sociais-e-competencias-profis>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro Luis. **O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0072.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LINDNER, Julia; BRONZATI, Aline. Estadão. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mourao-diz-que-filho-tem-merito-e-foi-perseguido-em-outras-gestoes,70002671788>>. Acesso em: 09 de jan. 2019.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A crise do capital**; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.]. – São Paulo: Boitempo, 2009. – (mundo do trabalho).

MIOTO, Regina C. T.; NOGUEIRA, Vera M. R. **Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802013000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0039.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MOTA, Ana Elizabete. **Significado dos direitos e da política social na atual conjuntura brasileira**. (procurar o site) é do pdf que política social para qual emancipação.

NEVES, Ernesto. Diário do Centro Mundo. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/cabo-eleitoral-e-ativista-de-bolsonaro-ganha-cargo-na-apex-agencia-de-exportacoes/>>. Acesso em: 09 de jan. 2019.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. Ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Consenso de Washington"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em 06 de dez. 2018.

PORTAL DA SAÚDE: Disponível em:

<<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>>. Acesso em: 15 set. 2017.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 de jun. 2018.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/03.pdf>>. Acesso em: 04 de jun. 2018.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017

SALVADOR, Evilasio. **O desmonte do financiamento da seguridade social**. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. de 2018.

SAMPAIO, Cristiane. Brasil de fato. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/13/proposta-de-orcamento-de-temer-para-2019-compromete-politicas-sociais/>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

SILVEIRA, Jucimar Isolda. **Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por**

direitos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0487.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

SOUSA FILHO, Rodrigo de. **Fundo público e políticas sociais no capitalismo:**

considerações teóricas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282016000200318&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 de jun. de 2018.

TOUSSAINT, Eric. Esquerda.net. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/origens-das-instituicoes-de-bretton-woods/33496>>.

Acesso em: 6 de dez. 2018.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. **Contrarreforma do estado e gerencialismo:**

novo fetiche, velha proposta. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000100109&script=sci_abstract>. Acesso em: 15 set. 2018.

ZAIA, Cristiano. **Econômico Valor**. Disponível em:
<<https://www.valor.com.br/brasil/6034935/bolsonaro-quer-perdoar-divida-rural-rombo-e-de-r-17-bi>>. Acesso em 24 de dez. 2018.